

Volume 1 :

André da Silva Bueno

Volume 1 :

ISBN 978-85-7648-808-8



9 788576 488088

O Extremo Oriente na Antiguidade:



O Extremo Oriente na Antiguidade

cederj





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

○ Extremo Oriente na Antiguidade

Volume 1

André da Silva Bueno



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

André da Silva Bueno

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Fábio Peres

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Ana Lígia Leite e Aguiar

Paulo César Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Thelenayce Teixeira Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alessandra Nogueira

ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

CAPA

Bianca Giacomelli

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B928

Bueno, André da Silva

O extremo oriente na antiguidade./André da Silva Bueno – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

170 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-808-8

1. História chinesa. 2. História asiática 3. História oriental. 4. Orientalismo. I. Título.

CDD 951

2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 1	– Uma introdução ao problema do estudo da história “asiática” ou “oriental”	7
	André da Silva Bueno	
Aula 2	– Visões do Orientalismo	35
	André da Silva Bueno	
Aula 3	– A construção da história chinesa	57
	André da Silva Bueno	
Aula 4	– As primeiras dinastias chinesas	93
	André da Silva Bueno	
Aula 5	– A dinastia Zhou	113
	André da Silva Bueno	
Aula 6	– As dinastias Qin e Han	139
	André da Silva Bueno	
Referências		165

Aula 1

Uma introdução
ao problema do
estudo da história
“asiática” ou
“oriental”

André da Silva Bueno

Meta da aula

Evidenciar no que se constitui a questão do Orientalismo e a importância de se estudar a História Antiga do Extremo Oriente.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar os elementos básicos que compõem o que seria o Orientalismo;
2. identificar algumas dessas questões em nossa própria formação histórica;
3. reconhecer alguns dos problemas e preconceitos que abrangem esta área.

INTRODUÇÃO

O tópico principal desta nossa primeira aula é o seguinte: Por que estudar História antiga do Extremo Oriente? Qual é o seu significado para o nosso processo de formação acadêmica, e como ela poderia contribuir para a construção de nossa “cultura geral”? O primeiro passo que podemos dar para responder essas perguntas, inicialmente, é invertê-las: Por que *não* estudar a história “asiática”? Poderemos considerar nosso conhecimento como completo se deixarmos de conhecer culturas que representam mais da metade do mundo?

A necessidade de pesquisar mais sobre as sociedades asiáticas é premente no momento atual: as maiores populações do mundo ali se concentram (China e Índia); a língua mais falada e escrita do mundo (o chinês) também é asiática. O crescimento econômico tem alcançado níveis surpreendentes nesse continente, o que podemos observar pelos fenômenos dos Tigres Asiáticos, dos Dragões Asiáticos, do Japão e da China comunista.



Entre 1989 e 1999, o rápido progresso econômico, aliado à capacitação produtiva, promoveu o surgimento dos países cujo caráter emergente foi considerado como fundamental para o equilíbrio do mercado mundial futuro. Estes são os Tigres Asiáticos: Cingapura, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul. Já os Dragões Asiáticos, que vieram um pouco depois mas cuja capacidade industrial superava a dos Tigres, são Tailândia, Vietnã, Malásia e Indonésia. Hoje, esses países consolidaram sua posição como plataformas de exportação de diversos bens industriais, e quase um terço da produção mundial de eletrônicos e manufaturados de consumo vêm desses países.



Figura 1.1: Os Tigres Asiáticos: Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coreia do Sul – verdadeiros polos de exportação de produtos manufaturados. Você deve ter uma boa quantidade de coisas fabricada nesses “pequenos” países do outro lado do planeta. Já parou para pensar nisso?

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Four_Asian_Tigers.svg.

A popularização da informática e dos eletrodomésticos só tem acontecido graças aos baixos custos de produção apresentados nessas áreas. A Ásia também foi palco de movimentos políticos importantes, tais como: a independência pacífica da Índia, as guerras não vencidas pelas superpotências na Coreia, no Vietnã e no Afeganistão e pelos novos modelos de capitalismo e socialismo, adaptados à cultura tradicional.

Soma-se a esses fatores a consideração de que a história asiática está estruturada numa dinâmica bastante diferente da nossa, como acontece no caso da China e da Índia, que estão em processo de desenvolvimento civilizacional desde a Antiguidade. Assim sendo, como não estudar a “história oriental”?

Apesar de países asiáticos, como a China, estarem absolutamente presentes em nosso cotidiano, por meio de manias culturais – como as artes marciais – e produtos diversos, dos quais somos absolutamente dependentes, hoje, percebemos rapidamente que sabemos muito pouco sobre essa civilização. Veja-se o caso do próprio idioma chinês – apesar de ser o mais praticado e escrito no mundo, quem, no cotidiano, conhece ao menos uma palavra dele, sem confundir-lo com o japonês, por exemplo?



Figura 1.2: É possível pensar o Oriente como uma coisa só?

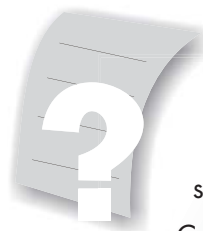
Fonte: <http://www.imagensgratis.com.br/imagens-da-asia-.html>.

Por que estudar a história antiga do Extremo Oriente?

Na medida em que a história das civilizações asiáticas possui uma complexidade toda própria, como poderíamos compreender seus efeitos modernos sem conhecer as suas bases de formação?

Tem sido um erro bastante comum nas Ciências Humanas iniciar qualquer estudo sobre o Oriente consultando somente fontes modernas, em detrimento do conhecimento tradicional. Isso ocasiona um sério problema de superficialidade em estudos mais amplos, que se agravam seriamente nas pesquisas mais específicas. Além disso, as civilizações asiáticas possuem suas próprias tradições de construção do conhecimento histórico e científico. Como podemos, então, ignorá-las? Ou temos, teoricamente, o direito de subestimá-las, por não estarem de acordo com os nossos parâmetros “ocidentais”?

Além disso, o estudo da história antiga das civilizações asiáticas torna-se necessário em virtude de suas singularidades. De que forma podemos compreender a história do Império chinês, por exemplo, que durou do século -3 até +20? Ou da Índia, que não se reconhecia como um país até o século +19 (geograficamente falando), mas se compreendia unida pela religião hindu?



Atualmente, os estudiosos de história asiática utilizam a grafia -2 (= século II a.C.) e +9 (= século IX d.C.), ou AEC e EC (“Antes da Era Comum” e “Era Comum”), cujo ponto de referência é o mesmo das datações tradicionais, mas que se julga mais respeitoso e não religioso. Trata-se de evitar a imposição de um pensamento religioso como direcionamento para a pesquisa histórica.

O estudo da Antiguidade extremo-oriental nos possibilita, portanto:

- 1) compreensão mais abrangente sobre os fenômenos sociopolíticos asiáticos;
- 2) acesso a culturas diferentes e formas alternativas de pensamento;
- 3) revisão do próprio conceito de “ocidental”, no que tange a sua aplicabilidade, universalidade e inteligibilidade, em relação à História.



A própria designação “Ásia”, ou “Oriente”, é absolutamente vaga e indistinta (não obstante, faremos uso dessas expressões durante nossa aula, buscando localizar, ao máximo, as especificidades de cada cultura a que fizermos referência). Ela nomeia um vasto território que vai de Israel até o Japão e que é habitado por uma plêiade de civilizações bastante diferentes umas das outras. Pense: qual a semelhança que existe entre um chinês e um árabe? O que aproxima um egípcio, um tajiique e um vietnamita? Devemos ter muito cuidado ao empregar o termo “oriental” como se fosse uma coisa só, do mesmo modo que temos cautela ao afirmar que algo é “ocidental”.

Considerações sobre a história “asiática”

É fundamental fazer uma análise do processo de construção das histórias asiáticas, levando-se em conta duas perspectivas principais:

- a) a produção feita na própria Ásia;
 b) aquela feita no Ocidente e/ou com técnicas ocidentais.

a) Perspectivas asiáticas

Confúcio

Forma latinizada de Kongzi, -551 a -479, sábio chinês que propôs uma vasta reforma na cultura chinesa, por meio da educação e do estudo.

Sima Qian

(-145 a -85), Historiador chinês que escreveu a grande primeira história chinesa, os *Registros históricos (Shiji)*, compreendendo desde as origens da civilização até a dinastia Han (século -3 ao século +3), quando o império atingiu um apogeu similar ao do Império Romano no mesmo período.

Teoria dos cinco elementos

Ou wuxing: trata-se de uma teoria que defende que a natureza está organizada em um ciclo no qual madeira, metal, água, fogo e terra engendram-se numa relação de criação e aniquilação.

Tomemos como primeiro exemplo a Índia. Até o estabelecimento dos ingleses no final do século +18, a civilização indiana não considerava a História como uma das principais disciplinas do saber. Em sua concepção, essa “ciência” ligava-se ao estudo de eventos materiais, que seriam efêmeros, transitórios e, por conseguinte, falhos na compreensão de uma verdade superior (a transcendência ou realidade definitiva). Dessa forma, a Filosofia, a religião, as Letras e as Ciências Naturais angariaram muito mais respeito do que o estudo histórico, que acabou sendo realizado, em geral, por estrangeiros (gregos, romanos, chineses, árabes etc.).

Num sentido completamente oposto, a China desenvolveu uma longa tradição de estudos históricos, que desde o século -10 produziu cronologias muito bem articuladas. **Confúcio**, o grande sábio chinês do século -6, foi um dos grandes defensores do estudo da História como forma de compreender a evolução da sociedade, esclarecendo questões morais e sociais. No período dos séculos -2 e -1, o historiador **Sima Qian** teria elaborado a primeira grande cronologia da história chinesa, utilizando uma série de métodos inovadores para a época (pesquisa de documentos, verificação de data por tabelas astronômicas etc.). A partir dele, houve uma sucessão de profissionais que preservaram e divulgaram a história das dinastias chinesas até o século +20, quando foi proclamada a república. Além disso, desde a Antiguidade os chineses procuraram formar coleções de livros e de relíquias, e já no século +10 contavam com um método rudimentar de arqueologia. Buscaram também aplicar noções e procedimentos científicos (chineses) na elaboração de modelos explicativos (Sima Qian, por exemplo, aplicou a **teoria dos cinco elementos** na compreensão dos ciclos dinásticos).



Ciclos dinásticos



Figura 1.3: Imagem de Sima Qian, que atrelou a teoria dos cinco elementos aos ciclos dinásticos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sima_Qian_%28painted_portrait%29.jpg

Para os chineses, os ciclos dinásticos representam a teoria de que cada dinastia tem seu momento de ascensão, apogeu e queda, invariavelmente. Com Sima Qian, passou-se a acreditar que isso possuía uma relação com o ciclo dos cinco elementos. Por exemplo: uma dinastia cuja força seria representada pelo fogo seria “apagada” por uma dinastia que se representasse pelo poder da água. Para Sima Qian, poderíamos identificar os sinais de uma dinastia por um processo de associação: uma dinastia muito guerreira seria de “fogo”, uma dinastia forte seria de “madeira”, uma dinastia provedora e rica seria de “terra” etc.

b) Perspectivas ocidentais

Desde a Antiguidade, o Ocidente vem mantendo contatos regulares com o Oriente e, no século +1, romanos e chineses já se citavam mutuamente. Apesar de terem ocorrido algumas épocas de menor comunicação, causadas por crises sociais e políticas periódicas, o intercâmbio entre Europa, Oriente Médio, Ásia Central e Extremo Oriente nunca arrefeceu de fato. Uma mudança radical só ocorreria a partir do século +16, no momento em que se iniciaram as grandes navegações e a colonização de territórios ultramarinos por parte dos Estados europeus.

Nesse contexto, os europeus deixaram de manter apenas contato com os "orientais" para estabelecer outro modo de convivência, fato esse que modificou bastante seu procedimento de observação. Grande parte desse tempo foi dedicada à exploração comercial das civilizações orientais e, concomitantemente, à imposição cultural e às conversões religiosas. Tal processo ocorreu de formas diferentes na Ásia. Na Índia e na China, por exemplo, ele foi durante um bom tempo localizado e restrito, dado o tamanho e a capacidade de resistência dessas sociedades; já nas ilhas Filipinas e em parte da Oceania, em que a capacidade de reação dessas sociedades era substancialmente menor, dado seu tamanho exíguo, espalhou-se mais rapidamente e com maior intensidade.

O resultado disso foi o embate cultural e não o diálogo e a compreensão mútua. Havia um discurso carregado de preconceito e desconfiança de ambas as partes (um bom exemplo é a instalação portuguesa em Macau, documentada tanto por lusos como por chineses), e os primeiros a perceber essa situação foram os jesuítas, que tentaram reverter esse quadro, dedicando-se ao estudo das civilizações que buscavam converter. Os esforços desses religiosos não foram acompanhados, entretanto, pela maioria dos ocidentais. Com exceção da geração iluminista do século +18, grande parte da Europa continuou a acreditar na ideia de imposição e conversão. O século +19 acompanhou e acentuou essa tendência,

com a afirmação do racismo e do imperialismo dentro das Ciências Humanas, gerando uma série de deformações bastante sérias no estudo da história asiática.

Somente na metade do século +20 é que já havia, por parte da academia, uma noção clara da grande quantidade de erros que foram imputados aos modelos orientalistas. Desde então, têm-se buscado, em conjunto com especialistas nativos, resgatar e reconstruir essa história de uma forma mais científica, mas com grande ênfase, no entanto, ao uso das técnicas ocidentais. O processo de reconhecimento das ciências tradicionais asiáticas tem sido mais demorado, e muitos preconceitos ainda subsistem na academia em relação a essas culturas.



Figura 1.4: No século +19, o “amarelo” (designação atribuída aos orientais) era considerado um perigo para os europeus – a ponto destes “protegerem” os negros de sua “maldade e astúcia”. Nesta caricatura do século +19, o senador Blaine, dos Estados Unidos, propõe a expulsão dos chineses do país.

Fonte: http://cartoons.osu.edu/nast/images/Civilization_of_Blaine_50.jpg

Assim, vejamos a seguir como se deram as formações das principais correntes dos estudos históricos sobre o Oriente.

Correntes de estudos históricos

A perspectiva ocidental gerou, basicamente, duas correntes de estudos históricos orientalistas, bastante distintas entre si por suas características e objetivos.

a) Corrente “acadêmica” do século +19

Essa corrente destaca-se pelo engajamento estrito no discurso científico europeu, principalmente a partir do século +19. A civilização moderna europeia gerava todos os modelos de comparação para serem aplicados na história asiática. Tratava-se, portanto, de saber o que os orientais haviam conseguido criar que fosse comparável à história e ao pensamento ocidental, o que lhe concedia o seu “grau” na “hierarquia das civilizações”.

Tais considerações foram feitas, no entanto, pelos mais diversos motivos. Alguns pesquisadores estavam realmente preocupados em provar a superioridade de suas culturas; outros, porém, utilizavam as técnicas acadêmicas da forma que acreditavam ser conveniente e, por conta disso, seus estudos acabavam gerando erros involuntários. Uma questão clássica dessa postura, por exemplo, foi o desenvolvimento da teoria de que o “berço da humanidade” teria ocorrido na Mesopotâmia, negando a possibilidade de antiguidade para China, Índia, África e Américas. Além disso, a atenção concedida aos modelos tradicionais, em detrimento de propostas inovadoras – paralelo ao desprezo (ou desconhecimento) dos conteúdos culturais nativos –, terminava por agravar a situação.

A evolução das Ciências Humanas tem, gradativamente, alterado esse panorama, e os programas interdisciplinares têm estimulado uma discussão mais flexível e aberta sobre os tópicos

relacionados às histórias asiáticas. A absorção e o emprego de técnicas ocidentais por especialistas orientais também contribuíram bastante para a modificação dessa situação, mas existem ainda muitos campos para serem trabalhados e discutidos. Não raro ainda encontramos estudos, na academia, que são realizados com informações totalmente defasadas; e a regularidade com que são reproduzidas acaba por torná-las “verdades históricas” difíceis de combater.

b) Corrente “esotérica”

Essa corrente surgiu num fenômeno oposto ao do imperialismo colonialista. Frustrados com a religião e a sociedade ocidental, uma série de autores dedicou-se ao estudo das culturas asiáticas em busca de alternativas que pudessem suprir as carências da “civilização moderna”. Pesquisadores das mais diversas áreas, aventureiros ou mesmo curiosos ligaram-se a essa proposta, e o resultado foi o mais diverso possível. Seu objetivo fundamental, contudo, era encontrar uma saída para os dilemas espirituais que a decepção com a moral capitalista e cristã havia provocado, promovendo uma busca por meios alternativos de religiosidade.

A parte histórica era muito fraca e falha, limitando-se muitas vezes a repetir informações de uma ou outra tradição. Os aspectos negativos, entretanto, eram múltiplos. Muitos ficaram simplesmente fascinados pelas tradições asiáticas e, num processo de “conversão cultural”, começaram por reclamar uma “superioridade espiritual” do Oriente sobre o Ocidente.

Por conta disso, essa linha de estudos perdeu a credibilidade, sendo dificilmente aceita pela academia, mas angariando simpatia entre os leigos. Seu principal problema é o fato de ela construir uma imagem ideal da Ásia, ignorando por completo seus problemas materiais e sociais. Isso também tem gerado uma série de enganos no estudo do Oriente, reproduzindo erros que têm se afirmado com uma intensidade problemática entre o público que não mantém contato direto com a academia.



Figura 1.5: Na primeira imagem, de 1918, a postura conhecida como “chicote”, do Tai Chi Chuan. Na segunda, prática da ioga, mais especificamente da asana, que em sânscrito significa “sentar”. Muitas técnicas e artes orientais foram estereotipadas e, no senso comum, podem ser entendidas como a representação de toda uma cultura, quando, na verdade, representa diferentes fragmentos de um amplo campo cultural. Fontes: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Yang_Cheng-fu.png (imagem 1) ; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parshvakonasana.jpg> (imagem 2)

Iogue

Praticante de ioga.

Tai Chi Chuan

Arte marcial chinesa que utiliza a repetição de um conjunto determinado de posturas físicas e respirações, sequenciado e em movimento, cujos fins são principalmente terapêuticos.

Ikebana

Arte japonesa do arranjo floral.

Ioga

Disciplinas indianas de cuidados físicos com a mente e o corpo. Existem várias correntes diferentes, mas no Ocidente a mais difundida é a Hatha Yoga, composta por um número variado de exercícios de alongamento e respiração.

Os esotéricos foram os principais responsáveis pela criação dos estereótipos dos asiáticos, tais como de que todo chinês sabe lutar, que todo indiano é um **iogue** oculto, de que a comida “oriental” é superior etc. Por fim, eles realizaram associações irresponsáveis, tais como dos famosos “centros esotéricos”, que juntam astrologia, tarô, **Tai Chi Chuan**, **ikebana**, **ioga**, enfim, técnicas de tradições absolutamente diferentes como se fossem uma coisa só.



Devemos ter em mente que os mesmos problemas têm se apresentado entre os especialistas asiáticos. Há uma discussão importante sobre a aceitação das teorias históricas ocidentais na academia, e tem-se buscado equilibrar elementos da cultura tradicional com essas avaliações. A revalorização das ciências “orientais” também tem contribuído para mister, embora seu ressurgimento dê vazão, ocasionalmente, a uma confusão entre as duas correntes.

Deformações históricas

Busquemos agora discutir alguns tópicos sobre a história e a cultura das civilizações asiáticas. Em primeiro lugar, é importante não tratá-las em bloco. Os primeiros estudiosos europeus fizeram isso e só cometeram enganos. Confundiram tradições históricas distintas com tanta constância que, atualmente, só um estudo sério e dirigido pode esclarecer melhor um iniciante. Os preconceitos, no entanto, mantiveram-se. Vejamos alguns deles:

a) Árabes

Hoje em dia, essa denominação tem sido utilizada para conjugar elementos completamente diferentes entre si. Ela abriga povos tão diversos como sírios, palestinos, turcos, árabes, chechenos ou qualquer outro povo que esteja localizado, geograficamente, perto do Oriente próximo. Quando utilizada no sentido religioso (ou seja, igual a Islã), ela abriga uma quantidade ainda maior de povos e, pior, com tradições religiosas variadas. Logo, o emprego desse termo em nada equivale à realidade complexa do mundo islâmico, que tem recebido uma atenção bastante falha no meio acadêmico. Não se deve confundir um malaio e um árabe saudita: ambos são islâmicos, mas somente o segundo é árabe. Por outro lado, a cultura da Síria sofreu uma forte influência dos árabes sauditas, mas existem cristãos sírios, por exemplo.



O Qatar e a Al Jazeera



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:LocationQatar.png>.

O Qatar ou Catar é um país árabe, um dos nove emirados da Península Arábica. A descoberta de petróleo em sua região, nos anos 1940, transformou sua economia e, em 1971, tornou-se independente dos turcos otomanos e dos britânicos. A maior emissora de televisão do Qatar é a Al Jazeera (“A Península” ou “A Ilha”), no ar desde 1996.



Fonte: <http://english.aljazeera.net/>.

Al Jazeera transmite em árabe e em inglês. Essa emissora tem feito, até o momento, o combate à censura e tem a reputação de divulgar notícias confiáveis. Você já a conhecia? Que tal dar uma olhada no seu *site* (em inglês) e transitar um pouco por fontes que abordam o mundo de outra maneira? Confira aqui: <http://english.aljazeera.net/>.

b) Arianos contra drávidas

No século +19, os pesquisadores europeus lançaram a ideia de que a história da Índia antiga tinha se formado a partir do conflito entre duas civilizações diferentes, os arianos (povo indo-europeu branco e dominador) e o povo drávida (nativo, negroide). O primeiro havia submetido o segundo numa série de guerras de conquista, que terminaram com a imposição da cultura ária sobre todo o subcontinente indiano. Hoje sabemos, através da arqueologia e da linguística, que os termos “ariano” e “dasa” não se referem a povos, mas sim às titulações; que não ocorreram apenas guerras, mas houve fusões pacíficas e férteis; que muitos elementos autóctones ainda estão vivos na cultura indiana; e que os “indo-europeus” não tinham ideia de que eram “europeus”, e assim não podem ser ícones imperialistas, como foi subentendido durante muito tempo. Por fim, discute-se, ainda, a multiplicidade e durabilidade das tradições orais, que apontam para fusões entre diversas etnias antigas.



Por mais incrível que possa parecer, o modelo arianista foi largamente difundido pelos alemães envolvidos com o movimento nazista. Na busca de uma origem cultural que os desligasse de suas

Vedas

Textos religiosos mais antigos da Índia, cuja origem remonta de -2000 a -1500.

Drávidas ou dasa

Palavra que significa "servo, escravo". Os primeiros linguistas alemães defendiam que ela significava o nome dos povos originais da Índia, o que depois se mostrou incorreto.

Eugenia

Política de purificação racial e genética por meio da eliminação de elementos sociais considerados impuros ou degenerados fisicamente.

possíveis ligações com o judaísmo e o cristianismo oriental, os nazistas abraçaram a ideia do movimento indo-europeu "branco, puro e autêntico". Em suas teorias, a cultura branca ariana, proveniente do Cáucaso, teria dado origem tanto aos **vedas** indianos como aos povos germanos e nórdicos; no caso da Índia, porém, a mistura com os povos **drávidas** teria "degenerado" a pureza "racial dos arianos". Hitler invocou esses mesmos termos ao defender a **eugenia** germânica, bem como adotou símbolos que se relacionavam com essa cultura antiga, como a suástica – na Índia, ela está virada no sentido esquerdo e representa a liberdade, mas os nazistas a inverteram, para o sentido direito, o que misticamente significaria "opressão, domínio". Embora saibamos que tenham ocorrido migrações de povos vindos da Ásia Central, está mais do que claro, hoje, por meio da genética e do aprofundamento da linguística e da arqueologia, que é impossível fazer afirmações sobre uma possível "herança" física ou cultural purificada, como foi defendido pelos nazis.

c) O modelo "Índia-China"

Até hoje, ouvimos com constância a seguinte citação: "Tal elemento surgiu na Índia, foi levado para a China e de lá se difundiu etc." Essa deformação histórica ocorreu pela associação do modelo greco-romano, em voga no início do século +20, no caso dessas duas civilizações asiáticas. Como se defendia a ideia de que Roma havia absorvido muito de sua cultura da Grécia helênica,

um exame rápido sobre as culturas da Índia e da China deu ensejo a que alguns pesquisadores fizessem o mesmo na Ásia, retirando, por completo, sua diversidade e originalidade. Apesar dos intensos esforços no sentido de investigar mais profundamente a cultura e a ciência de ambas as civilizações, a permanência dessa falácia ainda predomina em muitos setores de estudo orientalistas, tanto na academia quanto fora dela.

d) O “imobilismo”

Por serem culturas bastante antigas, muito se divulgou a ideia do “imobilismo histórico”, ou seja, da preponderância das estruturas de longa duração na história das civilizações asiáticas. Os acadêmicos viam nisso uma justificativa do atraso técnico e cultural das mesmas; os esotéricos acreditavam que isso constituía uma virtude e uma prova da manutenção de valores espirituais superiores, em detrimento de uma “corrupção material”.

Por conta disso, o desenvolvimento dessas civilizações “arrastou-se” historicamente, em comparação às civilizações europeias. Devem ser tomados cuidados básicos com essa interpretação, alguns dos quais apresentamos aqui:

- 1) Não confundir as dinâmicas próprias da história da Índia ou da China, por exemplo, com a da França ou da Inglaterra.
- 2) Os processos de evolução técnica, social, econômica etc. estão organizados em ciclos diferentes para cada sociedade. Não podemos, portanto, aplicar arbitrariamente o modelo de “longa duração” ao caso asiático – se aplicado, são necessárias ressalvas importantes.
- 3) Uma investigação atenta sobre as cronologias históricas e os processos de transformação política e cultural das civilizações orientais mostra que elas estão longe de ser estáticas: ou elas devem ser assim consideradas imóveis apenas por que não se efetuaram certas mudanças que nós supomos que deveriam ter ocorrido?

Acredito que tenha sido importante levantar esses quatro casos de deformações históricas para exemplificar o quão importante é entender um pouco da História Oriental. Ela nos permite compreender a existência de lógicas diferentes da nossa, e, conseqüentemente, enseja-nos a revisar nossos critérios de aproximação e avaliação teórica e metodológica.

Conceituação

Agora, comentaremos os problemas relacionados às questões de teoria e método, e vamos proceder à análise de alguns pontos que ainda têm gerado discussão no meio acadêmico ocidental.

a) Mitologia ou religião?

Em geral, aplicamos o termo “mitologia” para uma série de narrativas de cunho religioso ou cultural que integram a história e o pensamento de uma civilização. Seriam elementos que, essencialmente, não possuiriam comprovação material, constituindo-se, assim, de histórias “irreais”. Ora, como podemos considerar como “mitológica” a existência dos deuses que compõem uma religião como o hinduísmo, composta por mais de um bilhão de crentes e ainda praticada em todo o mundo? Se a questão é, em si, a comprovação material, então até o judaísmo e o cristianismo teriam problemas sérios em suas cronologias, já que não existem provas quaisquer sobre a vida de Abraão ou Moisés além das presentes na Bíblia. Se um sistema de culto qualquer pode ser considerado como religião, ele o pode porque existe enquanto tal; logo, ele independe de uma comprovação material total e completa. Portanto, é importante fazer a distinção entre os dois termos, tendo em vista que o argumento da “mitologia” e da “comprovação material” tem sido utilizado inúmeras vezes contra as religiões asiáticas, na tentativa de provar a sua “falta de base histórica”. Ao afirmá-las como mitologias, pois, estabelece-se um preconceito contra sua existência e vivência cultural.

b) Filosofia ou religião?



Figura 1.6: Estátua de Tian Tan Buda, em Hong Kong, na China. O budismo, visto ora como filosofia, ora como religião, abrange grande variedade de tradições e crenças, baseadas nos ensinamentos que foram passados por Buda (Siddharta Gautama). Estima-se que quase 500 milhões de pessoas sigam o budismo no mundo inteiro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Buddha_lantau.jpg

Podemos considerar o budismo uma religião, tendo em vista que ele comporta em sua estrutura sistemas de crenças tão distintas, como o ateísmo e o politeísmo?! Ou o confucionismo, que foi eleito como doutrina estatal na China imperial, apesar de pregar a liberdade de culto e de não possuir qualquer espécie de sacerdócio, propondo-se a existir apenas como um conjunto de regras morais e não religiosas? Assim sendo, elas são filosofias e não religiões?

O problema que se insere aqui é simples: a ideia de religião que usualmente empregamos é aquela derivada do judaísmo-cristianismo, com uma crença vinculada a um sistema metafísico e a presença de elementos ditos “clericais”. Quando nos deparamos com situações complexas, como a do movimento religioso budista ou do confucionismo, o emprego da ideia de “religião” ou “filosofia” tem sido utilizado, geralmente, como detrator e não esclarecedor. Logo, quando um é “religião”, termina por não ser “filosofia”, e vice-versa. Fica patente que tal dubiedade perversa somente é aplicada a sistemas religiosos e filosóficos que não seguem regras gerais do que seria “ocidental”; caso contrário, poderíamos nos perguntar se São Tomás de Aquino ou Kant foram menos religiosos apenas porque foram filósofos. É necessário, portanto, que esclareçamos como queremos abordar esses sistemas culturais asiáticos, posto que muitos fundem elementos diversos de

filosofia, religião e história, com aplicações e sentidos próprios que podem – ou não – se aproximar dos nossos.

c) Filosofia ou sistema de pensamento?

Essa questão, por incrível que pareça, ainda permanece atual. O problema é: podemos considerar os sistemas asiáticos de pensamento como filosofias?

São vários os argumentos:

- 1) O termo refere-se a uma tradição ocidental, ou seja, é excludente.
- 2) Os temas principais da Filosofia são diferentes dos do “pensamento oriental”.
- 3) Os métodos de discussão são diferentes. Foucault já havia criticado com veemência a ideia dos “conceitos únicos” na academia. Quando perguntado sobre sua opinião em relação a determinado tema, ele afirmou que “primeiro, a academia deveria definir a sua ideia sobre o tal conceito e depois, ela poderia ser discutida”. A avaliação é mais do que pertinente para o caso do “pensamento oriental”.

Em primeiro lugar, a tradição filosófica ocidental não foi feita somente daquilo produzido na Grécia ou em Roma. Ela é fruto, justamente, do trabalho de diversos pesquisadores, espalhados pelo mundo, que trouxeram suas contribuições, enriquecendo-a. Como podemos, portanto, falar em “tradição ocidental”? Tradição essa, aliás, que foi resgatada por filósofos muçulmanos, como Averrois e Avicena, que não eram ocidentais e empreenderam um valioso trabalho de preservação das obras de Platão e Aristóteles, algumas delas perdidas durante a Idade Média europeia. Hoje tem crescido bastante a ideia do intercâmbio cultural entre gregos e orientais (incluindo indianos) na época de formação da filosofia grega, o que desfaz a ideia de exclusividade desde o início.

O segundo argumento dos temas filosóficos é totalmente impreciso. A filosofia ocidental inferiu vários novos tópicos de discussão ao longo de seu desenvolvimento histórico, o que invalida

a ideia de “perenidade conceitual”; além disso, alguns temas semelhantes aos ocidentais foram discutidos no Oriente, mas os resultados foram diferentes. Isso invalida, portanto, os raciocínios filosóficos asiáticos? O problema é que os temas filosóficos não surgiram, na Ásia, na mesma ordem que na Europa. A questão da natureza humana, por exemplo, discutida por Hobbes (+1588 a +1679), Locke (+1632 a +1704) e Rousseau (+1712 a +1778) surgiu, na China, em torno do século –4, nas mãos de **Mengzi** e **Xunzi**. No entanto, certas questões surgiram antes no Ocidente que no Oriente, e esse ponto só vem confirmar que as culturas não possuem o monopólio do saber, posto que elas são capazes de inferir temáticas semelhantes em circunstâncias diferentes.

Quanto à questão dos métodos de discussão, resta-nos questionar se existe somente um método filosófico no Ocidente que comprove a sua total diferença em relação às formas de trabalho orientais. As práticas do pensar filosófico estão presentes, praticamente, em todos os autores asiáticos. A ênfase com que são utilizadas, porém, é bastante variável. A apresentação dos textos filosóficos “orientais” também é bem diversa, o que a torna relativamente singular em relação aos trabalhos ocidentais. Isso descaracteriza, por conseguinte, os “pensamentos orientais” como filosofia?

Acreditamos que, por todos estes motivos, os pensamentos orientais poderiam ser chamados de filosofia. Mas agora, façamos uma consideração última que julgamos ser bastante significativa: *e por que os pensamentos orientais têm de ser filosofia?* A luta de alguns especialistas em comprovar que os saberes asiáticos merecem respeito foi mais do que eficaz em comprovar nosso desconhecimento acerca dos mesmos. No entanto, precisamos submeter essas formas de pensar à ideia que temos de filosofia para considerá-los como importantes? Ou seja, eles só podem ser objeto de estudo, se passarem pelo crivo dos conceitos ocidentais? Usualmente, os autores despidos de maiores preconceitos têm usado o termo “filosofia” para designar esses saberes, sem grandes complicações. No entanto, há uma grande resistência nos meios acadêmicos em reconhecer a legitimidade dos

Mengzi

(– 370 a – 289)

Mengzi ou Mêncio, filósofo chinês continuador da escola de Confúcio e defensor da ideia de que os seres humanos nascem bons, mas degeneram por falta de educação.

Xunzi

(– 312 a – 230)

Filósofo chinês da linha confucionista mas que se contrapôs à teoria de Mêncio, pois acreditava que os seres humanos nascem maus e que a educação é que os condiciona.

mesmos, seja por sua tradição histórica seja por seus conteúdos. Também sobrevive o hábito de exigir respostas do “pensamento oriental” para certas questões, como se ele fosse um único sistema filosófico, uma entidade que permeia o pensar de todo o continente asiático. Um breve olhar sobre qualquer bom manual do assunto já nos permite observar, no entanto, a multiplicidade de escolas e correntes filosóficas que existiram na Índia e na China desde a Antiguidade, o que torna tal questionamento praticamente impossível.

d) “Invenção” ou “descoberta”?

Joseph Needham (1900 - 1995), pesquisador e químico inglês que escreveu a maior enciclopédia sobre a história da ciência chinesa, *Science and Civilization in China*. A obra ainda é publicada por Cambridge e virou uma coleção que continua sendo produzida, com novos volumes e pesquisadores.

Nos anos 1950, o pesquisador inglês **Joseph Needham** iniciou uma das tarefas mais espetaculares da história da ciência: recompor e apresentar, para o mundo acadêmico ocidental, o passado da ciência chinesa, avaliando cuidadosamente sua estrutura, eficácia e regularidade. E qual não foi sua surpresa ao descobrir, gradativamente, que várias das “invenções” ocidentais haviam sido criadas, séculos antes, na China?



Figura 1.7: O pesquisador inglês Joseph Needham, que buscou uma genealogia para a ciência chinesa.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Joseph_Needham

O trabalho desse pesquisador foi revolucionário ao mostrar dois aspectos importantes da ciência chinesa que eram desconhecidos na Europa até então. Primeiro, que ela existia, sob uma forma organizada, e produzia saberes com certa regularidade; e, segundo, que apesar de ela não estar baseada nos mesmos métodos e teorias ocidentais, possuía eficácia, que podia ser comprovada inclusive pelos nossos critérios. Mais do que isso: Needham demonstrou a originalidade e as limitações da ciência chinesa em relação ao restante do mundo, assegurando, por conseguinte, a capacidade inventiva das outras civilizações asiáticas.

É importante ressaltar a contraposição das ideias de “descoberta” e “invenção”, posto que a primeira parece se dar de forma espontânea, enquanto a segunda é resultante de um longo processo de investigação. Em geral, designava-se que a China havia sempre “descoberto” as coisas (o papel, o leme etc.) como se tais não fossem frutos de raciocínio e sim do acaso. Needham mostrou para o Ocidente, por conseguinte, que a Ásia podia “inventar” também e concluir de forma articulada a construção do conhecimento.

O preconceito que existe atualmente com as práticas científicas orientais decorre, portanto, de três problemas fundamentais: primeiro, o não reconhecimento, por parte da academia, de outro sistema de pensar que não seja o ocidental; segundo, a reserva de mercado, diante do surgimento de técnicas alternativas; terceiro, o acesso a esses saberes demanda um relativo tempo de estudo, e a presença de poucos profissionais capacitados tem favorecido o surgimento de falsários, que prejudicam o processo de afirmação das ciências orientais.

CONCLUSÃO

Estudar a história asiática é, portanto, uma necessidade. Ninguém precisa virar um especialista no assunto, mas acreditamos que seja imprescindível, para os historiadores, dominar alguns elementos das culturas asiáticas que possam ser adicionados ao

seu instrumental teórico, metodológico e de conhecimentos gerais. Esse campo não apresenta mais dificuldades do que qualquer outro, a não ser pela distância que temos mantido em relação a ele e ao preconceito que sofre. Cerrar a porta para os estudos asiáticos não diminui sua presença nem a nossa ignorância. Por que, então, não estudar a China, a Índia ou o Japão? Não se trata apenas de conhecer algo novo e – ao mesmo tempo – antigo, mas de abrir caminhos que nos permitam questionar a nós e ao que temos feito para compreender melhor o mundo.



A civilização chinesa merece mais do que a simples curiosidade. Ela pode parecer singular, mas (é um fato) nela se encontra registrada uma grande soma de experiência humana. Nenhuma outra serviu de vínculo a tantos homens durante um período tão grande. Quem pretende ter o título de humanista não deve ignorar uma tradição de cultura tão atraente e tão rica em valores duráveis. GRANET, Marcel. *Civilização chinesa*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979 (o original é de 1932).

Atividade Final

Atende ao Objetivos 1, 2 e 3

Leia o texto a seguir:

Em relação à China, deixaremos um dia de hesitar entre o fascínio, o medo ou a rejeição? As condições para o estabelecimento de uma inteligência sobre esse país ainda têm que ser criadas, ao menos se quisermos sair das categorias projetadas sobre ele a partir do

Ocidente. E, certamente, há a responsabilidade da disciplina sinológica [estudos referentes à China ou a seus habitantes]. Esta ficou muitas vezes afastada do movimento das ideias, produzindo um saber meramente erudito, monográfico, não gerando questionamentos. Em consequência, ela deixa o campo livre a uma proliferação midiática dos discursos sobre a China, por vezes à beira da “sino-exaltação”, mesclando artigos de revista sobre o “desenvolvimento pessoal” ao êxtase diante de qualquer ideograma caligrafado, ou dos sonhos de conquistas dos chefes das operações armadas do Sunzi e das receitas de Feng shui (a “geomancia” chinesa). Poderemos sair deste impasse? A questão se coloca de maneira tanto mais urgente em virtude de a China ter voltado ostensivamente ao cenário mundial. Se não quisermos nos encerrar na erudição ou ceder às seduções meramente ideológicas, não há outra solução além de fazermos trabalhar juntos o questionamento filosófico e a profissão de sinólogo. E isso, obviamente, com prudência e paciência, pois após abandonar os lugares-comuns e os efeitos da propaganda, as questões tornam-se difíceis, a exemplo daquela aqui abordada sobre as apostas e os atuais limites da ocidentalização da China. Lembremo-nos de que não foi a China quem optou por ir ao encontro do Ocidente, mas sim, o Ocidente que foi até ela, e isso por duas vezes: primeiro no século 16; depois, no século 19. O primeiro encontro foi realizado suavemente, por intermédio dos missionários que acreditavam ser possível evangelizar os chineses sem encontrar resistência — tal como acontecera com a recente conversão dos índios da América — mas logo se desencantaram. Em compensação, o segundo encontro foi feito não pelas missões, mas pelos canhões e por motivos puramente econômicos, ligados ao tráfico de ópio. Foi nesse contexto dramático que a China teve que “pedir emprestado”, urgente e dolorosamente, à Europa, ou seja, seguir seu exemplo nos domínios (econômico, técnico, científico) em que se impunha a superioridade do Ocidente (JULLIEN, 2006).

Com base no texto lido, qual é a discussão que o autor, François Jullien, busca reproduzir acerca do estudo da China?

Resposta Comentada

O objetivo aqui é que você identifique o problema das correntes acadêmicas e exotéricas sobre o caso da China, identificando tanto os preconceitos gerais quanto os estereótipos que são criados sobre a mesma. No caso dos estereótipos, Jullien cita os mais comuns, relacionados às ciências chinesas, ao misticismo e à leitura isolada de clássicos do pensamento chinês, como Sunzi. Por outro lado, a desqualificação da China veio por meio da invasão ocidental, que através da violência e da tecnologia impôs, ao país, a necessidade de modernizar-se – o que na época era considerado sinônimo de “ocidentalizar-se”.

RESUMO

Nesta aula, buscamos fazer uma introdução sobre o que é o “Orientalismo” e como ele tem influenciado profundamente nossa formação histórica, intelectual e mental, carregando-a de preconceitos e enganos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, faremos um aprofundamento das questões relativas ao Orientalismo, suas principais vertentes e como estudá-lo.

Aula 2

Visões do Orientalismo

André da Silva Bueno

Meta da aula

Consolidar o conhecimento sobre a questão do Orientalismo como teoria, para se compreender as civilizações asiáticas, assim como suas principais correntes e problemas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. distinguir melhor as diferenças entre as correntes academicista e esotérica;
2. analisar como pode ser feita uma “terceira via” do Orientalismo mais adequada e sem preconceitos.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, apontamos a necessidade de estudar a história asiática. Aqui, trataremos da divisão entre orientalistas “academicistas” e os “esotéricos”, condição presente e indissociável do processo de formação daqueles que, porventura, acabam se interessando pelos estudos asiáticos. Nesta aula, estudaremos um pouco melhor essa questão, bem como discorreremos brevemente sobre a “terceira via” do Orientalismo, ou a possibilidade de fazermos estudos asiáticos de uma forma menos preconceituosa e problemática.



Figura 2.1: A burca é um elemento marcante de algumas culturas orientais. Também se fixa, no senso comum de um imaginário global, como símbolo de uma sociedade extremamente machista. Mas, afinal, o que ela representa? Como surgiu? O que pensam as mulheres sobre seu uso? Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Burqa_Afghanistan_01.jpg

Esta é a nossa segunda aula. Mas você já pode muito bem fazer um exercício de autocritica e rever as noções anteriores sobre o imaginário de Oriente que você tinha. Qual seria ele? Muito diferente do que estamos vendo? Em que sentido ele se apresenta para além dos véus nas faces das mulheres, para além de uma sociedade que oferece privilégios excessivos aos homens, para muito além do homem-bomba? A nossa visão sobre o Oriente não estaria extremamente viciada na representação que os países ocidentais ou de orientação ocidental fazem dele? Pois bem, entregue-se a esse exercício de ver o Oriente para muito além da mão pesada, que, milenarmente, o vem colocando apenas como sendo o “extremista”.

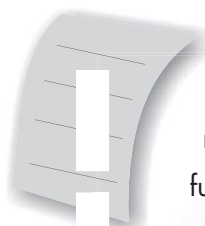
O que é a visão academicista?

Como bem afirmou Jean Riviere,

Para o homem ocidental, o Oriente é uma palavra que evoca as mais diversas e contraditórias imagens; provoca nele sentimentos de uma curiosidade frequentemente pueril, de sonhos românticos que não correspondem à realidade, ou então imagens de miséria social, de repulsa, de piedade e de um temor irracional. Os juízos sobre a Ásia são geralmente elementares, parciais e definitivos; há, em resumo, uma curiosidade simpática ou uma incompreensão desconfiada, segundo o estado de espírito de cada um. Na realidade, o Ocidente ignora o Oriente e por isso o historiador francês René Grousset (1885-1952) pode escrever que "A revelação do pensamento indiano e do pensamento chinês equivale, para nós, à descoberta de diferentes seres humanos, de diferentes habitantes de outros planetas" (RIVIERE, 1979).

Essa afirmação é verdadeira, na medida em que o Ocidente busca, a fim de suprir essa falha, utilizar-se do prisma científico para iluminar o seu “desconhecimento” sobre o Oriente. Sabemos que, na sociedade ocidental, o critério científico é tratado pelo senso comum como o referencial de “verdade” epistemológica, aplicando-se a

todos os campos do saber existentes. Obviamente, tal critério já foi amplamente discutido por filósofos e historiadores, mas, ainda assim, ele encontra ressonância na sociedade e nos agentes constitutivos das ciências humanas. É bastante comum, por exemplo, observarmos a relação absolutamente ilógica que um historiador ocidental possui com sua área de saber, quando pressupõe que uma boa formação acadêmica pode deixar de fora a história asiática – ou seja, mais da metade do mundo, com seus modelos históricos únicos –, acreditando que o seu instrumental teórico-metodológico pode dar conta dessas civilizações “se for necessário”. Não obstante, se chamado a opinar sobre o assunto, muitas vezes ele se contenta com a leitura breve de um manual qualquer, emitindo juízos de valor sobre a história e a cultura dessas civilizações com uma irresponsabilidade que nunca assumiria perante o seu objeto de estudo particular.



A *visão acadêmica* é aquela ligada aos meios universitários e políticos, cuja orientação fundamental, no século +19 e até a segunda metade do +20, era a de justificar o colonialismo e o imperialismo ocidental. Contudo, ao longo do mesmo século +20, primeiro o socialismo e depois a globalização vieram dar um forte golpe contra esta linha de pensamento, forçando-a a rever seus discursos preconceituosos e dominadores.

Contudo, isso ainda não é o pior; ele pode justificar que a história asiática não é válida para os nossos estudos, pois não faz “parte de nossa tradição cultural”; que a sua presença histórica é um “modismo”; que “devemos aplicar os recursos universitários com objetos de estudo que nos são familiares ou próximos”, como se a maioria dos trabalhos historiográficos tivesse uma função clara e

mercadológica de gerar informações negociáveis. Ora, justamente por todos esses motivos é que a Ásia deveria ser estudada, como sabemos, mas o tacanho das respostas esconde o despreparo ao qual estão expostos determinados autores cujas formações acadêmicas não se encontram nem preparadas nem dispostas a ir para além de sua estreiteza. A resposta para esse problema pode ser encontrada, por conseguinte, no desenvolvimento da tradição orientalista no Ocidente.



Figura 2.2: Pôster de Edward Said, pensador palestino e principal crítico do Orientalismo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Poster_of_Edward_Said.jpg

Edward Said

Pensador palestino (1935-2003) um dos fundadores das teorias pós-colonialistas, que defendem a revisão da literatura por meio de uma desconstrução das visões europeizadas. Defendeu ativamente a questão da autonomia da Palestina.

Como foi muito bem apresentado por **Edward Said**, em seu livro *Orientalismo – a invenção do Oriente pelo Ocidente* (1978), o Oriente que hoje conhecemos – com todas as suas indistinções e análises problemáticas – é fruto de uma construção acadêmica ocidental (se é que tal existe, talvez sendo melhor classificá-la como europeia) que buscou subjugar tudo aquilo que estava fora de sua tradição histórica a um critério pseudocientífico, no qual os outros (os asiáticos, no caso) foram classificados em degraus de uma hierarquia

de saber que buscava provar, a todo o tempo, sua inferioridade cultural, intelectual e racial.

As distorções causadas por esse empreendimento são flagrantes e gritantes. Ensejando provar que o Oriente e a África eram o lar de um perene subdesenvolvimento, os centros acadêmicos buscaram valer-se de sua autoridade como “produtoras de conhecimento” para afirmar que tais mundos de civilizações nunca haviam conseguido alcançar um nível satisfatório de ciência, saber e história. Suas vidas seriam irracionais, suas realizações, baseadas num empirismo primitivo, sua qualidade de vida, ausente (exceto para os déspotas). Tal ambiente formou-se principalmente no século XIX, mas podemos afirmar que em várias partes do mundo (como no Brasil) ele continua a existir.

Eis a razão pela qual, por exemplo, achamos exótico e irracional um chinês comer grilos ou um indiano não comer vacas. Não aprendemos a nos perguntar qual a justificativa para se matar uma vaca, além de uma noção cultural que privilegia o consumo de sua carne, ou pelo fato de acharmos insetos animais pouco comestíveis. Preferimos acreditar que tudo que fazemos é realizado dentro de uma razão científica que a tudo justifica e para tudo dá resposta. Do mesmo modo, como classificamos os orientais de estranhos e primitivos, suas produções culturais não são interessantes senão pelo aspecto exótico. Temos essas sociedades como incompreensíveis, diante de sua obstinação em não aceitar por completo os nossos padrões ocidentais de razão e ciência, que são – para nós – universais, completos e bem fundamentados. Nesse momento, portanto, esquecemos que nós mesmos somos capazes de criticar noções como “verdade absoluta” e aplicamos sobre eles nossas crenças, como se estas fossem baseadas na mesma “verdade absoluta” que nos dirige e sustenta. A contradição mantém-se pela gaiola que essa ideia constrói ao redor do conhecimento; ou quem pode se dedicar a um estudo tão pouco “sério e desinteressante” das civilizações asiáticas sem ser questionado se o mesmo é “viável e pertinente” para a academia?



Figura 2.3: Imagem do cotidiano palestino: soldado israelense ameaça civis. Por que não deveríamos nos preocupar com isso?
Fonte: <http://livefromoccupiedpalestine.blogspot.com/2010/04/my-mother-infiltrator.html>

Devemos considerar, no entanto, que todos os países com experiências imperialistas recentes (ou seja, os próprios construtores do Orientalismo) foram obrigados a rever suas posições, fosse pela redescoberta da autenticidade dessas civilizações, fosse pela necessidade estratégica surgida com o advento do comunismo e das grandes guerras ao longo do século XX. Parece, então, que os últimos redutos desse Orientalismo reticente fincaram-se nas sociedades “periféricas”, tal como no Brasil, onde persiste a concepção de que o estudo da Ásia é algo secundário. Em vez de criarem centros de estudo, capazes de enfrentar os desafios do mundo asiático, os governos dos países “periféricos” preferem escolher a mediação internacional, abrindo mão de uma negociação direta e abandonando-se aos interesses de intermediários europeus e americanos. Não é de estranhar: nos tempos do regime militar, por exemplo, combatia-se a União Soviética – e não havia nenhum curso sobre ela na maior parte das faculdades de História; por outro lado, para os que admiravam os Estados Unidos (ou mesmo para os que o tratavam igualmente como o grande inimigo), a frustração era

dupla – a história americana também não era incluída em nenhuma disciplina, obrigatória ou opcional. Ou seja: nossos especialistas em História e Cultura estavam totalmente despreparados para lidar com as maiores potências da época, numa situação de completa dependência e ignorância sobre as mesmas. No caso da Ásia, a situação ainda persiste, mesmo que já se saiba que China e Índia são as economias que mais crescem no mundo atual.

O que esperar, portanto, de uma sociedade acadêmica que só recentemente adotou a obrigatoriedade do ensino de História da África – ainda que ela seja feita por especialistas que só consideram História da África como a presença da escravidão negra no Brasil?! E as bases originais e tradicionais? E a História da África em si?



Figura 2.4: O intelectual português Boaventura de Sousa Santos, um dos principais ideólogos contra o imperialismo cultural da atualidade.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Boaventura_de_Sousa_Santos_2010.jpg.

A visão academicista tradicionalista pode ser resumida, por fim, como a tentativa constante, no âmbito universitário, de legitimar o preconceito através de um critério pseudocientífico e cultural que submete o Orientalismo a uma hierarquia imaginária de civilizações.

Boaventura de Sousa Santos

Pensador português (1940) especializado em Sociologia do Direito e Economia, é, no entanto, um dos autores mais prolíficos na questão da cultura e da transculturalidade, atuando em vários fóruns mundiais como intelectual e defensor das minorias.

Tal acontecimento dá-se por meio de uma produção acadêmica que, supostamente, traz consigo uma estampa de credibilidade e racionalidade – critérios que, se devidamente aplicados, teriam trazido ao campo das Ciências Humanas outra perspectiva sobre a Ásia e a África. Repetindo a consideração de **Boaventura de Sousa Santos**:

Do ponto de vista do Ocidente, o Oriente é a descoberta primordial do segundo milênio. O Ocidente não existe fora do contraste com o não Ocidente. O Oriente é o primeiro espelho da diferença neste milênio. É o lugar cuja descoberta indica o lugar do Ocidente: o centro da história que começa a ser entendida como universal. É uma descoberta imperial que em tempos diferentes assume conteúdos diferentes. O Oriente é, antes de mais nada, a civilização alternativa ao Ocidente — tal como o Sol nasce no Oriente, também aí nasceram as civilizações e os impérios. Esse mito das origens tem tantas leituras quantas as que o Ocidente tem de si, ainda que estas, por seu lado, também não existam senão em termos da comparação com o que não é ocidental. Um Ocidente decadente vê no Oriente a Idade do Ouro; um Ocidente exaltante vê no Oriente a infância do progresso civilizacional.

Presas a essas visões, muitas vezes a academia precisa justamente fazer o seu trabalho, que é livrar-se delas...

A visão esotérica

Como o próprio nome já diz, essa visão situa-se “fora” da nossa tradição. Ela surgiu como uma alternativa à decepção gerada pela ciência e pela religião ocidental de tentar explicar o mundo numa perspectiva salvacionista, que se mostrou falha e contraditória; afinal, a medicina não prometeu a cura de vários males que ainda afligem a humanidade? O cristianismo não prometeu a melhora espiritual do mundo? O que houve, então, que fez com que os saberes ocidentais não cumprissem a promessa de melhorar o mundo?

Claro que essa sucinta abordagem não deixa de ser relativamente superficial, mas é verdadeira. Nós, ocidentais, sentimos que essa hierarquia cultural não melhorou em muito a vida de várias das sociedades que integram o “Ocidente”. A pobreza e a hipocrisia ainda corrompem algumas das mais legítimas tentativas da ciência de melhorar o mundo. Imbuídos dessa constatação crítica, a partir do mesmo século XIX, um número substancial de intelectuais, viajantes, curiosos, teólogos e cientistas dirigiu seus olhares para o Oriente, na busca de uma resposta a suas indagações. Há algum lugar no mundo em que tais problemas possam ser respondidos de outra maneira? E se há, qual é a resposta? O que fazia com que budismo, taoísmo, confucionismo ou hinduísmo continuassem a sobreviver como disciplinas morais e religiosas após séculos de uma história ainda mais antiga que a do cristianismo? Como explicar que a China havia inventado o papel, a bússola, a pólvora, a porcelana, descoberto o aço séculos antes do Ocidente e ainda assim, nessa mesma época, ser uma civilização tão “atrasada” aos olhos dos ocidentais? Enfim, essas civilizações eram realmente inferiores ou elas escondiam algum tipo de “segredo”?

Para esse grupo de peregrinos e estudiosos, a resposta deu-se ao avesso do academicismo; o Oriente era o centro de uma produção “espiritual” que não tinha equivalente na Europa. Fenômenos de controle do corpo e da mente, demonstrados pela ioga, a sabedoria simples e eficaz dos ditos e a medicina naturalista dos chineses, tudo isso compunha o cenário bucólico de uma insuspeita evolução sagrada que havia abandonado a tecnologia em prol do bem-estar humano. Tratava-se de um paraíso perdido, a **Shangri-lá** que muitos exploradores ainda procuravam no século +19 em plena Ásia.

Shangri-lá

Reino mítico que aparece nas tradições asiáticas como uma espécie de paraíso perdido; no século +19, os esoteristas associaram-no ao paraíso cristão, e alguns aventureiros foram procurá-lo no Tibete.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lahiri_Mahasaya.jpg

Na imagem acima, temos um grande iogue indiano, Lahiri Mahasaya, sentado na posição de lótus. Em sânscrito, *Mahasaya* significa "grande alma", e a posição de lótus melhora a respiração e promove a estabilidade física. Essa posição talvez seja o mais importante símbolo da religiosidade oriental, na qual Buda (criador do budismo) e Shiva (deus do hinduísmo) são frequentemente representados. Essa posição trabalha as articulações do joelho e do tornozelo, tonificando os órgãos abdominais, assim como a coluna, tornando-a bem irrigada. Esses movimentos da ioga têm sempre um sentido espiritual e físico, buscando-se a harmonia na interação entre corpo e mente. Em geral, a fusão de elementos de tradições orientais diversas é comum na corrente esotérica, o que pode acabar acarretando uma porção de equívocos ou um enfoque raso sobre a cultura do Oriente.

Claro que essa visão dispensava de sua análise a estrutura autoritária do império chinês ou a difícil vida do camponês indiano, a sua vida delimitada pelo sistema de castas... No entanto, o Oriente deveria ser olhado por seu saldo positivo. E, de fato, os esotéricos – graças a um tipo de dedicação especial que não existia entre os acadêmicos – tendiam a se tornar grandes especialistas nas línguas e culturas asiáticas, dominando aspectos dos idiomas, das crenças, dos costumes, dos pensamentos e das religiões que escapavam aos universitários. Onde não lhes faltava vontade faltava, porém, método e conhecimento histórico. Daí a razão de as análises desse grupo oscilarem constantemente entre uma profundidade intelectual capaz de contestar seriamente as propostas acadêmicas e uma superficialidade ou ingenuidade quase infantil.



Figura 2.5: Richard Wilhelm (1873-1930), um dos melhores tradutores da China – no entanto, um fascinado por esoterismos, mesmo sendo pastor protestante.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Bundesarchiv_Bild_147-0209,_Richard_Wilhelm.jpg.

**Richard Wilhelm
(1873–1930)**

Pastor alemão que foi em atividade missionária à China, mas acabou fascinado pela cultura daquela civilização. Sua tradução do *I Jing* – o *Tratado das Mutações*, antigo livro chinês oracular, é considerada a melhor realizada até hoje.

Podemos citar casos, como o de **Richard Wilhelm**, por exemplo, um dos melhores tradutores do *Tratado das Mutações (I Jing)*. Ele foi um religioso alemão interessado em converter os chineses e que, de tanto se fascinar com sua cultura, praticamente terminou “convertido” ao taoísmo. Não nos atenhamos, porém, ao critério da fé pessoal: o fato é que sua tradução do *I Jing* é profunda, densa, muito bem-acabada e bem-feita, apurada, feita com um zelo dignificante, que a tornou um ponto de referência para qualquer esotérico ou acadêmico; no entanto, seu livro sobre história da China (*História da China*, 1925) é fraco, superficial, opinativo, quase um pálido panfleto perto de sua tradução do *I Jing*.

Outro famoso orientalista francês, René Guenon, perambulou por entre vários sistemas religiosos asiáticos até terminar como um sufi. Uma boa parte de suas obras que contém análises simbólicas das religiões orientais destaca-se por sua erudição. Contudo, ao referir-se às bases dessas tradições, ele nunca vai além do que elas próprias informam a ele, citando-as de forma acrítica, superficial e buscando se contrapor ao academicismo estabelecido, colocando como “verdades” os conhecimentos esotéricos, em contraponto aos “enganos” das tradições científicas ocidentais. Podemos ainda citar outros: John Blofeld, estudioso do taoísmo e do budismo chinês; Frithjof Schuon, criador da *Sofia Perennis*, um tipo de “filosofia” que buscava a unidade das religiões; Alan Watts (filósofo principal das gerações *hippies*, embora seus pronunciamentos se dirigissem à academia) etc. Todos esses autores têm alguma interessante contribuição a dar ao Orientalismo, mas todas devem ser tomadas com extremo cuidado.



A Sofia Perennis é uma linha pseudofilosófica que visa englobar todas as tradições religiosas numa única tradição, entendendo que a unidade espiritual deriva de visões diferenciadas sobre o divino. Essa linha de pensamento criou as bases para as análises superficiais do esoterismo, associando todo tipo de conteúdo religioso ou cultural – divindades, oráculos e imagens – como um conjunto inter-relacionado de coisas, ignorando, muitas vezes, suas origens e tradições históricas.



O movimento sufi

Embora muitos não saibam, o islamismo também possui uma vertente esotérica e mística chamada sufismo. Ninguém sabe ao certo quando ela surgiu, mas em torno do século X alguns autores sufis já eram famosos a ponto de serem perseguidos por fazerem afirmações consideradas “heréticas”. Um deles, por exemplo, foi Hallaj, sufi persa dessa época, que afirmou que o homem e Deus eram a mesma coisa e um só – o que foi considerado um escândalo, tendo em vista a suposta condição inferior do homem perante Deus no Islã tradicional. Os sufis acreditam, pois, num conhecimento iniciático, que mistura meditação, danças, orações especiais e em alguns casos até mesmo alquimia. O objetivo fundamental é alcançar Deus num êxtase espiritual, que só pode ser atingido de modo particular. Por causa das perseguições, os sufis possuem organizações discretas, mas não

fechadas – os interessados em participar de seus cultos devem, antes, estudar alguns pontos básicos de suas doutrinas. Somente em alguns países onde ele realmente é proibido os sufis encontram-se em grupos secretos.

O problema desses trabalhos é o de estarem calcados num estereótipo às avessas do que pode ser o oriental, no sentido de não o transformar em um semideus, repleto de características que o coloquem permanentemente como sendo um ser misterioso, religioso, profundo, espiritual, entendedor natural de sua cultura, que lhe permite sempre ser (em potencial, segundo nossa crença) um mestre em artes marciais, pintura, medicina, cozinha, religião, sabedoria, filosofia... e tudo mais que buscarmos encontrar nele. Sobre o oriental, a corrente esotérica projeta todos os seus anseios de realização não atingidos pelo “ocidentalismo”; por outro lado, mostra a todos as latentes contradições que existem em nossa cultura, a incapacidade de ver o outro como um ser legítimo e a dificuldade cíclica em acompanhar seu desenvolvimento histórico e cultural. Atravessando o século +20, a corrente esotérica chega até os dias de hoje mesclando-se com práticas religiosas e mágicas diversas que compõem o movimento conhecido como “Nova Era”.

Uma terceira via

A par dessas duas correntes, creio que deva ser necessário, por conseguinte, apresentar o que pode ser uma “terceira via” do conhecimento ocidental sobre o Oriente. Partimos desde o início da seguinte consideração: não somos orientais nem podemos pretender sê-lo (como os esotéricos anseiam), por uma série de questões que englobam a estrutura de nosso processo de formação cultural. No entanto, devemos asseverar a importância do senso crítico e da capacidade que temos de utilizar as ciências como instrumento (e não como fim) do conhecimento.

Para tanto, podemos perfeitamente nos utilizar de nossos métodos, contanto que seja para compreender – e não provar uma concepção *a priori* – o que se apresenta no decurso de nossos estudos sobre outra civilização. É preciso enfatizar este ponto: um dos erros muito comuns nas atuais Ciências Humanas é o de aventar uma hipótese antes de nos aprofundarmos num determinado objeto de estudo. Quando nos deparamos com um diferencial em nosso objeto de estudo, tendemos a afastá-lo ou minimizá-lo de nossa “experiência” para provar o que estamos dizendo, em vez de rever a hipótese – um processo muito comum no meio universitário. Em muitos casos, o próprio especialista não comete esse erro com um intuito vilanesco, mas por ser incapaz de aceitar que sua pesquisa possa tomar outro rumo, pois ela é baseada num método científico eficaz. Muitas vezes, o pesquisador encontra na peça que não se encaixa em sua análise um “diferencial” cultural típico do exótico que constitui o objeto, rejeitando-o com uma particularidade pouco pertinente. Ou seja, tendemos a afastar aquilo que não buscamos em nossas pesquisas, quando isso pode significar, justamente, um fator novo.

Um exemplo excelente de abertura intelectual que constitui essa “terceira via” esteve presente na escola de estudos franco-indianos, na primeira metade do século +20. Constituída por grandes especialistas como Louis Renou, Jean Filliozat, Jean Varenne e Masson-Oursel, essa escola deparou-se, na época, com a “sensação”, causada pela difusão da ioga na Europa, como uma modalidade esportiva e religiosa. Em meio à controvérsia do “que seria a ioga?” e das possíveis consequências de sua prática física, esses especialistas propuseram-se avaliar em conjunto a eficácia e os desdobramentos da ioga na sociedade indiana, bem como de seus propalados efeitos “sobrenaturais”. O resultado pode ser visto no livro de ioga de Masson-Oursel (*O ioga*, 1956), que nos apresenta um panorama bem diverso dessa prática. Para além de uma disciplina religiosa, a ioga tinha notáveis efeitos físicos – alguns explicáveis à luz da ciência ocidental, outros não. O interessante

dessa abordagem reside na constatação de que algumas das coisas “inexplicáveis” da ioga não eram, necessariamente, frutos de uma devoção religiosa; alguns efeitos físicos eram embustes, outros eram reais, sendo possível atingir os resultados dessa prática apenas com a própria ioga – independentemente de uma vinculação religiosa específica.

**Mircea Eliade
(1907-1986)**

Estudioso romeno da História das Religiões, foi, talvez, o maior representante dessa linha de estudos no século +20, tendo publicado uma vasta produção nesse sentido. Sua abordagem, porém, não é esoterista. Mircea foi um autor dedicado, profundo estudioso das tradições religiosas, mas seu trabalho é, acima de tudo, científico e antropológico.

Mircea Eliade, pesquisador romeno especializado em História das Religiões, também dedicou-se à ioga em sua juventude, constatando seus efeitos físicos benéficos sem taxá-los de sobrenaturais ou de truques. A ioga, na visão do autor, tratar-se-ia tão-somente de uma disciplina que não conhecemos, tal como, às vezes, a medicina ocidental também é desconhecida dos orientais.

Tal se dá, igualmente, com o estudo da história Chinesa. Enquanto o Ocidente tratou a Antiguidade chinesa como uma construção mítica e “inferior”, a academia recusou a historiografia nativa pela ausência de uma comprovação histórica, enquanto os esotéricos a tratavam de uma tradição “hermética”. A sinologia francesa, já no final do século +19, por intermédio de Édouard Chavannes, iniciou um processo sério de revisão destes paradigmas, sendo essa a primeira linha de estudos a buscar compreender a China por ela mesma – projeto concretizado na figura de seu maior e melhor aluno, Marcel Granet, cujos trabalhos revolucionaram o estudo da China no Ocidente em função das inúmeras possibilidades teóricas e metodológicas por ele aventadas.

CONCLUSÃO

Vimos, portanto, que temos as condições disponíveis para fazer um estudo sobre o Oriente que busque, antes de tudo, conhecê-lo em função dele mesmo. Não podemos ser ingênuos, claro, em acreditar que em nenhum momento estamos em busca de algo na China ou na Índia que esteja ausente em nós mesmos – mas a leitura

da alteridade, se bem conduzida, pode nos proporcionar respostas científicas e humanas cujo potencial crítico, intelectual e sapiencial ainda nos é pouco familiar.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

O movimento do mundo é o processo segundo o qual mundos múltiplos comunicam-se e lutam entre eles, interpenetram-se e transformam-se mutuamente. Assim, quando os historiadores situaram a Ásia nas relações mundiais, apreenderam que a modernidade não se define em relação a uma ou outra sociedade, mas em função do resultado de uma interação entre regiões e civilizações diferentes. Neste sentido, a ideia da Ásia perde sua validade, pois não se trata de uma entidade independente, nem de um conjunto de relações. Essa reinvenção de uma Ásia que não é nem o começo de uma história mundial linear nem o fim, nem sujeito autárquico nem objeto subordinado, dá oportunidade de reconstruir a história do mundo. E isso deve também nos levar a analisar novamente a ideia da Europa, pois não se pode continuar a considerar a Ásia em relação à visão que a Europa tem de si.

As representações da Ásia já evocadas ressaltam a ambiguidade e as contradições que compreende a ideia da Ásia. Esta é ao mesmo tempo colonialista e anticolonialista, conservadora e revolucionária, nacionalista e internacionalista; ela encontra sua origem na Europa e transforma a interpretação que a Europa tem de si mesma; ela é estreitamente ligada à questão do Estado nacional e confirma a visão imperial; é um conceito de civilização em contraste com o da Europa, e uma categoria geográfica estabelecida nas relações geopolíticas. Quando estudamos a independência política, econômica e cultural da Ásia atual, é preciso termos em conta efetivamente o fato de que a ideia da Ásia surgiu nos deslizos, na ambiguidade e nas contradições. Não poderemos encontrar as chaves para transcender ou dominar esses deslizos e essas contradições a não ser compreendendo as relações históricas particulares que lhes deram nascimento.

A crítica ao eurocentrismo não deveria tentar confirmar o asiacentrismo, mas eliminar a lógica egocêntrica, exclusiva e expansionista da dominação. Será impossível compreendermos a importância da modernidade asiática se esquecermos as condições e os movimentos históricos descritos acima. Por isso, as novas representações da Ásia devem ultrapassar os objetivos e os projetos dos movimentos socialistas e de libertação nacional do século XX. Nas circunstâncias históricas atuais, elas devem refletir sobre os projetos históricos não realizados desses movimentos. O objetivo não é criar uma nova guerra fria, mas abolir a antiga e suas formas derivadas; não é de restabelecer a relação colonial, mas de eliminar os vestígios e impedir que se desenvolvam formas nascentes de colonialismo.

Portanto, a questão da Ásia não diz respeito somente à Ásia geográfica, mas à “história mundial”. Reconsiderar a “história asiática” exige reconstruir a “história mundial” e ultrapassar a ordem do “novo império” do século XIX e sua lógica (WANG, 2005).

A partir do que foi visto nesta aula, produza um texto de 10 linhas explicando a relação entre o texto de Wang Hui e nossa discussão sobre a terceira via do Orientalismo.

Resposta Comentada

Você deve ter respondido que o texto de Wang Hui relaciona-se com a necessidade de superar os preconceitos acadêmicos ou esotéricos, no sentido de construir uma nova história da Ásia, e de como essa é de suma importância para reescrever a história do mundo. A nova história da Ásia precisa escapar do eurocentrismo acadêmico, como ele mesmo afirma, mas também deve ser concebida por meio de uma observação ponderada e intelectual, e não idealizada, sob o risco de se cair num asiacentrismo – como faziam os esotéricos. Por fim, a história da Ásia tem de ser incluída numa nova história mundial, mais abrangente e rica, que se livre de perspectivas hegemônicas e colonialistas.

RESUMO

Nesta aula, o objetivo foi fortalecer as noções que precisamos alcançar sobre as principais correntes do Orientalismo, que seriam o academicismo tradicional, o esoterismo e uma terceira via, constituída por um estudo mais aprofundado das civilizações asiáticas, a partir de suas próprias tradições.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos os primórdios da civilização chinesa, a sua historiografia tradicional e as fontes para compreender seu passado.

Aula 3

A construção da história chinesa

André da Silva Bueno

Meta da aula

Discutir a construção da história antiga chinesa, suas principais fases, cronologia e teorias.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar elementos básicos da tradição historiográfica chinesa;
2. analisar como a história chinesa foi construída no Ocidente;
3. reconhecer a cronologia dos períodos antigos e a documentação básica para o estudo da história antiga chinesa.

INTRODUÇÃO

A aventura da China continua. Como a civilização indiana, a chinesa é uma das mais antigas do mundo, com uma história que continua a evoluir desde sua gênese até os nossos dias. Esta é uma marca fundamental do “Oriente”: a Antiguidade continua viva, e temos a oportunidade de vislumbrar as permanências dos tempos clássicos no pensamento, na cultura e nos hábitos. Não obstante o interesse científico que ela pudesse despertar pelo seu passado, a China é, além disso, uma das maiores nações dos tempos atuais. É o país que mais cresce economicamente, que tem a maior população, que tem a língua mais falada no planeta e um sistema de escrita que serve de base (e pode ser compreendido) por diversas outras nações que não falam chinês. Nos tempos passados, a China havia conseguido constituir um dos maiores impérios da humanidade, valendo-se de cavalos, flechas e um sistema burocrático eficiente. Teria sido, também, a sociedade tecnicamente mais avançada do mundo em vários campos, até o século +18, quando os europeus consolidaram uma série de avanços no ramo da ciência que inverteram a hierarquia de poder entre os Estados mundiais, estabelecendo o período das “grandes descobertas e conquistas” – embora uma parte substancial do que os europeus “descobriram” já fosse bem conhecida por outros povos.

O pensamento chinês difundiu-se de forma poderosa por outras paragens; o confucionismo foi absorvido como ética social e de trabalho no Japão e na Coreia; o budismo, vindo da Índia, foi adaptado pela cultura chinesa, que empreendeu sua divulgação por vários outros países, através de versões próprias, como a Chan (“meditação”; em japonês, *zen*), sem contar o trabalho de várias outras escolas cujas discussões filosóficas acompanharam por séculos seus similares europeus.

Mas então, a pergunta que fica é a seguinte: por que sabemos tão pouco sobre a China? Por que continuamos a ignorar a existência desta civilização, suas contribuições ao pensamento e à ciência

mundial e, principalmente, seu ressurgimento e ascensão no mundo moderno? A explicação que podemos apresentar é simples e, no entanto, problemática.



Figura 3.1: A partilha da China na visão de uma caricatura do século +19.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:China_imperialism_cartoon.jpg

O Ocidente conseguiu, no século +19, empreender o desmembramento e a dominação das nações asiáticas e africanas. Este processo, marcado pela violência e pela avidez, pôs em xeque as realizações das culturas orientais, como se tais fossem “atrasadas”, “inferiores” etc., criando um discurso marcado pelo racismo e pelo desconhecimento, e difundindo a falsa concepção de que as culturas ocidentais ofereceriam as ideologias predominantes do futuro mundial, fomentando, por conseguinte, a ideia de que só seria interessante, igualmente, estudar e analisar aquilo que fosse europeu ou norte-americano.

Não foi preciso muito tempo para demonstrar que esta concepção era totalmente falha: desde cedo, se os orientais preocuparam-se em absorver elementos da cultura ocidental, foi tão-somente para reforçarem suas próprias estruturas de vida. É o que observamos no caso do Japão, durante a Primeira e Segunda Guerras, e no caso do Vietnã, da Coreia do Norte, entre outros. Tais processos de resistência, aos quais se somam a revolução comunista chinesa, a vitória da libertação da Indonésia e mesmo a independência da Índia, fazem-nos questionar se o que o “Oriente” absorveu da cultura ocidental não foi somente aquilo que poderia ser utilizado em função da própria autodeterminação do “Oriente”. Essa ideia parece ser procedente. Seria um engano acreditar que apenas um século de dominação direta poderia desarticular o desenvolvimento de culturas milenares, apagando suas manifestações e tornando-as um passado remoto. Mas é um erro pensar também que estas mesmas civilizações não se encontravam em momentos complexos de sua existência e talvez mesmo de colapso, quando da chegada dos europeus em seus territórios, pois, se assim não fosse, dificilmente as mesmas teriam sido dominadas.

Há de se levar em conta, por fim, que toda uma conjuntura propiciou ao Oriente sua derrocada; mas também que, neste mesmo tempo, estes povos foram capazes de rearticular seus modos de vida dentro de um padrão que congraçava, habilmente, elementos de sua própria cultura com as novidades vindas do exterior, propiciando seu soerguimento nos dias atuais.

São os elementos introdutórios da história da China que nos interessam nesta terceira aula: nosso intuito é percorrer, na Antiguidade chinesa, o processo de desenvolvimento desta civilização, buscando observar o surgimento de uma série de instituições e práticas culturais que nos levem a compreender como se deu a construção de suas estruturas sociais, políticas e econômicas. Iremos analisar de forma sucinta o período que abrange desde a Pré-História até a constituição das dinastias e do primeiro grande Império chinês, o Han, nos séculos –3 a + 3. A seguir, há uma tabela para você visualizar melhor algumas dinastias e algumas de suas características sempre que tiver necessidade:

Períodos tradicionais	Moderna arqueologia
Dinastia Xia -2205 a -1766	Fase do Bronze 1 – Transição
Dinastia Shang -1766 a -1122	-1500 a -1028 – Fase do Bronze 1
Zhou anterior -1122 a -650	-1027 a -650 – Fase do Bronze 2
Zhou posterior -650 a -221	-700 a -221 – Transição Ferro
Período Qin -221 a -206	-221 a -206 – Teoria dos Cinco Elementos
Han anterior -206 a +9	-206 a +9

Construção da história chinesa

A China já produzia sua história e seus métodos historiográficos próprios muito antes da chegada das concepções europeias de ciências humanas no século +19. E, diga-se de passagem, estes métodos eram tão bem articulados que os primeiros pesquisadores estrangeiros aceitaram, por diversas vezes, as versões chinesas sobre o seu próprio passado sem muito discutir (GERNET, 1979).

A história chinesa começou a ser redigida tendo por mister resgatar uma ideia de passado que servisse de modelo para as gerações futuras. Assim sendo, os chineses começaram, desde cedo, a empreender a prática de registrar, analisar, recolher dados e fixar eventos como forma de referendar certas concepções de universo e sociedade nas quais se viam inseridos.

Os dois primeiros grandes historiadores chineses teriam sido Confúcio (Kong Fuzi), que teria vivido nos séculos -6 a -5 e que se tornou famoso pela escola de pensamento desenvolvida a partir de seus ensinamentos; e Sima Qian (séculos -2 a -1), o “pai” da história chinesa, que desenvolveu os métodos de pesquisa empregados na redação dos registros dinásticos até o fim da era imperial. Isso não quer dizer que, antes disso, a China não houvesse produzido textos históricos; mas Confúcio foi o primeiro grande recuperador e editor destes conteúdos – como a sua produção comprova –, enquanto

Sima foi o organizador da primeira cronologia histórica “definitiva” das dinastias antigas, bem como biógrafo dos grandes nomes da história e do pensamento chineses.

Soma-se isso ao fato de a cultura chinesa apreciar com gosto a tradição enciclopedista: grande parte dos autores que integravam as diversas escolas filosóficas chinesas antigas havia trabalhado no acervo de bibliotecas particulares ou dos governos locais. Este material literário que, aparentemente, já era produzido em larga escala serviria de base tanto para Confúcio quanto para Sima Qian (ainda que em épocas distintas) redigirem seus escritos.

A ideia que temos é que estes conjuntos de escritos açambarcavam diversos ramos do saber, desde Arte até Ciências e História. Na dinastia Han (séculos -3 +3), temos o conhecimento de que obras abrangentes (que teriam inspirado, séculos depois, as enciclopédias ocidentais) já eram produzidas, com o fim de instituir os elementos candidatos à burocracia em todos os níveis de avaliação exigidos.



Figura 3.2: Confúcio (século -6 a -5). Ilustração de 1922.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Confucius_-_Project_Gutenberg_eText_15250.jpg

Confúcio, portanto, teria se valido deste arcabouço para editar aqueles que seriam os livros tidos como clássicos na literatura chinesa: o *Shu Jing* (Livro das Histórias), o *Shi Jing* (Livro dos Cânticos), o *I Jing* (Livro das Mutações. No Brasil, esta obra também existe com a grafia *I Ching*), o *Liji* (Livro dos Rituais), o *Chun Qiu* (os Anais das Primaveras e Outonos, acrescidos de comentários posteriores denominados Zhuo Quan) e o *Yue Jing* (Livro da Música – este, perdido). Destes, dois são objetivamente históricos: o *Shu Jing* e o *Chun Qiu*. O *Shi Jing* e o *Liji* dariam-nos ideias de como seriam os hábitos e as práticas culturais e sociais do período Zhou (mas que Confúcio transpõe igualmente para os períodos mais anteriores da história chinesa); e por fim, o *I Jing*, que seria um livro sobre as formas primitivas de pensamento e de ciência chineses, bem como de importante uso oracular e religioso.

Sua preocupação, porém, era arrumar o conhecimento contido nos textos de acordo com sua pregação moral, embora ele próprio tivesse dificuldades para garantir a veracidade das fontes. Este problema não parecia ser sua preocupação mais importante: os exemplos dados pelos grandes personagens históricos é que bastavam por si sós para ilustrar as ideias por ele defendidas: “Quem, ao repassar o velho, descobre o novo é apto para ser mestre” (*Lunyu* ou “Diálogos”, cap. 2). E não é impossível, por conseguinte, que mesmo Confúcio acreditasse nestas versões com fé, tendo em vista sua veneração pelo passado: “Eu transmito, não invento nada. Confio no passado e o amo” (*Lunyu*, cap. 7).

Mas seu trabalho é um divisor de águas no desenvolvimento da história chinesa: é ele quem constrói a primeira grande versão da história antiga que envolve as dinastias, os personagens míticos e a realidade de sua época. Outros escritos do gênero – como os *Anais de Bambu*, descobertos recentemente – indicam que há uma grande probabilidade de Confúcio ter condensado, pela primeira vez, uma única versão histórica abrangente, utilizando-se, para isso, de versões do *Shu Jing*, que tal como os outros livros existiam anteriormente ao seu período de vida.

O poder desta realização faz-se sentir na própria existência das outras escolas de pensamento que foram contemporâneas ou posteriores ao mestre: apesar de cada uma delas ter legado seus escritos, nenhuma produziu um texto histórico ou uma versão do *Shu Jing* que tenha sobrevivido. Parece-nos que era mais fácil as mesmas se utilizarem da versão confucionista para tecer seus próprios comentários e críticas.

Obviamente, as obras de Confúcio foram alteradas em períodos posteriores por diversos autores, muitos deles seguidores de sua escola. Na época da dinastia Qin (século -3, e que analisaremos nas próximas aulas), quando ocorreu a primeira grande queima de livros de que se tem notícia, as obras do pensamento confucionista foram perseguidas e destruídas em grande número, o que fez com que houvesse uma disparidade patente entre as versões sobreviventes que foram redigidas durante a época da dinastia Han (século -3 a +3), que substituiu os Qin e promoveu o resgate dos livros confucionistas.

Por conta disso, o trabalho realizado por Sima Qian (séculos -2 a -1), o *Shi Ji*, ou Recordações Históricas, situa-o como o primeiro grande historiador de fato, não só da dinastia Han como de toda a China antiga e posterior. Quanto aos trabalhos de Confúcio, as versões de que dispomos de seus livros datam também dessa época, após uma campanha, promovida pela dinastia Han, para recuperá-los e reeditá-los, sendo apenas o *Yue Jing* (Livro da Música) o único definitivamente perdido.

No vácuo deixado pelo trabalho de Confúcio, várias outras obras históricas foram produzidas, mas em geral eram fragmentárias e pouco abrangentes. O caos vivido pela época dos Estados combatentes (período de crise na China, entre -441 a -221, no qual uma guerra civil acabou favorecendo um novo tipo de unificação política no país e que veremos nas próximas aulas) legou uma grande quantidade de anais de cunho local, restritos à existência breve e conturbada de efêmeros reinos, cuja sobrevivência era bastante volátil. Foi com base nestas reminiscências que o pai de Sima Qian,

Sima Tan, historiador da dinastia Han, iniciou, por conseguinte, a redação de uma história da China que tivesse início nos tempos mais antigos e que culminasse com a glória da dinastia Han, em todo seu poder e força. Sima Tan morreu, porém, antes de concluir seu trabalho: coube ao seu filho, Sima Qian, continuá-lo, o que fez de forma brilhante.

Inicialmente, Sima Qian encarregou-se de verificar a veracidade das informações contidas nos registros históricos, inclusive nos escritos da escola de Confúcio. Utilizando o apoio e os recursos financiados pela burocracia imperial, coletou informações em diversas regiões do Império, que depois ele iria cruzar e avaliar. Partindo desta premissa, não se limitou a fazer versões que conjugassem os dados obtidos, mas tentou analisar, dentro de uma perspectiva crítica, qual das versões existentes parecia ser a mais razoável. Comparou o resultado destas observações com as tabelas astronômicas que continham os registros de eclipses e posições astrológicas, verificando a autenticidade da datação dos acontecimentos. E ainda, sendo meticuloso ao extremo e sincero no seu trabalho, criticou tanto os personagens de sua história quanto sua própria incapacidade, por vezes, de detalhar melhor a biografia das pessoas e acontecimentos.

O resultado disso era sua afirmação de que sua obra não poderia assegurar a validade dos acontecimentos até o ano de -841, quando, então, as fontes estariam por demais obscuras. Hoje, está comprovado, por uma série de análises arqueológicas e textuais, que as datas apresentadas no *Shi Ji*, de Sima Qian, estão corretas, realmente, até onde seu autor podia assegurar (GERNET, 1969).

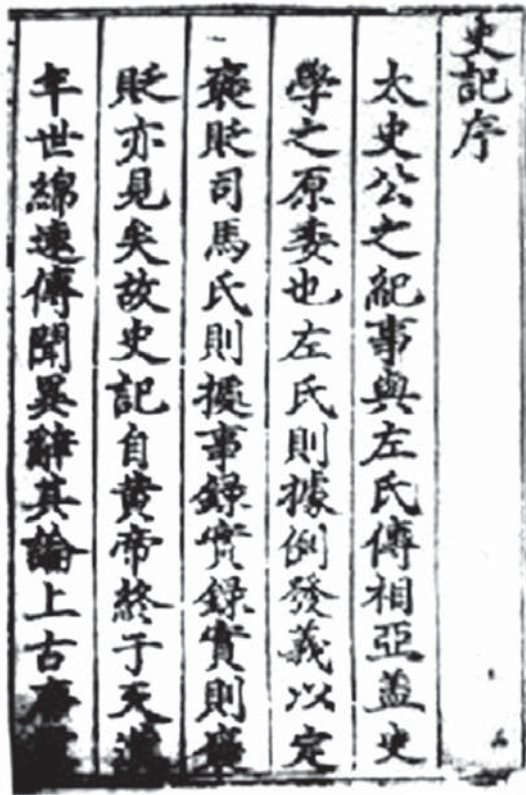


Figura 3.3: Manuscrito da primeira página do *Shi Ji*, obra de Sima Qian escrita de -109 a -91, ou seja, cerca de 20 anos, sendo o primeiro texto a sistematizar a história chinesa.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Shiji.jp>

Supõe-se que o trabalho deste autor tenha ainda sofrido a influência do confucionismo cosmológico de **Dong Zhongshu**, fortemente calcado nas teorias da Escola Wu Xing ou Escola das Cinco Energias. Esta corrente do pensamento chinês, que seria depois uma das bases da ciência tradicional, defendia um sistema no qual os ciclos de reprodução e destruição mútua dos cinco elementos (ou identidades) básicos da natureza representavam a manifestação da ordem cósmica e reproduziam-se em todas as instâncias da existência. Sima Qian teria se utilizado, provavelmente, destas concepções para modificar ou interpretar certos acontecimentos históricos, o que surpreendentemente não altera de fato seus conteúdos, mas sim suas análises em certos pontos.

Dong Zhongshu (-179 a -104)

Principal pensador confucionista do período Han, Dong acreditava que o ser humano poderia ser entendido por meio de leis naturais e

físicas, como a Teoria dos Cinco Elementos.

Assim, homens com um temperamento muito “fogos” davam bons guerreiros, gente calma e com os “pés na terra” dava bons pensadores etc.

Baseando-se, pois, nesses elementos, Dong acreditava que poderia compreender o curso da sociedade chinesa e criar um regime ideal.

Um destacado seguidor da linha de Sima Qian foi Ban Gu (século +1), que foi o redator do *Han Shu* ou "Anais de Han". Mais conciso e menos crítico, Ban Gu limitou-se a fazer somente uma história de sua dinastia, até o período da grande divisão (anos +9 a +22), em que ele praticamente completa o trabalho do *Shi Ji*, finalizando a longa cronologia estabelecida pelo seu predecessor. A partir desta época, o modo de se fazer história ganhará uma certa uniformidade.

Dessa forma, analisemos a seguir as fontes utilizadas na construção e no estudo desta Antiguidade chinesa e os períodos históricos elaborados pelos mesmos.

Documentação chinesa

Uma pesquisa sobre a China antiga não será efetiva se não utilizarmos uma gama variada de fontes, datadas basicamente a partir da época de Confúcio, como foi visto. Uma extensa coleção de livros era a base, já na época Han, para o estudo e a compreensão da cultura e do passado da China. No mesmo período, já havia também uma certa preocupação em se determinar a época, o estilo e as formas de alguns objetos artísticos, culminando com a criação de pequenos museus e antiquários particulares onde especialistas trabalhavam, tal como os bibliotecários, para determinar as condições históricas de peças arqueológicas. Muito provavelmente seus métodos eram os mesmos do *Shi Ji*: recolher, comparar e analisar. Mas tal contribuição no campo da análise material não foi de grande valia, ao que se saiba, para os antigos chineses, servindo com interesse, realmente, à arqueologia moderna.

Voltando às nossas fontes literárias, os chineses elaboraram classificações diversas das obras que julgavam ser as mais importantes para o estudo de sua própria história e cultura, e no século -1 já se havia estabelecido uma categorização para classificar os textos. Um sábio do qual sabemos pouco, conhecido como Cai Yong (+133 a +192), fixou depois o conteúdo dos seis clássicos

(hoje, somente cinco: como comentamos anteriormente, o clássico da música, o *Yue Jing*, foi definitivamente o período da queima de livros promovida pela dinastia Qin), que seriam a base de estudo da cultura, como proposto por Confúcio: o *Shu Jing*, o *Shi Jing*, o *I Jing*, o *Liji* e o *Chun Qiu*. Na divisão estabelecida durante a dinastia Han, além destes tratados, tidos como básicos, as categorias que se seguiam eram: os textos históricos (o *Shi Ji* e o *Han Shu*) e os livros das escolas de pensamento, subdivididos em: Escola de Confúcio (*Lunyu*, ou "Diálogos", *Daxue* ou "Grande Ensino", *Zhongyong* ou "Doutrina do Meio" e o livro *Mengzi* ou "Mêncio", recebendo depois a adição do *Xiao Jing* ou "Clássico da Fraternidade", e o livro *Xun zi*); Escola do Tao (*Dao de Jing* ou "Livro do Caminho e da Virtude", de Lao zi, o livro de Lie zi, o livro de Zhuang Zi e, ainda, um tratado intitulado *Huainazi*); Escola Legista (o livro de Shang Yang e a coleção de Han Fei zi); Escola Moísta (o livro de Mozi); e por fim, uma parte em aberto onde eram agrupados os diversos tratados de outras escolas e de vários gêneros tidos como não clássicos, mas importantes. Não se preocupe agora com tantos nomes de autores e de obras que, talvez, você desconheça! Nas próximas aulas, veremos mais sobre estes autores e suas propostas.

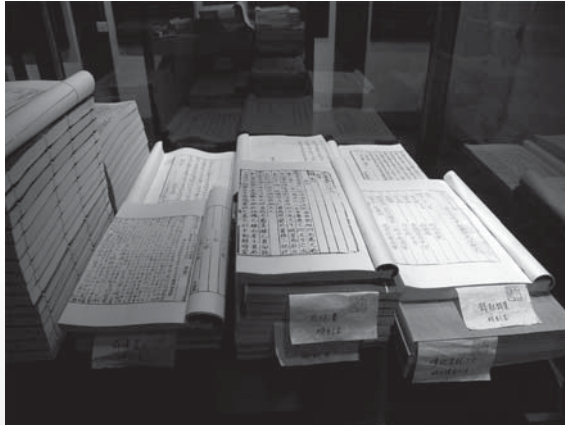


Figura 3.4: Imagem do livro *Han* ou *Han shu*.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ming_Dynasty_wood_carving_books_in_Tian_Yi_Chamber_collection.JPG. Autor: Gisling.

Jing, shu ou *ji*? Qual dessas palavras significa "livro" em chinês? Todas, mas com um sentido diferente. *Jing* significa um livro especial, que poderíamos traduzir também como "tratado", ou "clássico". Já *shu* designa livros em geral e documentos. Por fim, *ji* designa livros sobre o passado, algo como "memórias" ou "recordações".

Por isso mesmo, essa classificação arbitrária não impedia que vários outros livros existentes fossem lidos e trabalhados amplamente. É o caso do *Nei Jing* ou "Livro Interno", um tratado de Medicina e ciência antiga, utilizado pela escola de pensamento do yin-yang e pela Escola Wu Xing; havia também o famoso *Sun Zi Bing Fa* ou "A Lei da Guerra", de Sun Zi, datado da época dos Estados combatentes; o *Zushun Jiniam* (o citado "Anais de Bambu") e o *Yantienlun* ou "Diálogos do sal e do ferro", texto da época Han sobre questões econômicas; somam-se o trabalho de Wang Fu (*Qianfulun*

– uma coleta de textos críticos ao regime e à sociedade da época), de Wang Chong (*Luheng*, um longo texto de reflexões críticas sobre a Filosofia e a Ciência), entre vários outros, o que demonstra, por fim, como eram variadas as fontes nas quais os chineses podiam beber para construir sua própria história.

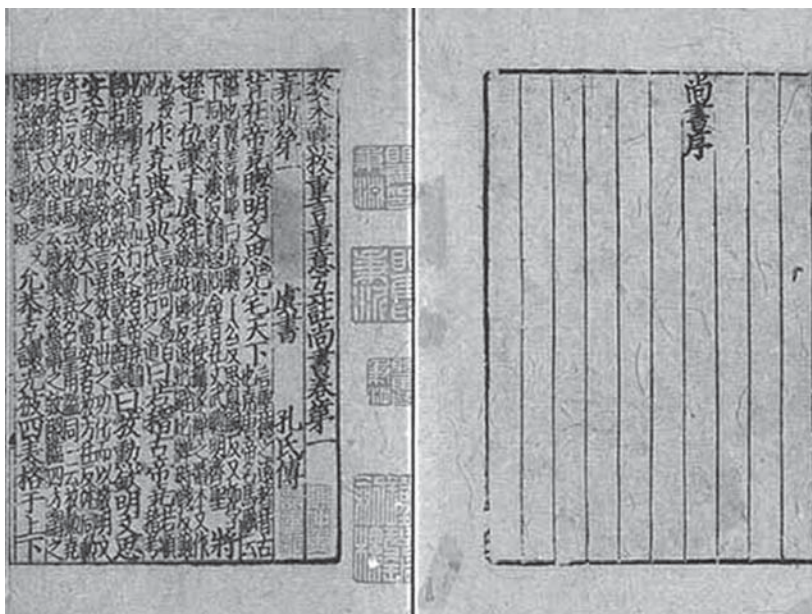


Figura 3.5: Página do *Shu Jing*, século +18. Reparem que os chineses antigos escreviam de cima para baixo e da direita para a esquerda, sendo a página da direita a primeira página com o título do capítulo.
Fonte: <http://history.cultural-china.com/en/173History596.html>.

Assim, esta concisa apresentação tem apenas por objetivo mostrar o que os próprios chineses consideravam como básico para se ler: o que não quer dizer que lessem somente isso, mas o que não quer dizer também que todos conseguissem ler, ao menos, uma parte destes conteúdos, o que nos faz concluir que, na China, a produção da história e da cultura estava (como em várias outras partes do mundo) fortemente vinculada à elite. A partir da época Han, teremos ainda uma fixação mais definitiva dos textos antigos, que sofrerão alterações ocasionais, mantendo, no entanto, uma forma razoavelmente estável até as versões atuais. E, com os

elementos arqueológicos, vamos construindo os modelos de que dispomos – pois esta é uma das ciências que mais tem contribuído para o conhecimento da China antiga.

A arqueologia tem resgatado do fundo da terra as imagens de uma civilização rica, desenvolvida e poderosa desde a Antiguidade. Já no início do século +20, descobriam carapaças de tartaruga com inscrições antiquíssimas – origem remota da escrita chinesa, que lhe deu base e a sustenta como a escrita em vigência mais antiga do mundo; ao mesmo tempo, expedições pela Ásia Central revelavam os incríveis depósitos de textos antigos de Dunhuang, bibliotecas até hoje a serem traduzidas em sua completude, dada a quantidade magnífica de achados; e na década de 1950, as tumbas Shang de Anyang revelam o mundo dos bronzes antigos, confirmando listagens antigas de nobres e reis da Antiguidade, alçando a cronologia chinesa a uma época cada vez mais distante.



Figura 3.6: Tumba dos guerreiros de terracota do imperador Qinshi Huangdi. Construída no século -3 para abrigar o imperador que reunificou a China e a transformou num novo Estado imperial, ela foi descoberta somente em 1974, e estima-se que apenas um décimo de todo o seu conteúdo tenha sido desenterrado e revelado ao público.

Fonte: <http://history.cultural-china.com/en/53History190.html>.

No seguir das décadas de 1960 e 1970, temos as descobertas de tumbas antigas da época Zhou e Qin, incluindo aí a famosa tumba do marquês de Yi, um nobre do século -9, e o colossal mausoléu dos guerreiros de terracota do soberano Qinshi Huangdi, do século -3. Enfim, a arqueologia chinesa tem promovido a descoberta de evidências, materiais e obras de arte que falam por si próprios perante os documentos, mas que muitas das vezes os complementam e os revelam. Sima Qian terá sua cronologia comprovada; a tumba de Qinshi Huangdi demonstra também que seu relato sobre a magnífica cripta não era exagerado. As documentações chinesas exigem uma grande habilidade para serem trabalhadas, manipuladas e analisadas, mostrando a complexidade e profundidade desta cultura (THORP, 1998).



A construção da história chinesa foi considerada tão bem-feita pelos intelectuais iluministas europeus do século +18 que acabou gerando a controversa “Querela das cronologias”. A discussão criou-se em torno do seguinte tema: o método histórico, considerado válido e racional pelos estudiosos da época, entendia que o documento era a peça fundamental de validade do discurso histórico. Ora, também se acreditava que os documentos disponíveis podiam traçar seguramente a cronologia do mundo, de modo correto, até a época de Adão e Eva. No entanto, descobriu-se, graças aos missionários jesuítas que estavam na China, que a história chinesa remontava seus primeiros soberanos a um período anterior à criação do mundo judaico-cristão – e havia documentos que comprovavam isso! Para complicar, esses soberanos chineses teriam tido um período de

vida absolutamente normal, diferente dos patriarcas bíblicos. Esta descoberta colocou em xeque o método de pesquisa dos iluministas; ou eles afirmavam o valor do documento e negavam assim o criacionismo, ou afirmavam o segundo em detrimento do primeiro. Apesar dos protestos de Voltaire e de outros autores, a solução conciliatória para a questão foi a pior possível; afirmou-se, deliberadamente, que antes da data de -841, como apontava Sima Qian, todo o resto da história chinesa era lenda, falsificação e mitologia, tendo sido criada da mente de Confúcio e dos autores posteriores...

Cronologia tradicional

Os antigos chineses foram, talvez, o único povo do mundo a não ter um mito universal de criação. Se o tiveram, era tão pouco importante que não fizeram nenhuma menção à sua existência. Somente na época dos Han é que um mito deste gênero virá fazer parte do folclore chinês, sendo importado, provavelmente, das áreas que haviam sido recentemente conquistadas no sul do território, e, ainda assim, seria deslocado da mitologia tradicional, não sendo comentado pelos grandes historiadores da época.

A história tradicional chinesa já começa nos seres humanos. Os tempos antigos, primitivos, reminiscências prováveis dos períodos proto-históricos, são aqueles nos quais os chineses recebem os enviados do céu para aprenderem o que precisam para viver. Esta, com certeza, era uma projeção que os "historiadores" pouco anteriores a Confúcio já realizavam sobre o seu próprio passado, humanizando os elementos primitivos e lendários que existiriam em suas antigas cronologias, como a da obra *Shu Jing*. Este período antigo dividir-se-ia entre a época dos três patriarcas e a época dos Cinco Soberanos, que antecederiam a primeira dinastia da China, os Xia.

O período dos três patriarcas é uma construção resultante de fragmentos de documentações diversas e de reproduções iconográficas tardias. Constituir-se-ia no momento em que, nos primórdios da humanidade chinesa, um sábio de nome Fuxi teria surgido na Terra para ensinar os seres humanos a caçar, pescar, fazer o calendário, estruturar as instituições sociais e de governo. Teria também deduzido e ensinado os "guas" ou trigramas, utilizados posteriormente no *I Jing*, através da observação da natureza.



O que são os "guas"?

O "gua" ou trigrama é uma representação de um conjunto de três linhas, formadas por uma linha contínua (—), que representa o elemento *yang*, o ativo, positivo, macho, quente, para cima, seco etc.) e uma linha interrompida (– –), que representa o elemento *yin*, o passivo, negativo, feminino, frio, para baixo, úmido etc.). Segundo as lendas, Fuxi estava meditando sobre questões relativas ao sistema *yin-yang* quando viu uma tartaruga saindo do rio. Em seu casco, estariam desenhados esses conjuntos de três linhas que seriam chamados de "guas", formando um conjunto de oito trigramas. Fuxi teria contemplado ali a ordem do universo, compreendendo como *yin* e *yang* estavam ordenados no espaço e quais seriam suas primeiras manifestações na natureza. Foi assim que ele teria concebido, por exemplo, que o "céu", representado por três linhas contínuas, seria totalmente *yang* e, por isso, estaria na parte de cima dos "guas", representando tanto a direção norte como a esfera celeste, enquanto que a "terra", composta por três linhas interrompidas, seria totalmente *yin* e ficaria na parte de baixo, representando o sul, a terra em que

pisamos e os subterrâneos. As variações dessas linhas seriam o fogo, a montanha, o trovão etc., como vemos na representação a seguir:



Figura 3.7: Os "guas" e sua organização por traços.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Trigramas.png>.



Figura 3.8: O "bagua" (sequência original dos "oito trigramas"), segundo concebido por Fuxi.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ba_Gua_pr%C3%A9N.png.

A primeira referência a esta figura lendária aparece nos comentários de Confúcio no livro *I Jing*. Com Fuxi teria vindo sua irmã (ou esposa) Nu Gua, que teria sido a inventora do ferro e da administração, e, por fim, Shen Nung, inventor da Medicina e da agricultura, o que o inseriu, posteriormente, no panteão dos deuses populares.



Figura 3.9: Neste afresco datado de +147, da dinastia Han, Fuxi e Nu Gua aparecem representados na parte de baixo, com corpos humanos e caudas de cobra no lugar das pernas. Não se sabe se esta é uma representação mitológica ou apenas uma licença artística do autor.

Fonte: <http://www.britannica.com/EBchecked/media/37726/Scenes-from-the-tomb-of-the-Wu-family-in-Shandong>.

Estes três enviados (Fuxi, sua irmã ou esposa Nu Gua e Shen Nung) são substituídos pelos Cinco Soberanos, dentre os quais se destaca o primeiro, Huang Di, o Imperador Amarelo, Zhuanxu, Ku, Yao e Shun. O mesmo Shun entregou o poder nas mãos de Da Yu (o Grande Yu) para que este resolvesse o problema das inundações chinesas – tal como o Noé ocidental, mas que, em vez de construir uma arca, fez barragens, diques e canais, o que torna totalmente humana a questão do “dilúvio” chinês – e que seria o fundador, depois, da dinastia Xia. Huang Di teria sido um imperador místico, patrono da Medicina, da magia, das armas e do poder. Os outros governantes, tal como Yao e Shun, porém, já haviam ganhado um ar muito mais humano, e a própria narrativa

do Shu Jing reforça isso. A obra *Shi Ji* também não deu muita importância à veracidade da mitologia que envolvia Huang Di, tratando-o mais como um modelo.

Existia, porém, na época Han, uma discordância em torno desta cronologia inicial. A primeira linha, tida como ortodoxa, de forte influência confucionista, tendia a só aceitar os personagens indicados nas obras de Confúcio, o que praticamente reduzia a história à presença de Fuxi, Shen-Nung, Huang Di, Yao e Shun como os primeiros governantes antes de Yu. A minimização dos outros soberanos e a não inclusão de Nu Gua nesta linha não eram preocupações destes estudiosos mais interessados nos aspectos simbólicos e filosóficos das narrativas. Uma segunda linha, originada na obra de Sima Qian, entrevia com clareza a existência dos Cinco Soberanos e aceitava a complementação dos três primeiros patriarcas, somando um número de oito personagens fundamentais. A atitude deste autor de incluir no *Shi Ji* uma visão completa destes sábios governantes parecia corresponder à crença na Escola Wu Xing e nos ciclos dos cinco elementos, que somados aos três patriarcas (o que formava a base do "gua", um trigramma) completavam o número de oito, tais como os oito "guas" do "Ba Gua" (GRANET, 1979, p. 92-155).

Controvérsias à parte, a não ortodoxia do *Shi Ji* terminou por prevalecer, valendo sua versão. Não devemos esquecer, porém, que estes personagens não eram invenção de Sima Qian, já existindo em outros compêndios históricos.

Após os Cinco Soberanos, a realeza Xia teria sido a primeira a receber o Mandato do Céu (Ming Tien), uma investidura gerada pelo Céu para que os sábios administrassem o homem e a terra. A palavra *Wang* (rei), composta de três traços horizontais e um vertical (王), que os corta, corresponde diretamente a esta concepção: que o soberano é alguém encarregado de unir o céu, a terra e o homem. O mandato extinguir-se-ia quando uma dinastia perdesse suas virtudes ("De" = virtude), o que correspondia a um movimento cíclico, reprodução direta da ordem cósmica e da natureza, inexoravelmente

ligado aos processos de decadência e renascimento do universo. Tais concepções, no entanto, são tidas atualmente como uma transposição da cultura Zhou ao passado, e uma versão histórica mais atual e palpável entende que o objetivo desta proposta ideológica era fomentar a ideia de uma Antiguidade perfeita e harmoniosa, justificadora do poder desta dinastia. Aliás, esta, de fato, é que inaugura a prática do mandato como ritual político.



Durante a dinastia Zhou (séculos -12 a -3), desenvolveu-se a crença no Céu (Tian) como uma espécie de entidade ecológica que governaria o cosmo por meio das leis (estações, dias, números etc.). Céu não deve ser entendido como uma figura pessoal, tal como Deus, mas um conceito mais amplo, como o de “Natureza”. Confúcio julgava, porém, que esta natureza era inteligente e que o comando do mundo era concedido aos homens que possuíam as características necessárias para manter a harmonia entre os seres humanos e esta natureza. Este mandato celeste, porém, poderia ser perdido se o responsável não efetuasse o necessário para estabelecer e manter este equilíbrio.

A dinastia dos Xia teria sido, portanto, a primeira de uma longa série na história da China, mas suas datações ainda são incertas. Eles foram substituídos, em sua fase de decadência, pelos Shang (Yin), que permaneceram no poder entre os séculos -20 a -15 (ou, numa visão mais moderna, -18 a -13). Com uma cultura tecnicamente avançada, os Shang aparecem na história chinesa como os grandes empreendedores do politeísmo antropomórfico

e dos holocaustos humanos, dos carros de guerra, das técnicas refinadas do bronze e de uma escrita que aparece fartamente representada nos ossos e carapaças oraculares de tartaruga.

Uma sucessão de confrontos políticos, intrigas e guerras culminam com a decadência dos mesmos, o que permitiu a ascensão dos Zhou ao poder em torno do século -12. Estes fundam um novo sistema político, baseado na divisão feudal da terra, em que um grupo de nobres trocava seu apoio à casa de Zhou por propriedades e bens. Uma nova fase de expansão do território, inaugurada pelo início bem-sucedido desta política, colocou os Zhou em contato com os “bárbaros” do Norte (que já ameaçavam os Shang), lançando-os num processo interminável de guerras que – num período posterior – forçaram, inclusive, a transferência da capital, sob ameaça de invasão nômade.

Assim, o sistema feudal chinês terminou por implodir na disputa pelo poder político e pelos territórios. O período que vai até próximo do século -6 seria conhecido como Primaveras e Outonos, contidos nos anais do mesmo nome (*Primaveras e Outonos* ou *Chunqiu*, escritos por Confúcio, como vimos na seção “Documentação chinesa”). Neste momento, diversos conflitos e violações das fronteiras entre os reinos e os pequenos Estados que formavam o “império” Zhou forçaram os chineses a rever suas posições diante do mundo e da sociedade.

Esse momento acabou por se ver engolido pelos acontecimentos políticos da época, que numa crescente escalada de violência culminaram com o período dos Estados combatentes (datado tradicionalmente entre -481 a -221), quando se formaram os sete principais Estados que lutariam pelo poder até a vitória de Qin, em -221, resultando na unificação de todo o Império em um novo sistema de governo centralizado.



Figura 3.10: O mapa dos Estados combatentes no século -3. Em breve, o Estado de Qin iria unificar novamente toda a China num único reino.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:EN-WarringStatesAll260BCE.jpg>.

Influenciado pelos legistas, o primeiro autoproclamado imperador Qin, Qinshi Huangdi, estabeleceu sua dinastia sob novas bases, concentrando o poder em suas mãos e criando uma administração forte e eficiente, que regulava a vida social e econômica da população. Foi um período de grande desenvolvimento técnico, mas também de perseguição intelectual e política, quando ocorreu, inclusive, a grande queima de livros, tidos como ortodoxos e retrógrados.

Mas seu reinado foi efêmero, tal como sua dinastia: apesar das grandes realizações, como o início da construção da Grande Muralha para a proteção contra as tribos do Norte ou mesmo da unificação da escrita, Qin Shi Huang Di não era benquisto e, após sua morte em -210, nenhum de seus sucessores conseguiu se manter.



Figura 3.11: A muralha da China: a arquitetura militar da China imperial começou a ser construída em -221, quando Qinshi Huang Di estava no poder. Sua construção durou cerca de dois milênios e hoje é uma grande atração turística, apesar de, no passado, ter tido uma função de defesa de território.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Great_Wall_of_China_July_2006.JPG.

Depois de quatro anos de lutas, um ex-camponês e pequeno funcionário de nome Liu Bang fundou aquela que seria realmente a primeira grande dinastia chinesa: os Han.

O período Han foi próspero para a China antiga, desenvolvendo o comércio, as relações internacionais, expandindo as fronteiras e fazendo uma administração mais justa e menos asfixiante que os Qin. Nesta época, adota-se o confucionismo como doutrina oficial de governo, apesar de algumas estruturas anteriores serem mantidas. Após um interregno, ocasionado por um golpe articulado por opositores do regime interessados na restauração dos antigos costumes (o governo de Wang Mang, nos anos de +9 a +22), a dinastia Han restabeleceu-se e conseguiu governar novamente até o século +3, quando se desestruturou por completo, dando margem a uma nova época de fragmentação. No entanto, as bases para a estrutura imperial já haviam sido lançadas e, depois dos Han, as outras grandes dinastias teriam o trabalho de recuperá-las.

Historiografia moderna

Na Europa, os estudos sobre a China foram bastante imprecisos até o início da Era Moderna. Antes disso, versões históricas como a de Marco Polo, atualmente bastante discutíveis, eram utilizadas e aceitas como adequadas.

A virada nessas concepções veio com o impacto das navegações mundiais, realizadas no século +16. Ao se depararem com uma realidade bem diferente daquela concebida pelos seus antecessores medievos, portugueses e espanhóis tiveram de por mãos à obra e iniciaram uma pesquisa maior sobre as civilizações do Oriente, ainda que sob o seu prisma colonialista e essencialmente cristão. A iniciativa lusa, em especial, rendeu frutos, já que os missionários por eles levados para as colônias orientais foram, por muito tempo, a fonte principal de informações que toda a Europa recebia. Com grande sucesso, os mesmos conseguiram se instalar nas cortes chinesas, possuindo uma significativa influência na assessoria aos assuntos estrangeiros até o século +18.

Neste mesmo período, porém, vemos que o interesse econômico e político de Inglaterra, França e Holanda haviam aumentado significativamente em relação ao Oriente e que o declínio do poder ibero abriu as portas dessas civilizações a novos contatos.

Este processo foi acompanhado pela evolução da cultura e do pensamento ocidentais. Toda uma geração de pensadores franceses, alemães e ingleses buscou avidamente identificar e analisar as formas de filosofia e história vindas da China e da Índia. O fascínio despertado pelas teorias confucionistas, por exemplo, pôs variadas vezes na berlinda as realizações do proselitismo cristão. Mas este foi um período de intensas trocas de informações e conhecimentos entre ambas as partes do mundo, sem que houvesse (vale ressaltar) uma predominância ocidental nesta via, como muitas vezes a história moderna tenta passar.

As abordagens mais sérias sobre a China só começaram, no entanto, a partir do século +19. Isso se deve a alguns fatores bem definidos: o Império chinês, até então, era bastante fechado à presença

de estrangeiros, com exceção dos portugueses, restritos a Macau. Estes períodos de xenofobia são cíclicos na história chinesa, devido às ameaças de invasão do território: os chineses já haviam vivido sob o domínio de uma dinastia estrangeira (os Yuan, +1280 a +1368) e, nessa época, além da presença ocidental, viviam sob o jugo de outra dinastia estrangeira, os Qing (+1644 a +1911, de origem manchú). Os traumas decorrentes destes períodos complicados, somados à incapacidade (e má vontade) dos estrangeiros de compreender a cultura chinesa, geraram, por conseguinte, uma série de preconceitos e enganos. Foi preciso uma evolução dos métodos historiográficos e sociológicos para que as relações culturais pudessem se flexibilizar e distender-se entre europeus e chineses. O momento inicial desta mudança foi, justamente, o conturbado final do século +19.



Macau



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Macau_Location.svg.

Macau é uma região administrativa especial (apenas Macau e Hong Kong cumprem essa função) da República Popular da China. Foi colonizada por Portugal por mais de 400 anos e foi a última colônia europeia na China. A colonização portuguesa começou no século +16 e, por conta dessa colonização, tornou-se um campo mediador entre a China, a Europa e o Japão, e só em dezembro de 1999 Macau conseguiu sua integração à soberania chinesa.



Guie-se pelas dinastias chinesas!

São mais de dois mil anos de História, por isso não é fácil guardar tantas datas. Veja um quadro das dinastias chinesas:

- Dinastia Xia (-2205 a -1766? - 1523?).
- Dinastia Shang (-1523 a -1027).
- Dinastia Zhou anterior (-1027 a -771).
- Dinastia Zhou posterior (-771 a -221).
- Primavera e Outono (-771 a -481).
- Estados guerreiros (-481 a -221).
- Dinastia Qin (-221 a -206).
- Dinastia Han ocidental (-206 a +12).
- Dinastia Xin (+12 a +23).
- Dinastia Han oriental (+23 a +221).
- Período dos três reinos e dinastias do Sul e do Norte (+219 a +580).
- Dinastia Sui (+581 a +618).
- Dinastia Tang (+618 a +907).
- Cinco dinastias (+907 a + 960).
- Dinastia Song (+960 a +1279).
- Dinastia Yuan (+1280 a +1368).
- Dinastia Ming (+1368 a +1644).
- Dinastia Qing (+1644 a +1911).
- República da China (+1911 a +1949).
- República Popular da China (+1949 em diante).

Podemos adicionar a estes problemas o fato de a China ter uma história milenar e complexa, e somente por caminhos tortuosos e fatigantes o monólito desta estrutura começou a ser dissecado, analisado, investigado e valorizado por suas características singulares e impressionantes.

Herbet Gilles
(+1845 a +1935)

Atuou como sinólogo e diplomata na China. Traduziu inúmeras obras da literatura clássica chinesa para o inglês.

James Legge
(+1815 a +1897)

Missionário protestante, tornou-se o primeiro grande tradutor das obras confucionistas para o inglês, lançando uma versão padronizada que é republicada até os dias de hoje.

**Edouard
Chavannes**
(+1895 a +1918)

Sinólogo francês que organizou um vasto trabalho de ensino e tradução do chinês para o francês, sendo o primeiro tradutor abalizado da obra de Sima Qian.

Marcel Granet
(+1884 a + 1940)

Sinólogo e sociólogo, produziu uma grande quantidade de análises sobre a sociedade chinesa antiga e tradicional, que se tornariam clássicos dentro da sinologia. Em português, temos duas de suas obras traduzidas: *A civilização chinesa* e *O pensamento chinês*.

Os primeiros historiadores modernos da China foram essencialmente literatos, que no período dos séculos +19 a +20 iniciaram o trabalho de tradução das obras clássicas e pesquisa dos “fatos” históricos. Duas vertentes destacaram-se nesta época: a primeira, que creditava legitimidade à cronologia clássica chinesa, devido à sua aparente coerência; e a segunda, que tentou adaptar o modelo clássico greco-romano para o contexto indo-chinês. Assim sendo, a primeira corrente considerava a legitimidade dos conteúdos culturais chineses, conquanto a segunda tentava delimitá-la como uma manifestação aperfeiçoada da sociedade indiana.

Atualmente, História e Arqueologia tendem a comprovar a originalidade cultural da China e, embora a cronologia tradicional já não seja aceita sem as correções e análises posteriores, a segunda vertente (indo-chinesa) verificou-se como sendo uma construção totalmente irreal. No entanto, esta concepção arraigou-se fortemente nos meios acadêmicos e no senso comum, o que nos gera, até hoje, uma série de enganos na interpretação e na análise do Oriente, tanto antigo quanto moderno.

Nesta fase dos estudos chineses (séculos +19 e +20), podemos destacar importantes autores como **Herbet Gilles**, **James Legge** (ambos ingleses) e **Edouard Chavannes**, da França. Este último é considerado, em particular, o “pai” da moderna sinologia francesa, por seus métodos amplos e abrangentes, que buscavam conjugar Arqueologia, Literatura e História, realizando basicamente um trabalho interdisciplinar.

Seu grande seguidor e um dos maiores especialistas em China que o mundo já conheceu foi **Marcel Granet**, que nas primeiras décadas do século +20 produziu livros diversos que, em muitos pontos, continuam atuais até os dias de hoje. Não obstante ser um grande sinólogo, Marcel Granet também foi um especialista em métodos históricos e sociológicos, contribuindo na crítica e na reformulação das técnicas de análise sobre as culturas.

As guerras trouxeram para a China, no entanto, uma séria interrupção dos trabalhos históricos e arqueológicos. Em +1928,

por exemplo, foram descobertas grandes coleções de inscrições Shang-Yin em carapaças de tartaruga, fomentando a revisão das cronologias tradicionais em função da análise de genealogia dos ideogramas. No entanto, na primeira década do século +20, a China havia derrubado a Monarquia e instalado a República e, na década de +1930, já estava sendo invadida pelo Japão. Logo, houve muito pouco tempo para a realização destes trabalhos inovadores com regularidade. Depois, com a Segunda Guerra, a revolução comunista e outros processos tumultuosos, a China só veio a recuperar suas pesquisas sobre a Antiguidade com maior eficiência e constância na década de +1960. Isso demonstra o quanto essa nova história chinesa é recente. Para se ter ideia, o momento dourado da arqueologia chinesa ocorre nos anos +1970, com a descoberta de novos sítios Shang e Zhou (os primeiros haviam sido descobertos na década de +1920 e depois, na de +1950) e do túmulo do imperador Qin Shi Huang Di – até hoje em fase de escavação, tendo em vista que as partes recuperadas provavelmente não correspondem nem a 1/5 do monumento como um todo.

A partir dos anos +1950, a história da China começou, então, a ser reavaliada em várias partes do mundo. Autores como **Chan Wing-tsit** e **Feng Youlan** começaram a ser amplamente valorizados por seus estudos no campo filosófico chinês. O trabalho do sinólogo alemão Richard Wilhelm, da década de +1930, foi recuperado e divulgado por suas considerações únicas em torno da funcionalidade das ideias chinesas. O inglês Joseph Needham (que já apresentamos na primeira aula) surge, depois desses anos +1950, como o grande historiador das ciências chinesas.

Na China, a história esteve engajada no discurso marxista até o início dos anos +1980, colocando o antigo pensamento chinês como uma sobrevivência reacionária e conservadora. A arqueologia trabalhou diretamente com métodos quantitativos, não dando muita margem para considerações cognitivas e simbólicas. No entanto, a partir desta época de distensão do sistema político, os chineses começaram também a lidar com outras vertentes culturalistas,

**Chan Wing-tsit
(+1901 a +1994)**

Erudito chinês que traduziu uma série de textos clássicos chineses para o inglês, bem como escreveu inúmeras obras sobre o pensamento chinês.

Trabalhou grande parte de sua vida no Havaí, onde montou um centro de estudos asiáticos que hoje é referência na área.

**Feng Youlan
(+1895 a +1990)**

Filósofo chinês cuja atuação foi fundamental para difundir o pensamento tradicional de seu país no exterior. Escreveu uma *História da filosofia chinesa* que se tornou um clássico, mas decidiu viver na China, apesar de sofrer perseguições por parte do regime comunista.

e o resultado disso foi um resgate interessantíssimo das antigas tradições, sob um novo olhar técnico e teórico. As tradições do pensamento e da cultura têm sido valorizadas pelos seus aspectos antropológicos e filosóficos, e a academia chinesa tem formulado propostas metodológicas bastante criativas, inseridas num contexto transculturalista que visa discutir todas as conceituações históricas (essencialmente ocidentais) sob um novo prisma (embora uma parcela significativa destes mesmos autores nativos esteja se utilizando deste expediente para reafirmar uma suposta “superioridade cultural” chinesa, acabando por cair em uma reminiscência xenófoba e sinocentrista derivada, como podemos ver, da fusão entre as sobrevivências culturais milenares com o revanchismo pelos tempos coloniais e pela formulação de um novo nacionalismo chinês).

Podemos afirmar, por conseguinte, que o estudo da China tem sido abordado por vieses variados. A sinologia, enquanto “ciência das coisas chinesas”, tem tentado se livrar de sua pesada carga eurocentrista e colonialista para se tornar uma proposta abrangente e mais completa de estudo sobre a civilização, englobando um trabalho interdisciplinar na formação de especialistas. A história cultural também tem dado espaço a uma ativa produção, bem como a arqueologia chinesa tem se desenvolvido fortemente, mas quase sempre nas mãos de pesquisadores nativos. O grande desafio hoje no estudo sobre a China tem sido, de fato, livrar-se da incômoda bagagem dos tempos colonialistas (e racistas) que tantas deformações trouxeram ao campo das Ciências Humanas, como também esclarece o público sobre os estereótipos múltiplos que se formaram em torno das culturas orientais, principalmente os de caráter esotérico.

CONCLUSÃO

Dando continuidade à nossa análise das visões modernas sobre a história da China antiga, o que observamos hoje é um consenso em torno de alguns aspectos que envolvem a cronologia tradicional.

Em primeiro lugar, as fontes sobre as quais essa cronologia era estruturada derivavam, essencialmente, da ortodoxia confucionista. Assim sendo, podemos compreender que muitas das construções propostas pela antiga história chinesa, principalmente em torno das dinastias Xia e Shang-Yin, seriam, na verdade, superposições da cultura Zhou sobre o passado. Isso fica evidente pelo trabalho arqueológico que envolve a descoberta da cultura Shang.

Inicialmente, ainda são poucos os dados sobre a existência de uma dinastia Xia. Mas, como afirmamos, a arqueologia continua se desenvolvendo: é possível, portanto, que num futuro próximo seja identificado algum elemento que constitua uma prova definitiva sobre o sistema monárquico antigo denominado Xia. Os momentos iniciais dos Zhou também são um pouco obscuros: depois do século -9 as datações melhoram, mas no caso das biografias dos personagens históricos, estas continuam um tanto confusas. Para efeito comparativo, volte à tabela que colocamos nesta aula, que apresenta a cronologia tradicional e a moderna.

*Nota: as datas registradas no período até -841 do *Shi Ji* ainda são aceitas como corretas, sem grande contestação. A variação de algumas aparece, somente, em relação às biografias de algumas figuras importantes dos séculos -7 a -5.

Vimos que a cronologia tradicional coloca a cultura chinesa como uma das mais antigas do mundo, junto com as da Índia e do Médio Oriente. Tem-se feito um grande esforço, dentro da China, para resgatar o valor das datações tradicionais, em função de uma suposta Antiguidade longínqua que justificasse a “ascendência” cultural chinesa sobre as outras civilizações mundiais. Este trabalho,

ideologicamente engajado, não tem conseguido grandes êxitos. Os avanços arqueológicos têm sido significativos, mas as tentativas de sobrepor as descobertas materiais às datações antigas são ocasionalmente falhas. A crítica que se faz a este trabalho é, sobretudo, quanto ao seu discurso nacionalista, tal como tem acontecido também com a história indiana. Mas, felizmente, essa visão não é abrangente, e mesmo em seu país de origem ela é contestada. No mais, devemos observar que algumas discordâncias presentes na visão tradicional chinesa e na da arqueologia moderna dão-se por conta dos conceitos que cada uma utiliza para definir as fases históricas. A cronologia chinesa atém-se, por exemplo, a marcos cronológicos e passagens dinásticas ou políticas, enquanto a arqueologia utiliza outros recursos para efetuar suas datações. O conflito entre as duas deriva das recentes descobertas que estão sendo feitas, como, por exemplo, de uma lista de reis Shang, feita na época desta dinastia, que confirma as datas apresentadas por Sima Qian, conduz a arqueologia a comprovar, mais uma vez, a proposta do texto...

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Análise de texto.

Sima Qian – Recordações Históricas

Busquei preservar e garantir a continuidade das antigas tradições imperiais para que elas não fossem corrompidas ou perdidas. Sobre a carreira dos grandes reis, eu pesquisei seus começos e examinei seus fins; eu vislumbrei seus tempos prósperos e observei seus declínios. Em todos estes casos, eu os discuti e examinei, e o que fiz foi uma introdução geral à história das três dinastias e aos anais de Qin e Han, vindo desde a época do Imperador amarelo até os dias de hoje, que estão organizadas nos doze anais básicos.

Depois de tê-los posto em ordem e os completado, em função de algumas diferenças na cronologia de alguns períodos, em que as datas não estão claras, eu as organizei nas tabelas cronológicas. Sobre as mudanças nos ritos e na música, sobre a astronomia e o calendário, sobre o poder militar, as montanhas e os rios, espíritos e deuses, a relação entre o céu e a terra, as práticas econômicas e suas mudanças ao longo do tempo, eu fiz os oito tratados. (...) Para aqueles que serviram com espírito moral aos seus senhores e governantes, para estes eu fiz as trintas casas genealógicas. (...) para manter o nome daqueles que legaram seu nome a posteridade do mundo, eu fiz as setenta biografias. São assim cento e trinta capítulos, 526.500 palavras, o livro da *Grande História*, compilado em ordem para reparar as omissões e ampliar as seis disciplinas. * Este é o trabalho de uma família, designado para completar as variadas interpretações dos seis clássicos e pôr em ordem a grande miscelânea de ditos das cem escolas.

(...)

Este é o parecer do historiador: o governo da dinastia Xia foi marcado por bons augúrios, mas com o tempo deteriorou-se e voltou a rusticidade e a decadência. Shang substituiu Xia, e reformou seus defeitos por meio da virtude da piedade filial. Mas esta piedade degenerou, e as pessoas dirigiram-se para o mundo das superstições e espíritos. Então Zhou seguiu corretamente, corrigindo esta falta por meio dos rituais e da ordem. Mas os ritos se deterioraram porque caíram nas mãos daqueles que os transformaram em um simples espetáculo. Então, tornou-se necessário novamente acabar com este espetáculo, reformar o mundo e buscar novamente um bom destino. Este foi o caminho das três dinastias, e o ciclo dinástico é um caminho que começa, termina e continua sempre.

É óbvio então que no final de Zhou e nos tempos iniciais de Qin os ritos estavam deteriorados e a ordem corrompida. Mas o governo Qin falhou ao tentar corrigir estas falhas, adicionando a elas leis e punições duríssimas. Este não foi um grave erro?

Por isso, quando os Han chegaram ao poder, buscando consertar as falhas de seus predecessores, e trabalhando para corrigir o mundo e pô-lo em ordem, seus esforços seguiram corretamente a ordem apropriada e determinada pelo Céu. Eles ordenaram a corte em doze meses, coloriram as vestimentas e as carruagens de amarelo e o restante o acompanhou.

Fonte: BUENO, A. *Cem textos de história chinesa*. Disponível em: <http://chinologia.blogspot.com/2009/08/historia.html>.

Após a leitura desse documento, discuta quais os elementos que podemos nele identificar, mostrados ao longo da aula, sobre a questão da cronologia e do ofício do historiador na China antiga.

Resposta Comentada

Sima Qian propõe, aqui, como realizar o trabalho do historiador, organizar os temas, realizar o trabalho de pesquisa e, por fim, que em sua compreensão, a história chinesa tenha uma continuidade, vinculada pelas sucessões dinásticas, como aparece na cronologia tradicional, baseadas na análise dos cinco elementos, que estariam associados, cada um, a um período dinástico.

RESUMO

Nesta aula, discutimos sobre como foi construída a história chinesa na Antiguidade e o olhar que os próprios chineses tinham sobre si.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você será apresentado às primeiras dinastias chinesas: Xia, Shang e Zhou.

Aula 4

As primeiras dinastias chinesas

André da Silva Bueno

Meta da aula

Discutir os aspectos gerais das primeiras dinastias chinesas documentadas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os elementos básicos da dinastia Xia;
2. identificar os elementos básicos da dinastia Shang;
3. estabelecer um quadro geral da China antes do século -10.

INTRODUÇÃO

Estamos, ao longo dessas primeiras aulas, apresentando um universo bastante diferenciado do nosso (que é de orientação ocidental), e partimos sempre para um outro lado da moeda, outra formação histórica, outra origem do mundo. Se estivéssemos estudando a história do Ocidente, esta aula de hoje compreenderia a Antiguidade Clássica, indo 2000 anos antes de Cristo e falaria da formação da Mesopotâmia, das civilizações do Egito, dentre outros acontecimentos. Mas no decorrer dessa nossa disciplina, estamos com os pés fincados naquilo que, genericamente, rotula-se como Oriente.

A história chinesa possui um hiato na passagem entre o seu período pré-histórico e aquela que seria considerada a sua primeira dinastia organizada, a dinastia Xia, cujas datas tradicionais colocam-na entre -2205 a -1766. As culturas pré-históricas primitivas, nas quais se destacam os sítios arqueológicos de Yangshao e de Longshan, dão-nos alguns testemunhos do processo formativo da civilização chinesa, mas as conexões com uma possível organização política de caráter real ainda são incertas. Esses sítios são muito próximos de onde teria ocorrido a dinastia Xia e as verossimilhanças permitem-nos inferir que haja uma relação cultural entre as mesmas, ou até um movimento de continuidade. Como afirma Cotterell (1986):

Igualmente incertos são os antecedentes da cultura Yangshao, que hoje é geralmente reconhecida como a gênese da cultura chinesa por causa da influência permanente que a sua agricultura autossuficiente exerceu sobre as tribos que a partir daí se consideraram o povo chinês. Fisicamente, os habitantes das aldeias Yangshao são parecidos com os atuais chineses das províncias do Sul, mas isso não deixa de fazer sentido se nos lembrarmos como, durante a era imperial, a invasão dos Nômades transformou a China do Norte num cadinho de mistura de raças. Mas, mesmo a partir da era dos Zhou, em

que se passou a dispor mais facilmente de fontes literárias, é óbvio que o critério para definir quem pertencia ao mundo chinês passava mais pela consciência duma herança cultural comum do que pela afinidade étnica. [...] Antes de se ter esgotado o período de cultura Yangshao, surgiu outra cultura, chamada Longshan, por ter sido descoberta em 1929, perto de Longshan ou "Montanha do Dragão", na localidade de Chengziyai, província de Shangdong. [...] Outras semelhanças com os tempos posteriores eram, por exemplo, as técnicas de adivinhação, as formas das peças de olaria e, o que não deixa de ser interessante, uma série de tabuletas de oleiros que são idênticas a caracteres descobertos em inscrições de oráculos de Shang. Seja uma evolução da cultura Yangshao, seja uma tradição oriental distinta com pontos de contacto que se estendem para nordeste até a Sibéria oriental, a de Longshan caracteriza-se essencialmente pela sua olaria avançada, uma louça fina, muito polida, cinzenta ou preta, que mostra sinais de ter sido feita com roda. Esta cultura floresceu até ao princípio da idade do bronze, pouco depois de 1800 a.C., e os seus vestígios aparecem por baixo dos Shang, na província de Henan, sede desta dinastia.



A China tem sido palco de importantes revelações e descobertas arqueológicas nos últimos tempos. Um dos primeiros seres humanos da história, o *Sinectropus pequinensis* (ou "homem de Pequim"), tem forçado arqueólogos e antropólogos a reverem suas hipóteses do surgimento da humanidade na África. Além disso, as culturas pré-históricas de Yangshao, Longshan, Erlitou e Majiayao apresentam evidências de que a China desenvolveu-se desde tempos remotos sem grandes contatos com o mundo exterior, o que é um dos prováveis motivos de sua originalidade cultural e de sua continuidade histórica.

Antes deste nosso primeiro momento nesta aula, você tinha conhecimento ou ouvido falar alguma vez de Xia e Shang? No caso de a resposta ser um “sim”, que ótimo! Você vai conhecer e aprofundar ainda mais aspectos dessa história toda. Caso nunca tenha ouvido falar nesses nomes antes, prepare-se para ir ao século -20 e conhecer, com muito prazer, os bastidores das primeiras dinastias chinesas!

A dinastia Xia



Figura 4.1: Mapa com a localização aproximada da dinastia Xia.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Xia_dynasty.svg

As considerações feitas pelos autores até a década de 1980, porém, não permitiam ainda confirmar a existência dos Xia. A descoberta de importantes vestígios arqueológicos só se deu recentemente e poucos manuais tiveram oportunidade de reproduzir estas novidades, que continuam em fase de estudo e análise.

Pouco ainda se sabe sobre eles e muito provavelmente sua história está intimamente ligada à dos Shang (que veremos a seguir, nesta aula), cuja sobrevivência política e documental permite-nos definir melhor seu quadro de existência. As descobertas arqueológicas apontam, no entanto, para a imensa riqueza técnica e artística dos mesmos:

Na Idade do Bronze, que durou cerca de 2 mil anos na China, a dinastia Xia é o período inicial no desenvolvimento da tecnologia do bronze e que lançou sólidas bases para a sua prosperidade. Os objetos de bronze da última fase da dinastia, desenterrados na relíquia de Erlitou, podem ser classificados em categorias de serviços de vinho, serviço de cozinha, armas, instrumentos musicais, ferramentas e adornos (CRI, 2011).



Utaiuta

Figura 4.2: Vaso de bronze, atribuído à dinastia Xia. Perceba a estrutura de três pés, que será muito empregada durante a dinastia Shang, que veremos adiante. Fonte: <http://www.flickr.com/photos/utishpenguin/1332397485/sizes/m/>

A exploração arqueológica da China ainda nos promete surpresas, portanto. Tal como Troia, Xia está sendo gradualmente desenterrada do chão e seus segredos devem aos poucos ser revelados. Não serão poucas, porém, as dificuldades. Confúcio tinha consciência de que seu resgate dos tempos antigos era incompleto e possivelmente problemático – não foi o mestre, pois, que reclamou da insuficiência de textos, objetos e tradições das dinastias antigas? Por isso ele questiona em sua obra *Diálogos* (Lunyu, Capítulo 3):

Posso falar sobre o ritual Xia? Seu herdeiro, o país de Qi, não preservou suficientes evidências. Posso falar sobre o ritual Yin? Seu herdeiro, o país de Song, não preservou suficientes evidências. Não existem registros suficientes e tampouco homens sábios suficientes; caso contrário, eu poderia obter evidências a partir deles.

Mesmo assim, fragmentos desta antiguidade garantem subsídios mínimos para um estudo atual. Para os pensadores da época de Confúcio, os Xia eram, de qualquer modo, a raiz da civilização chinesa:

Foi a lição do nosso grande antepassado;
O povo devia ser tratado com carinho
E não olhado de cima;
O povo é a raiz de uma nação.
Se a raiz é firme, ela vive tranquila
(SHUJING, 2011).

Repare que, como toda formação histórica, esses dados podem parecer frágeis, carentes de fontes mais seguras. Não obstante, que história, demasiado antiga ou que se refira à extrema antiguidade, não seria assim? Esse projeto de escavação das fontes seria, por sua vez, a nossa única certeza de que toda a história está, permanentemente, em aberto.

Dinastia Shang

A civilização Shang, da qual falaremos a partir de agora, é conhecida, também, como Idade do Bronze Chinês ou Época da Realeza Palaciana. No entanto, ambos os termos são um tanto quanto imprecisos. Nossa tendência é sempre de realizar uma analogia entre os sistemas políticos e sociais da antiga China com os nossos equivalentes ocidentais, mas tal consideração merece uma avaliação cuidadosa.



Figura 4.3: Mapa com a localização da dinastia Shang.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Shang_dynasty.

Vejamos a denominação arqueológica: na época Shang, a metalurgia do bronze desenvolveu-se tecnicamente de forma rápida e avançada, ultrapassando em muito as conquistas do Ocidente. No entanto, houve também um relativo domínio do ferro, que, no entanto, conviveu muito tempo com o bronze sem substituí-lo. E,

quando o ferro passa a ser utilizado mais amplamente, na época dos Qin-Han, uma das etapas de transição (a do ferro martelado para a do ferro fundido) parece não ter existido, conquanto as técnicas do bronze possam ter sido utilizadas como substitutas para tal fim. Os Shang também dominavam a construção de carros de combate, com os quais guerreavam e eram enterrados: e até a época Han estes foram utilizados de forma ampla. Tais indícios, por conseguinte, demonstram que a uniformidade que caracteriza os períodos arqueológicos no Ocidente não pode ser aplicada, sem uma devida adaptação, ao contexto chinês. O mesmo acontece em relação à denominação histórica de Realeza Palaciana.



Percihles of Atens

Figura 4.4: Vaso Shang em forma de pássaro, uma demonstração do domínio completo que esta dinastia obteve com o bronze. Este vaso servia como chaleira, para servir vinho quente e/ou bebidas variadas.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ritual_wine_container_in_shape_of_owl,_Shang_Dynasty.jpg

Sabe-se que os Shang viviam em cidades-estado e que estas, muito provavelmente, possuíam alguma autonomia. No entanto, quais eram as relações entre as mesmas que caracterizariam, possivelmente, uma monarquia, tal como existia na época? Podemos falar de um imperador Shang ou de reis Shang? Sabemos também que eles se identificavam como um grupo étnico de características particulares e comuns, mas em que isso influenciava sua prática política e social? As respostas que possuímos para este período são ainda um pouco incompletas e inseguras.

Os Shang pareciam ser um grupo étnico, vinculado às culturas pré-históricas de Longshan e Erlitou, antecessoras da dinastia Xia, evidenciado por algumas semelhanças em suas culturas materiais: uso de muros de terra batida em torno das cidades, utilização de ossos e tartarugas em artes divinatórias, e um estilo artístico próprio que aparecia nas cerâmicas antigas (preta e pintada). Seu modo de vida, essencialmente agrícola, apresenta certa inclinação pecuária que se refletia nos hábitos alimentares e nos sacrifícios. Há um hiato, no entanto, entre o surgimento dos Shang e a civilização Longshan; a primeira surge, nos depósitos arqueológicos, longe dos tempos ceramistas, dominando uma avançada técnica de emprego do bronze:

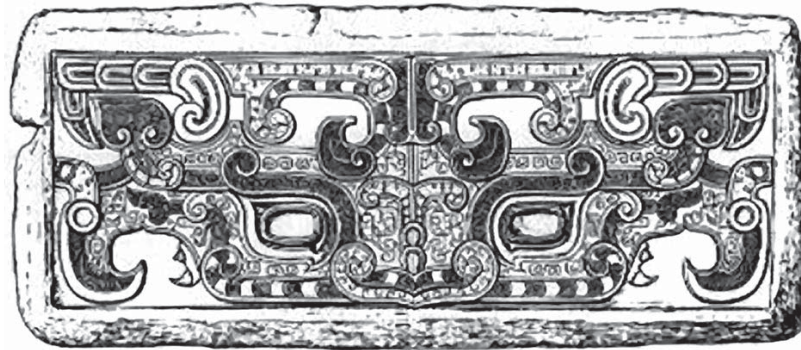
Como os homens da cultura Longshan e os da cerâmica cinzenta, os Shang fizeram grande uso da madeira para as suas construções e a sua baixela. Toda uma série de vasos de bronze – aqueles cujas formas são angulares – seriam cópias de vasos de madeira. Por outro lado, a arte dos Shang é uma arte animalista, não apenas na decoração como nas formas, dando provas, num tal domínio, de uma fantasia e um gênio inventivo surpreendentes (vasos em forma de carneiros, de corujas, de rinocerontes, de elefantes...). Só pela sua arte, a civilização chinesa da época dos Shang apresenta-se já, praticamente, tanto como uma civilização de caçadores e criadores como de agricultores (GERNET, 1969).



Unforth

Figura 4.5: Exemplar de vaso tríпода Shang, utilizado para servir bebidas. Notem-se as partes pré-moldadas e soldadas que o compõem.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/unforth/4223325129/sizes/m/>

O bronze, aliás, é a grande marca dos Shang: inúmeras coleções de recipientes dos mais variados tipos e funções são normalmente encontradas nas tumbas deste período. O estilo artístico, empregado em sua confecção (já nesta época realizada em pré-moldados), manifesta os elementos identificadores da cultura Shang. Sua composição étnica é comprovada pelo estilo inconfundível dos vasos rituais trípodas e pela máscara Taotie, motivo decorativo vulgar (e aparentemente estatal) que identificava o grupo.



Ulrich Theobald

Figura 4.6: Estilização do motivo Taotie, principal identificador da civilização Shang. Comum nas representações artísticas, esta figura de um animal mitológico aparecia em vários tipos de trabalhos, mas principalmente nos bronzes, em que em geral era aplicada no lugar de solda das placas de metal.

Fonte: <http://chinaknowledge.de/Art/Bronze/bronze.html>



Yug

Figura 4.7: A representação de uma máscara Taotie em um vaso Shang para servir comida.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Liu_Ding.jpg

Quer ler um pouco sobre a máscara Taotie? Entre nos sites a seguir e saiba mais!

<http://www.ccm.mctes.pt/page.php?conteudo=&tarefa=ver&id=17&item=Bronzes>

ou

<http://en.wikipedia.org/wiki/Taotie>.

Soma-se a isso a escrita, que aparece nos cascos de tartaruga e ossos de animais para realização de presságios e oráculos. Este sistema de inscrições está parcialmente decifrado e possui conexões com os ideogramas que comporiam a escrita chinesa, tal como conhecemos hoje.

O aspecto ritual e religioso desta sociedade é de suma importância, tendo em vista a quantidade de achados do gênero: sacrifícios constantes de carne e vinho de arroz eram feitos aos deuses (que tinham características transitórias entre o **zoomorfismo** e o **antropozoomorfismo**) e depositados em urnas especiais, das quais muitas sobreviveram graças à sua qualidade. Por vezes, os mesmos ritos buscavam atrair reis mortos e grandes antepassados. As tumbas Shang demonstram que havia a prática da servidão e do escravismo, já que eram feitos holocaustos maciços de condenados presos e pessoas dedicadas em vida (e também, na morte) ao nobre falecido. Este era enterrado com seus pertences materiais, armas, animais e os mesmos servidores degolados, cuja cabeça era depositada em separado do corpo. Os primeiros indícios da escrita também surgem através da prática religiosa: ideogramas primitivos aparecem, gradualmente, em ossos e carapaças de tartaruga, utilizados com fins oraculares. Estas inscrições são a chave para compreender as origens do sistema de escrita chinesa, tido como o mais antigo – e ainda vivo e em uso – em todo mundo.

Zoomorfismo

Representações de animais ou de elementos da natureza. No caso da história das religiões, ocorre nas culturas mais antigas, quando os deuses ainda têm formas de animais ou naturais (árvores, montanhas, astros etc.).

Antropozoomorfismo

Uma evolução do estágio zoomórfico, quando os deuses começam a retratar valores ou aspectos humanos. A religião egípcia, por exemplo, era uma das que se consolidou nesse estágio de representação imagética, sendo seus deuses possuidores de cabeças animais que identificavam igualmente seus atributos.



Dragonbones

Figura 4.8: Os ossos oraculares permitiram estudar diversos aspectos das crenças Shang, bem como serviram para identificar e comprovar a existência de figuras e cenas históricas, descritas no Shiji de Sima Qian.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Shang-Orakelknochen_excerpt_adjusted_for_contrast.jpg

Os Shang não eram também um grupo disperso: apesar da vida organizada em cidades semiautônomas, parece ter havido a ascensão de reis responsáveis pela administração dos interesses coletivos das comunidades. Três são os motivos que nos levam a crer nisso: primeiro, a construção de cidades centrais (capitais), dentre as quais se destaca Anyang, responsável pela articulação e reprodução do poder Shang:

Os Shang parecem ter se organizado como uma forma de cidade-Estado sob uma monarquia que, no início, foi muito forte. Havia aldeias-satélites não muito longe da capital central e o Estado tinha meios de controlar as

comunidades a uma grande distância. Mais de 50 sítios com restos dos Shang, nove deles de grande importância, foram identificados na região do rio Amarelo e da planície da China setentrional. A localização da capital murada sofria mudanças e dois dos mais importantes sítios foram Zhengzhou (provavelmente a antiga capital de Ao), fundada durante o reinado do décimo monarca e ocupada desde -1500 a -1300, e Anyang, também conhecida como Grande Shang, que data do tempo do 19º rei, em -1300, até a queda da dinastia em -1027 (MORTON, 1986).

Outro fator importante na dinastia Shang foi a necessidade existente de resistir às invasões daqueles que eles julgavam ser “bárbaros”, na verdade povos nômades ou mesmo outros reinos que conviveram com esta dinastia no espaço físico da China Antiga; por fim, o fato de existirem listas com as gerações reais que coincidem, com precisão razoável, com as apresentadas por Sima Qian no Shi Ji.



Figura 4.9: O refinamento Shang surge na diversidade de estilos, empregados na confecção de suas obras de arte, como neste vaso de bronze em forma de uma longa taça. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Gu_wine_vessel_from_the_Shang_Dynasty.jpg

O domínio dos mesmos restringiu-se bastante à região Norte e suas fronteiras viviam em constante tensão e conflito. Os Shang possivelmente se entendiam continuadores dos Xia, mas em novos termos, como se apresenta na proclamação de Tang (primeiro imperador Shang, admirado por Confúcio):

O Céu fez descer calamidades sobre a Casa de Xia, a fim de patentear-lhe a culpa. Por conseguinte, eu, pobre criança, intimado pelo decreto do Céu pelos seus gloriosos terrores, não ousei perdoar o criminoso. Aventurei-me a utilizar um touro de cor escura para o sacrifício; e, dirigindo uma clara proclamação ao Céu, solicitei permissão para tratar como criminoso o governante de Xia. Procurei, então, o grande Sábio com quem poderia unir a minha força, visando solicitar o favor do Céu em vosso benefício, minhas multidões. Os Altos Céus demonstraram de fato a sua graça em favor do povo aqui da terra e o criminoso [o último soberano Xia] foi degradado e submetido. O que o Céu determina está isento de erro; hoje, gloriosamente, como o florescer das plantas e árvores, os milhões do povo apresentam um verdadeiro reviver. Compete a mim, o Primeiro Homem, assegurar a harmonia e tranquilidade dos nossos Estados e clãs; e não sei se ofendo as forças superiores e inferiores. Receio e tremo como se estivesse em perigo de cair em profundo abismo. Em todas as regiões que iniciam vida nova sob o meu governo, não segui, vós, ó príncipes, os caminhos fora da lei; não vos aproximeis da insolência e da dissolução; cada um cuide de manter os seus estatutos, que assim possamos receber o favor do Céu. Não ousarei conservar oculto o bem que existe em vós; e quanto ao mal que existe em mim, não ousarei perdoar-me. Examinarei esses assuntos em harmonia com o espírito do Céu. Quando e onde quer que seja, fordes achados sem culpa, vós que ocupais as inúmeras regiões, que ela recaia sobre mim, o Primeiro Homem. Quando eu for achado em culpa, ela não será atribuída a vós, que ocupais as inúmeras regiões (SHUJING, 2011).

Existem indícios de que a agonia dos Shang, em torno dos séculos -12 a -11, deu-se pela fragmentação de seu poder interno, aliado ao contexto de invasão externa que teria sido promovido pelos grupos constituidores da dinastia posterior, os Zhou. Os Zhou formavam um grupo achinesado, porém não integrado ao mundo Shang, que vivia ao norte de suas fronteiras. Nesse período, eles invadem o território Shang e dominam sua dinastia, num processo que parece ter sido legitimado pelo próprio povo. Os elementos que denotam a diferenciação entre estes “estrangeiros” (os Zhou) e os Shang estão presentes, por exemplo, nas questões religiosas. Uma das primeiras medidas Zhou foi acabar com a prática dos sacrifícios humanos quando da morte de nobres: estes foram substituídos por estátuas de pedra ou madeira. Os Zhou aparecem como mais guerreiros, dinâmicos, mas com uma mentalidade aberta o suficiente para absorver os elementos culturais e técnicos que mais lhes interessavam dos Shang. É o caso dos estilos artísticos e da manutenção do bronze. No entanto, ocorreu uma transformação no sistema político e social, já que os Zhou instauraram um novo tipo de regime monárquico feudatário, que veremos na próxima aula.

CONCLUSÃO

Assim sendo, parece-nos que os Xia e Shang são os primeiros grupos organizados, na civilização chinesa, a partir de uma série de reminiscências pré-históricas que lhes garantem seu caráter. No entanto, vemos que outros grupos conviveram com os Shang em seu período de existência, o que nos faz concluir que a construção confucionista de uma história dinástica e étnica linear não era precisa: os Zhou seriam, em essência, uma fusão da cultura Shang, modificada com os elementos trazidos por outros grupos étnicos habitantes de um espaço entre noroeste e o alto sudoeste chinês. E com os Zhou iniciar-se-ia, no imaginário chinês, o “grande período de Ouro da Antiguidade”.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Análise de texto.

A Grande Declaração, do Shujing (por Confúcio)

Na primavera do décimo terceiro ano, houve uma grande assembleia em Mang-Qing. Disse o rei: "Ah, vós, governantes hereditários de meus Estados amigos! E vós, todos os meus funcionários, administradores de meus interesses: ouvi atentamente a minha declaração": "O Céu e a Terra são pais de todas as criaturas e entre todas as criaturas o homem é o mais altamente dotado. Entre os homens, aquele que é sinceramente inteligente chega a ser o grande soberano. E o grande soberano é o pai do povo. Pois bem: Chou, rei de Shang, não venera o Céu e inflige calamidades ao povo. Entregue à embriaguez e à luxúria, atreveu-se a exercer uma opressão cruel. Estendeu o castigo dos ofensores a todos os seus parentes. Colocou os homens nos postos administrativos de acordo com o princípio hereditário. Utiliza-o para possuir palácios, torres, pavilhões, diques, lagos e todas as outras extravagâncias, para mais penoso prejuízo vosso, milhares de criaturas do povo. Queimou e chacinou os leais e os bons. Violou mulheres prenhes. O Grande Céu indignou-se e encarregou meu falecido pai Wen de desencadear o seu terror. Mas este morreu antes de terminar sua tarefa. "Por isto, eu, Fa (também chamado Wu), o moço, por vosso intermédio, governantes hereditários de meus Estados amigos, contemplei o governo de Shang. Mas Chou não tem um coração arrependido. Senta-se de cócoras, não serve a Deus nem aos espíritos do Céu e da Terra, abandona o templo dos seus antepassados e não sacrifica nele. Todas as vítimas e os vasos de painço convertem-se em presa dos malvados ladrões, e ele diz: "O povo é meu; a dignidade celestial é minha". E nunca trata de corrigir sua mente desdenhosa. "Para ajudar a gente humilde, deu-lhe o céu governantes e instrutores, para que possam ajudar a Deus a assegurar a tranquilidade das quatro partes do reino. Acerca dos que são e dos que não são criminosos, como me atrevo a fazer concessão aos meus próprios desejos? "Quando o poder é o mesmo, medi a virtude das partes. Quando a virtude é a mesma, medi sua retidão". Chou possui centenas de milhares e milhares de funcionários, mas estes têm centenas e milhares de opiniões. Eu não tenho mais do que três mil funcionários, mas têm todos uma só opinião. A iniquidade de Shang é completa.

O Céu ordena que ela seja destruída. Se eu não obedecesse ao Céu, minha iniquidade seria igualmente grande. “Eu, o jovem, estou repleto de apreensões do princípio ao fim. Recebi a ordem de meu falecido pai Wen. Ofereci sacrifícios especiais a Deus. Cumpri os serviços à grande terra e conduzo à vossa multidão para executar o castigo indicado pelo Céu. O Céu compadece-se do povo. O Céu realiza aquilo que o povo deseja. Ajudai-me, eu que sou o único, a purificar para sempre tudo o que está dentro dos quatro mares. Agora é o tempo! Não se deve perdê-lo”.

Chou foi o último rei dos Shang, antes da ascensão da dinastia Zhou. Nesse texto, Confúcio apresenta as razões pelas quais o rei Wu conclama a nação a derrubar o rei.

Explique, sob a continuidade da cultura e da civilização chinesa, qual a visão historiográfica de Confúcio acerca do passado e presente nesse texto.

Resposta Comentada

Nela, Confúcio demonstra a ideia de continuidade histórica das dinastias e da civilização chinesa. É fundamental que você fixe bem esta ideia, que é o centro das análises chinesas sobre sua própria história. Além disso, Confúcio insiste no aspecto moralizante da história, conforme discutimos antes, projetando sobre o passado uma perspectiva de sua época.

RESUMO

Nesta aula, discutimos sobre as primeiras dinastias chinesas conhecidas e comprovadas pela arqueologia, a Xia e a Shang, que constituíram o período primitivo da civilização chinesa. Nelas surgem a escrita, o bronze e uma agricultura desenvolvida que levariam a China a ser uma civilização tão poderosa quanto suas contemporâneas na Mesopotâmia e no Egito.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você será apresentado à dinastia Zhou, o período dinástico mais longo da história chinesa.

Aula 5

A dinastia Zhou

André da Silva Bueno

Meta da aula

Evidenciar os aspectos gerais da dinastia Zhou, considerada a mais duradoura da história chinesa.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar elementos básicos da dinastia Zhou;
2. analisar o conceito de feudalismo chinês e suas contrapartes ocidentais;
3. reconhecer o panorama geral de formação das escolas de pensamento chinesas.

INTRODUÇÃO

A época Zhou é conhecida por uma terminologia variada: ela já foi chamada de *Idade dos Principados*, *Época Feudal Chinesa* e *Primeiro Grande Império*. Analisemos cada uma dessas visões.

O termo *Idade dos Principados* remete-se à política da casa de Zhou de distribuição de terras e títulos de nobreza para os aliados e servidores fiéis. Desta forma, era possível dentro do “Império Zhou” a existência de reinos quase autônomos, que guerreavam entre si, sob o arbítrio da casa imperial. Esta denominação parece ser adequada, portanto, ao contexto da época final dos Zhou, mas não sabemos se vale para os períodos iniciais, em que não existiria uma fragmentação política tão grande.

Já o termo *Feudalismo Chinês* é uma sobreposição do equivalente linguístico ocidental ao sistema político e econômico, implementado pelos Zhou, que incluía relações de vassalagem e uma hierarquia social, baseada em títulos e funções sociais. No entanto, este termo também é criticado pela sua especificidade, que não parece ser plenamente aplicável ao caso chinês, tendo em vista as diferenças que caracterizam as instituições constituintes do poder no modelo Zhou, como assim nos conta Jaques Gernet em sua obra *O mundo chinês*, de 1979 (p. 58). Talvez a melhor maneira de evitar um anacronismo seja utilizar o termo chinês próprio da época, que designava este conjunto de relações como *Fengjian*.

A ideia de primeiro grande Império é uma sobrevivência das interpretações clássicas confucionistas sobre a História Antiga. Vemos que os chineses tinham a tendência de articular os períodos passados numa única linha cronológica e espacial, sem observar suas variações étnicas e materiais. No entanto, a preocupação dos mesmos era explicar os momentos contemporâneos de suas vidas, para os quais as alterações nas estruturas históricas passadas nada significavam; portanto, se fossem desprovidas de um sentido simbólico. Assim, o fato de os Zhou representarem

uma casa monárquica que intermediava a ação política dentro da China Antiga e que havia inaugurado o Mandato do Céu como instituição, por si só bastava aos classicistas para denominá-lo como Império. Na verdade, temos de considerar que o que chamamos realmente de *Imperium Chinês* (ou seja, a partir dos Qin) é, também, uma construção da nossa historiografia. O que é para nós uma radical mudança no sistema político antigo, através dos Qin, que caracterizaria o processo de unificação e construção de uma nova estrutura administrativa e cultural, era (e ainda é, para alguns chineses) apenas uma mudança na continuidade histórica. E devemos lembrar ainda que o termo “Império” é de origem latina: existem alguns termos equivalentes na língua chinesa, mas nenhum deles é totalmente idêntico. Assim, é difícil pensar em como podemos associar a terminologia *Imperium* ao caso chinês. No entanto, a contestação que se faz desta linha historiográfica é que ela tende a não observar as rupturas e transformações históricas de forma significativa, tendendo a um imobilismo cultural e ideológico. Ela não observa também as modificações institucionais que asseguram uma nova perspectiva social e política ao longo da história chinesa. Logo, podemos afirmar com segurança que este terceiro ponto de vista é uma reprodução direta do imaginário antigo, que criou uma cronologia única e articulada, mas que não é pertinente com as transformações que ocorreram no plano material e institucional.

Vemos assim que a utilização destas três terminologias não é, por conseguinte, totalmente conflitante ou impossível, mas exige cuidado e especificidade nos casos de análise.

A história dos Zhou

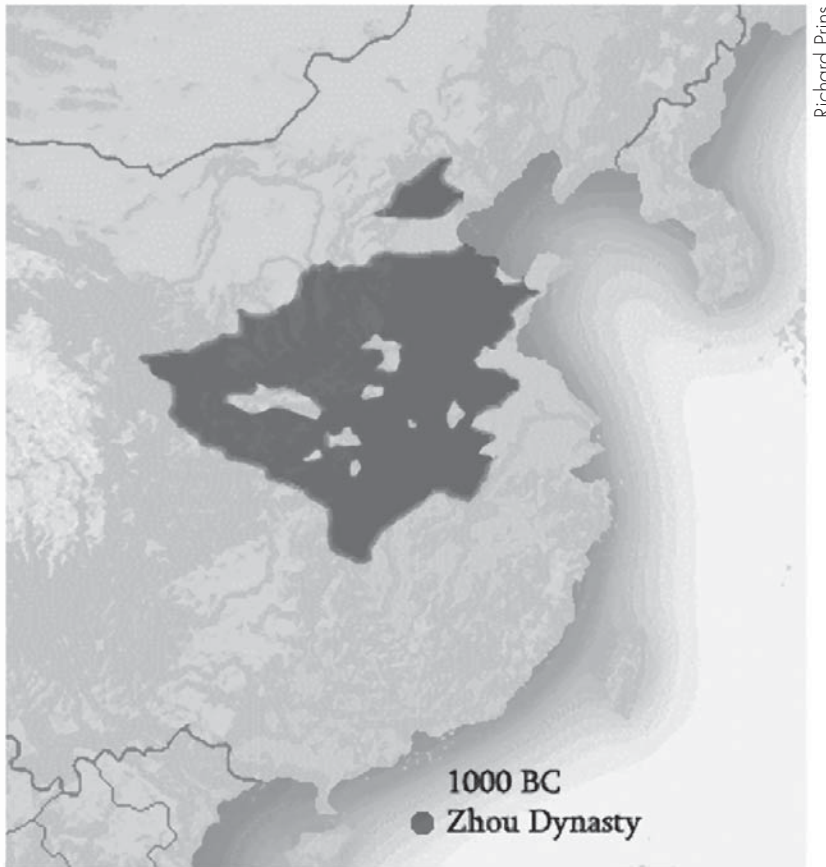


Figura 5.1: Mapa da dinastia Zhou.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Zhou_dynasty_1000_BC.png.

A história dos Zhou, segundo uma tradição ainda aceita (de acordo como o Shujing e com o Shiji), começa com a derrocada dos Shang em torno dos séculos -12 e -11. Os grupos étnicos que comporiam os Zhou teriam uma ascendência próxima dos Shang (manifesta pelos estilos artísticos e pela escrita), mas habitavam fora do território “imperial” e viviam em contato direto com os “bárbaros”. Como nos diz o Shujing:

Foi na madrugada seguinte que o rei Wu marchou em derredor das suas seis hostes formadas e fez uma declaração otimista a todos os oficiais. Disse ele: “Meus valentes homens

do oeste! Do Céu, emanam brilhantes rumos ao dever, cujas diversas exigências são bem nítidas. E, no entanto, Shou, o rei de Shang, trata com desdenhosa negligência as cinco virtudes regulares e entrega-se à desenfreada ociosidade e irreverência. Rompeu com o Céu e acarretou a inimizade entre ele próprio e o meu povo. Ele cortou as tíbias daqueles que a custo caminhavam, pela manhã; arrancou o coração dos homens dignos. Usando do seu poder, matando e assassinando, envenenou e afligiu a todos aqueles compreendidos nos quatro mares. As suas honrarias e a sua confiança são atribuídas aos vilões e aos maus. Afastou de si os instrutores e tutores. Lançou aos ventos os estatutos e as leis penais. Aprisionou e escravizou os funcionários retos. Mostrou-se negligente nos sacrifícios ao Céu e a Terra. Suspendeu as oferendas no Templo dos Ancestrais. Concebe projetos de maravilhoso artifício e extraordinária astúcia para agradar à mulher. Deus já não é tolerante com ele; mas sim, faz descer esta ruína, acompanhada de maldição. Apoia-me com o vosso infatigável zelo, a mim – o Primeiro Homem, para reverentemente executarmos a punição ordenada pelo Céu. Disseram os Antigos: “Aquele que nos alivia é o nosso soberano; aquele que nos oprime é o nosso inimigo”, Chou, esse homem solitário, tendo exercido grande tirania, é o vosso perpétuo inimigo. Afirma-se, ainda: “Ao implantar a virtude de um homem, esforçai-vos por fazê-lo pelas raízes”. Agora, eu, pobre criança, com o poderoso auxílio de todos vós, meus oficiais, exterminarei completamente o vosso inimigo. Todos vós, meus oficiais, marchai à frente com determinada audácia, a fim de apoiar o vosso príncipe. Se houver mérito, haverá grandes recompensas; se vós assim não avançardes, haverá notória desgraça.

A análise do documento mostra alguns destes pontos de forma clara: Wu (o príncipe que destronou, por fim, os Shang) identifica o soberano Shang como opressor de seu povo, mas, ao mesmo tempo, clama pelas virtudes morais e políticas que, em sua visão, deveriam ser comuns a todos e cuja prática encontrava-se ausente.



Figura 5.2: Os Zhou incorporaram muito das técnicas Shang, como demonstra esta refinada peça de metal. Embora similar aos caldeirões Shang, ela não tem o símbolo taotie, substituído por padrões geométricos.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Dake_Ding.jpg.

De tradição militarista (embora seus costumes sociais e fúnebres fossem muito menos cruéis que os dos Shang), os Zhou promoveram a invasão do território, conduzidos por um rei chamado Wen, que tinha por objetivo findar com a sucessão de terríveis déspotas Shang que afligiam a sociedade. Após uma grande batalha, os Zhou derrubam os antigos soberanos e assumem o poder. Depois disso, o rei Wen é sucedido por Wu (seu filho), cujas realizações consolidam a posição da nova dinastia. No entanto, ainda ocorreriam rebeliões e conflitos que só seriam resolvidos, após algum tempo, pelo duque Zhou.

Estas três figuras são fundamentais tanto na antiga história chinesa quanto na própria sinologia moderna. Os reis Wen e Wu, tanto quanto o duque Zhou, eram considerados modelos de virtude e sabedoria dentro do pensamento chinês. A eles foi atribuída, por Confúcio, a primeira redação do Vi Jing. Se a existência verídica destes personagens procede, tornou-se difícil (em função da própria documentação) saber muito sobre eles; no entanto, isso parece já não ser tão importante, tendo em vista o que foi realizado em nome dos mesmos.



Uma das distinções mais claras entre os Shang e os Zhou é a transformação gradual dos rituais funerais. Na época Shang, vários auxiliares eram sacrificados e postos na tumba do rei ou do nobre morto, com o objetivo de servi-lo na sua “outra vida”. Os Zhou desaprovavam esse costume, que foi gradualmente abolido. No lugar de seres humanos vivos e animais, eles empregavam estátuas de bronze e cerâmica que eram ritualmente “sacrificadas” com o morto e acreditavam que as mesmas lhe serviriam na vida *post-mortem* como autômatos – uma espécie de “robô”, mas que só funcionava no “outro mundo”.

Partindo dos séculos -11 e -10, o tempo dos Zhou é dividido em períodos distintos: o primeiro, que iria de -1027 a -700 seria o dos Zhou anteriores, também chamados de ocidentais ou antigos. Esta divisão é marcada pela transferência da capital para a cidade de Chengzhou e pela modificação de alguns parâmetros culturais e artísticos. A data aproximada de -770 marcaria o auge desta dinastia, que depois iria declinar em função da desestruturação interna e dos conflitos com os bárbaros.

O segundo período dos Zhou posteriores, ou ainda orientais, é marcado pela decadência política, mas se constitui numa época fértil para o pensamento e para a ciência chinesa. Ele estaria datado de -771 a -221, quando da vitória dos Qin e a unificação chinesa. Está subdividido em duas partes: a primeira, que vai de -771 a -481 é chamada, como já citado anteriormente, de Primaveras e Outonos (presentes nas narrativas do Chun Qiu), e a segunda, quando se inicia o período dos Estados Combatentes (Zhang Guo),

que vai de -481 até -221. Os chineses opunham os dois períodos, demonstrando claramente a perspectiva de conflito e corrupção do poder e da sociedade que se estabeleceram, a partir dos séculos -7 a -6. No séculos -6 a -5, é interpolado o período, denominado *Época das Cem Escolas*, que marca o alvorecer dos sistemas clássicos de pensamento chinês.

A análise histórica e arqueológica demonstra que houve uma expansão territorial e econômica das atividades Zhou, no primeiro período. É o período de construção de uma nova cultura, conjugando elementos próprios com os dos antigos Shang. A organização política desdobra-se, nalguns aspectos, em torno das antigas relações arcaicas dos Shang: os soberanos são responsáveis não só pela administração pública quanto pelo espiritual e o militar na comunidade. Há uma inovação, porém, fundamental para a nova estrutura monárquica: a divisão em reinos e feudos do território, ligados por relações de vassalagem à casa de Zhou. Decorrente disso, há também a formação de um corpo regular de assistentes burocráticos e funcionários no qual se confundem cidadãos livres e escravos. No entanto, se a autoridade moral é a base do novo poder monárquico, o que se veria ser uma degradação da capacidade de influência dos governantes em relação aos principados. A situação foi estável até o recrudescimento das invasões bárbaras no Norte (século -9 a -8), que puseram em dúvida, diante da sociedade, o mandato celeste em mãos dos Zhou.

O Império Zhou

A época Zhou denota a formação de uma classe nobre importante dentro da sociedade, interligada ao funcionamento da política, da força militar e da economia. Ela manipulava o funcionamento das práticas administrativas, sociais e religiosas através deste corpo burocrático, criado para executar o poder na extensão do território. Como afirma Aymard:

Tem-se a impressão de que, na época dos Zhou ocidentais, a sociedade ainda não foi submetida a uma hierarquia complicada, como será o caso, à medida que se desenvolver a tendência para a unidade política e a centralização do poder. A sociedade estava dividida em duas grandes classes: embaixo, a plebe camponesa; em cima, a classe patriciana (nobres hereditários). Pouco a pouco, ramificar-se-ão e classificar-se-ão os elementos médios, começando no grau mais baixo com os escravos e trabalhadores rurais, elevando-se progressivamente pelos artesãos e mercadores, letrados e funcionários, ministros e altos funcionários, nobres e príncipes, até o imperador, que domina a pirâmide hierárquica (AYMARD, 1957).

A época Zhou ficou marcada pelo sistema Fengjian, que comentamos no início da aula. Ele pressupunha uma espécie de feudalismo, distribuindo o território entre senhores que possuíam títulos semelhantes aos de conde, duques, marqueses etc. Responsáveis pela administração das terras, eles estavam ligados a estados maiores, em geral governados por reis (Wang) ou grandes senhores mandatários (Ba). O papel do imperador era manter a aliança entre esses estados e feudos por meio da instituição dos ritos e do arbítrio no conflito entre seus servos. Por conta disso, a dinastia Zhou constituiu, praticamente, uma federação de estados que não raro brigavam entre si, possuíam leis próprias e tinham um alto grau de independência.



Figura 5.3: Sino de bronze da dinastia Zhou. Sinos como esse eram organizados em carrilhões de até uma dúzia de sinos de tamanhos variados e utilizados em orquestras musicais, que foram amplamente difundidas nessa dinastia.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Freer_007.jpg.

Foi, porém, um momento de refinamento e desenvolvimento para a cultura: os Zhou eram apreciadores da música, da literatura e das belas-artes. Mantiveram, sem grandes modificações, a organização econômica Shang, implementando a cobrança dos impostos sobre a utilização do território. Novos tipos de produção agrícola foram introduzidos, bem como o artesanato e a manufatura foram estimulados, pela primeira vez, num sentido de exportação:

A invenção tecnológica foi, uma vez mais, tão útil à agricultura quanto era na guerra. Nessa época; foi inventado o arnês de peitoral, ou coelheira, que aumentava a eficiência, seguindo-lhe pouco depois, já no século 5 a.C., um novo tipo de coelheira rígida. Esses dois tipos de arreios permitiram a um único cavalo fazer o que dois ou até quatro faziam antes, quando o arnês de pescoço ameaçava estrangular o animal, se tivesse de deslocar um peso excessivo no tiro. O maior avanço técnico de todos foi a introdução dos processos de

fusão e fundição do ferro, mencionados pela primeira vez em 513 a.C. O ferro fundido é encontrado em objetos que datam de 400 a. C., época em que o uso desse minério já entrara em uso bastante generalizado. Um dos primeiros usos conhecidos do ferro na China era como revestimento das bordas cortantes de pás de madeira, e para outros implementos agrícolas, como: enxadas, facões e foices (MORTON, 1986).



Editor at large

Figura 5.4: O refinamento tecnológico e a perícia alcançada pelos Zhou no domínio dos metais são representados por esse vaso, num estilo absolutamente inovador em relação aos vasos Shang.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:CMOC_Treasures_of_Ancient_China_exhibit_-_square_bronze_hu.jpg.

No campo religioso, vemos sumir no meio das classes abastadas o politeísmo folclórico, que dá lugar a uma concepção mais abstrata de metafísica, baseada em princípios ecológicos das noções de Céu e Terra, ligadas ao ser humano.



Vinograd 19

Figura 5.5: Exemplos desta misteriosa cabeça de metal foram encontrados em alguns túmulos Zhou de Shanxi, junto de seus corpos. Os Zhou inauguram uma fase em que os sacrifícios humanos foram proibidos, substituindo as possíveis vítimas por representações de bronze ou cerâmica.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sanxingduimasks.jpg>.

Nos discursos daoístas e confucionistas, observamos claramente que os deuses não aparecem: o Céu, uma entidade sem forma, é que governa os destinos da civilização. Era ele quem gerava o Mandato Celeste, atributo de uma dinastia para realizar a conexão entre o mesmo Céu, a Terra e a Humanidade, gerando a Harmonia universal.

O período das Cem Escolas de pensamento

A percepção de um conflito eminente e em escala nacional, que poderia pôr fim à civilização Zhou, foi atendida pelo surgimento de inúmeras escolas filosóficas que compõem o período chamado *Cem Escolas de pensamento*. Surgidas basicamente no século -6, os conteúdos destas escolas baseavam-se na proposta de recuperar a antiga dignidade e autoridade real Zhou e na reforma da sociedade

e da cultura. A ideia fundamental era, em tempo de crise, como trazer novamente a estabilidade social, moral e política para a civilização chinesa?



Figura 5.6: O ideograma Dao.

Fonte: André Bueno.

O que é Dao?

Representado pelas grafias Dao ou Tao, o ideograma representa a ideia de caminho ou via. Seu sentido original seria o de um método ou teoria, uma proposta que conjuga uma ideia original com os meios ou instrumentos utilizados para sua aplicação e realização. Todas as escolas de pensamento chinesas tinham seu próprio Dao e apenas os daoístas pregavam que seu método seria “O Método”, gerando a confusão que existe hoje quando os leitores iniciantes acreditam que os daoístas teriam sido os criadores do conceito.

A ordenação e a separação destes grupos de pensamento foram feitas de forma didática no período dos Han, mas é provável que nos séculos -6 e -4 elas ainda se vissem mais vinculadas aos seus mestres do que propriamente a uma ideia de “escola”. A organização clássica dessas escolas é a seguinte: escola dos letrados, mais especificamente os confucionistas, seguidores da

linha de Confúcio, Mêncio e Xunzi; moístas, de Mozi; daoístas, ou taoístas, da linha de Laozi, Liezi e Zhuangzi, escolas dos nomes, de Huizi; a escola das leis, de ShangYang, Han Fei e Lisi; e, ainda, a escola dos políticos, dos ecléticos, do Yin-Yang, dos cinco elementos e da Agricultura. Estas teriam sido as mais importantes do período, havendo outras de carácter secundário. Um ligeiro quadro fornece-nos ideias básicas sobre as propostas morais destas escolas.



Figura 5.7: Miniatura em cerâmica, reproduzindo o encontro de Laozi e Confúcio.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/steambadger/3464967632/sizes/m/://em>

Daoístas ou taoístas: movidos pelos escritos de um suposto sábio, chamado Laozi (o *Daodejing*, ou *Tratado do caminho e da virtude*), construíram uma doutrina filosófica que defendia a compreensão do Dao (Tao) como a única forma de os homens viverem em harmonia e retornarem a sua natureza primordial. Dao (Tao) aí se entende por um conceito abrangente cujas traduções aproximadas podem significar de “caminho” até “natureza”, ou mesmo “cosmos”. As diversas especulações sobre a não ação, sobre a realidade do homem em relação ao meio e sua consciência sobre a vida inauguraram uma nova perspectiva de discussão filosófica na China.

Os daoístas tinham em mente, antes de tudo, um abandono da vida material, uma flexibilidade nas relações sociais e um distanciamento do poder político pra a resolução das crises sociais, como ilustra esta história do Zhuangzi (2011):

Zhuangzi estava pescando no rio Pu, quando o príncipe de Zhu mandou dois altos funcionários convidá-lo para assumir o cargo de administrador do Estado Zhu. Zhuangzi, continuou pescando e, indiferente, disse: – Ouvi falar que em Zhu há uma tartaruga sagrada que morreu há cerca de três mil anos. E que o príncipe guarda cuidadosamente essa tartaruga em um cofre no altar de seus ancestrais. Ora, para essa tartaruga seria melhor estar morta e ter os seus restos venerados, ou estar viva e arrastando a sua cauda na lama? “Seria melhor estar viva e arrastando a sua cauda na lama”, responderam os dois altos funcionários. “Ide embora!”, gritou Zhuangzi. “Eu também prefiro arrastar a minha cauda na lama”. Por que se deixar prender em obrigações materiais e transitórias, cujas preocupações cotidianas e monótonas nada têm a ver com a realidade última do mundo?

Os dois daoístas que popularizaram a doutrina foram justamente Zhuangzi e Liezi (que não se sabe ao certo se existiu), que transformaram em histórias e contos a teoria obscura do Dao, escrita no Daodejing. O daoísmo desde cedo, porém, aglutinou-se com as práticas mágicas, alquímicas e xamânicas, perdendo grande parte do seu conteúdo filosófico e transformando-se numa religião.

Confucionismo: diferente dos daoístas, Kongzi (Confúcio) preocupou-se desde o início em empreender uma volta ao passado imperial Zhou. Ele acreditava no poder da educação para retificar a conduta do homem e sua proposta extremamente pragmática indicava um caminho acessível a todos para o reerguimento social:

Uma pessoa não pode andar em rebanho com pássaros e bestas. Se eu não sou um homem entre outros homens, então o que sou? Se o Caminho prevalece, debaixo do céu, não devo tentar alterar as coisas (SMITH, 2011).

Para o sábio, a única maneira de civilizar o povo e instituir bons costumes sociais é pela educação. Assim como uma pessoa não pode saber o gosto de um alimento sem o ter provado, por melhor que seja, tampouco se poderá, sem a educação, chegar a conhecer as excelências de um vasto acervo de conhecimentos, mesmo que eles aí estejam. Só por meio da educação, pois tornar-se-á alguém insatisfeito com o que sabe; e só quando tem de ensinar a outrem é que a gente dá-se conta da incômoda insuficiência dos próprios conhecimentos. Insatisfeita com o que sabe, a pessoa então percebe que é seu o mal e dando-se conta da incômoda insuficiência de seus conhecimentos, sentir-se-á impelida a aprimorar-se (LJI, 2011).

Confúcio era um dos principais defensores da concepção de Tian (Céu), teoria que defendia um princípio inteligente e ecológico que administrava a natureza –, mas seu entendimento sobre a realidade humana mostrava uma lucidez incrível e, por estes motivos, suas proposições não podiam deixar de considerar a dificuldade em realizar o trabalho de instruir a sociedade:

O que é dado pelo Céu é o que chamamos natureza humana. Cumprir a lei de nossa natureza humana é o que chamamos Caminho. O cultivo do caminho é o que chamamos Educação. O Caminho é uma lei a que não podemos, por um só instante que seja em nossa existência, fugir. Se pudéssemos dele escapar, não seria mais o Caminho. Por consequência, eis porque o sábio espreita diligentemente o que seus olhos não podem ver, receia e atemoriza-se com o que seus ouvidos não podem ouvir (ZHONG YONG, 2011).

Assim sendo, a escola confucionista estimulava seus discípulos a participarem da vida pública e da burocracia para que estes pudessem efetivar mudanças sociais salutares. A data clássica de vida de Confúcio foi de -551 a -479 e os dois grandes confucionistas posteriores foram Mengzi (Mêncio) e Xunzi, que teriam vivido aproximadamente nos séculos -4 e -3. Estes desenvolveram uma

grande discussão acerca da natureza humana e do papel da educação e do governo. O confucionismo transformou-se, na época Han, na doutrina oficial do estado imperial, mas com algumas modificações e influências das outras escolas.

Legismo: a escola da Lei (Fajia) representa a ascensão de uma razão de governo pragmática, dura e violenta. Ela não se dispõe a retornar ao passado ideal, mas a criar um governo forte e centralizador em torno dos príncipes. Semelhante ao que ocorreu na Europa com Maquiavel, os legistas apresentavam uma proposta despótica de poder e governo e foram muitas vezes absorvidos na máquina administrativa, como no caso da dinastia Qin. Seus maiores autores teriam sido Shang Yang e Hanfeizi. Este último viveu no século -3 e foi o artífice das teorias unificadoras dos Qin. Ele organizou os conteúdos dessa escola, que separava a política da moral, aliava a prática a uma teoria muito bem planejada e baseava-se em princípios completamente severos e racionais, desprovidos de qualquer sentimentalismo:

Nenhum país é permanentemente forte. Nem todo país é permanentemente fraco. Se ele se conforma com leis fortes, então o país é forte; se ele se conforma com leis fracas, o país é fraco... se existir alguma regra capaz de expulsar os ladrões do privado e sustentar a lei pública, os povos se acharão seguros e o Estado em ordem; e alguma regra capaz de expurgar a ação privada no ato da lei pública, encontrará um exército forte e um inimigo fraco. Assim, procure homens de fora que sigam a disciplina das leis e os regulamentos, e os coloque num lugar acima do corpo de oficiais. Então, o soberano não poderá ser iludido por qualquer um com fraudes e falsidades (HANFEIZI, 2011).

Moísmo: algumas décadas depois de Confúcio, um grupo surgiu sobre a égide de Mozi, um retórico religioso que pregava a paz, a igualdade e desprezava a dita “proposta educativa” dos confucionistas, por achar que ela naturalmente excluía os menos

providos. Mozi propunha uma espécie de comunismo primitivo, em que as comunidades aldeãs funcionariam por meio de cooperativas, administradas de modo livre, independente, e sem a presença dos nobres. Curiosamente, os moístas eram materialistas, utilitaristas e dominavam inúmeras técnicas militares, que utilizavam para defender aqueles que acreditavam ser os “mais fracos”:

Poderia cada um nortear-se pelo exemplo de seu mestre? Muitos são os mestres; mas poucos os mestres dotados de uma alma grande. Logo, se todos imitarem o seu mestre, nem sempre imitarão um bom exemplo. Nortear-se pelos maus exemplos não é adotar o padrão apropriado. Convém que cada um imite o seu soberano? Há muitos soberanos; raros, porém, são exemplares. Imitando-os, nem sempre andaremos bem. Não é boa norma copiar um mau proceder. Logo, nem os pais nem o mestre ou o soberano podem ser aceitos como padrões de governo. Que devemos então escolher como padrão de governo? Nada melhor do que orientarmo-nos pelo Céu. O Céu abrange tudo; é imparcial nas suas atividades, generoso e incessante nas suas bênçãos, guia infatigável e constante. Assim, quando os reis sábios tomaram o Céu por modelo, moldaram por ele as suas ações e empresas. Faziam o que o Céu desejava e evitavam o que o Céu pudesse condenar. Ora, que é que o Céu preza e que é que o Céu abomina? Indubitavelmente, o Céu deseja que os homens amem-se e auxiliem mutuamente, e reprova que se odeiem e hostilizem. Como chegamos a esta conclusão? Simplesmente, porque o Céu ama e favorece toda a humanidade. E como sabemos que o Céu ama e favorece a humanidade inteira? Porque o Céu protege a todos e de todos aceita oferendas (MOZI, 2011).

O cerne da proposta moísta encontrava-se neste discurso social, calcado no esvaziamento de poder da elite e na autonomia do povo – única via possível, para eles, para uma sociedade harmoniosa.

Nominalistas: os ditos “sofistas”, chineses que surgiram mais ou menos na mesma época destas outras escolas e destacaram-se pelo uso da retórica na discussão de assuntos políticos e jurídicos. Tiveram pouco expoentes nos séculos -4 e -3, mas alguns dos fragmentos que sobraram revelam um grupo altamente intelectualizado, capaz de elaborar paradoxos complexos. Eram, antes de tudo, mestres na arte do discurso, mas não definiram qualquer proposta consistente de reforma social.

Escola dos cinco elementos: a doutrina dos cinco elementos foi um desdobramento da antiga ciência chinesa, contida em livros, como o Neijing e o Ijing. Ela se preocupou em entender as problemáticas científicas como decorrentes de um ciclo natural que envolvia as correntes Yin e Yang e o domínio dos cinco estados da matéria (água, fogo, metal, terra e madeira). Estes ensinamentos encontraram um sucesso enorme na época dos Han, principalmente no campo tecnológico, mas também foram aproveitadas para explicar eventos históricos e sociais.

Essas escolas foram a base do pensamento chinês, embora devam ser analisadas com cuidado diante das inúmeras alterações que sofreram em suas propostas ou mesmo em seu discurso. No entanto, elas nos fornecem os elementos necessários para compreender a lógica dessa civilização, mesmo em seus períodos mais antigos. Todas estas escolas tinham como objetivo fundamental resgatar – ou criar – alguma espécie de ordem social, tendo em vista as inúmeras crises que se desenrolavam na época. O desfecho deste processo só se daria, porém, com a dinastia Han.

O advento dos Estados Combatentes



Figura 5.8: Mapa dos Estados Combatentes.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:EN-WarringStatesAll260BCE.jpg>

O início dos Estados Combatentes é marcado pelo fim da capacidade de arbítrio dos Zhou sobre os problemas internos e a concentração de força em apenas sete principados: Qi, Qin, Chu, Zhao, Han, Yen e Wei. Cada qual, com sua força militar e seu próprio corpo de funcionários, encetou um processo de guerra ininterrupta que culminou com a vitória do melhor organizado (e cruel) Estado Qin, em -221. O novo soberano decide, após a vitória sobre os Zhou, assumir o título de Primeiro Grande Imperador Amarelo, ou Qinshi Huangdi, marcando, para a historiografia moderna, a fase do “Império real” na China:

O início do declínio do feudalismo, bem como o movimento no sentido da unidade, é visível no período da Primavera e Outono (-770 a -481), nome que recebeu de anais, assim chamados. É nesta altura que se verifica o primeiro enfraquecimento do princípio da hereditariedade, sendo a própria casa real dos Zhou a vítima mais visível dessa mudança. O Livro da História dá-nos uma visão clara das circunstâncias de extrema carência em que ficou o Filho do Céu depois de, em -771, os nobres terem-se aliado contra os invasores bárbaros. Apesar de todos os grandes senhores terem declarado a sua lealdade ao trono, o novo rei não pôde deixar de reconhecer a dependência em que ficara da «benevolência de todos, sem a qual a Terra não goza de paz». As ofertas de arcos e flechas que fez aos mais destacados membros da nobreza são sinal duma flagrante falta de força, na medida em que representam o reconhecimento do direito a punir quem desobedecesse a ordens reais. A pouco e pouco, esta devolução de autoridade deixou os reis Zhou com uma função apenas religiosa e um reino empobrecido a rodear Luoyang. Com efeito, os achados arqueológicos mostram o crescimento de centros de poder independentes nas grandes quantidades de bronzes, descobertas em diversos pontos da cidade fortificada e nos túmulos suntuosos, cujas inscrições não se referem já ao monarca Zhou, mas proclamam os nomes dos nobres para os quais foram feitos. Com o declínio das obrigações feudais e a erosão do poder central, os chefes dos estados emergentes lutavam entre si pela conquista de território e competiam para atrair artífices e agricultores. A oeste, os primitivos Qin incentivavam a imigração de estados rivais, oferecendo casas e isenção do serviço militar. Um estado de guerra permanente, ora entre os próprios Chineses, ora com os Bárbaros invasores, vindos das estepes do Norte, provocou uma redução substancial no número de estados. Segundo o Livro dos Ritos (Liji), existia durante o período da Primeira Dinastia dos Zhou (-1027 a -771) um total de 1763 feudos. No princípio do século -7, só havia 200 territórios feudais; por volta de -500, esse número tinha caído para menos de 20. Durante o período dos Reinos Combatentes (-481 a -221), as lutas intestinas tornaram-se

tão ferozes e intensas que só sete estados feudais conseguiam reunir recursos suficientes para fazer a guerra. Impotente, o monarca Zhou, via duas grandes potências, Qin e Chu, ainda incompletamente sinizadas, conquistarem território, tirando partido das lutas entre os estados feudais mais antigos. Em -221, a força de Qin foi suficiente para destruir todos os seus rivais e unificar toda a antiga China num só império. Em -256, o último rei Zhou foi brutalmente expulso do trono pelas tropas de Qin (COTTERELL, 2000).

CONCLUSÃO

O arcabouço gerado pelos Zhou foi a base sobre o qual os Qin pensaram uma nova estrutura de governo. Influenciados pela escola legista e, temerosos de criarem um sistema político falho, os Qin promoveram uma proposta centralizadora e unificante, pautada numa lei rígida, que eficazmente colocou este principado na ponta pela corrida do poder. Souberam aproveitar as experiências negativas da intelectualidade Zhou em resgatar o passado e elaboraram um projeto novo de governo, naquela época, contestado por suas características novas e desvirtuado das antigas tradições. No entanto, o pragmatismo dessas propostas de criação de um novo império vingou, gerando uma estrutura política na China que seria milenar. O Zhangouce (*Anedotas dos Estados Combatentes*) possui uma história bastante interessante sobre a ação dos Qin nesta época, que terminou por tornar-se uma história de sabedoria entre os chineses, até os dias de hoje:

Zhao ia invadir Yen. Su Tai foi falar ao Rei Hui de Zhao em favor de Yen. – Esta manhã. – disse Su Tai, – quando eu vinha pelo meu caminho, passava pelo Rio Yi. Vi ali uma ostra aquecendo-se ao sol e um grou aproximou-se para picá-la na carne, e a ostra fechou firmemente a sua concha sobre o bico do grou. Disse o grou: “Se não chover hoje e se não chover amanhã, haverá uma

ostra morta”. E disse também a ostra: “Se não puderes soltar-te hoje e se não puderes amanhã, haverá um grou morto”. Nenhum dos dois queria largar, quando um pescador se aproximou e apanhou a ambos. Ora, se fores atacar Yen, os dois países ficarão presos na luta por muito tempo até que o povo de ambos esteja esgotado. Temo que o forte Qin venha a ser o pescador. Pensa nisso cuidadosamente (LIN, 1958).

Su Tai estava certo: Qin estava pronto a ser o novo “Império” da China.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

1. O que é dado pelo Céu é o que chamamos natureza humana. Cumprir a lei de nossa natureza humana é o que chamamos caminho. O cultivo do caminho é o que chamamos de aprendizado (Confúcio). Se as estações da lavoura não forem alteradas, haverá mais trigo do que é possível comer. Se não se permitir que se mergulhem redes espessas nas lagoas, sobrarão peixes e tartarugas. Se a foice e o machado entrarem na floresta da montanha, em tempo oportuno, os bosques serão mais cerrados do que é preciso. Quando o trigo, os peixes, as tartarugas e a madeira excedem o consumo, o povo conta com o seu sustento e cuida de se preparar para a morte, sem rancor contra ninguém. Mas esta condição: ter o povo o sustento assegurado, para viver em sossego, sem ressentimento, é o primeiro passo na senda real. Plantem-se amoreiras à roda das herdades e as pessoas de cinquenta anos poderão usar seda; se na criação de aves, de cães e de porcos, não se descurem as épocas da procriação, as pessoas de setenta anos comerão carne. Cultivando a tempo o campo de cem acres, a família de várias bocas não sofrerá fome. Dedique-se escrupulosa atenção ao ensino nas diferentes escolas, inculcando repetidamente a noção dos deveres filial e fraternal, e não se verão nas estradas homens grisalhos, carregando fardos na cabeça ou aos ombros. Num estado, onde se observam estes resultados, jamais se viram setuagenários vestindo sedas

e comendo carne, enquanto a população mais jovem sofre fome e frio; nem houve ali governante que não atingisse a dignidade real (O ZHONG YONG..., 2011).

2. [...] O Homem Prudente:
dirige negócios sem operar;
prega a doutrina sem palavras;
e as coisas todas tomam impulso, mas ele não lhes vira as costas;
ele as verifica sem se apossar delas;
e age sem apropriação;
e atinge seus fins sem reivindicar credenciais
isto porque ele não clama por créditos
e por isso o crédito dele nunca se afasta (LAOZI..., 2011).

3. Que devemos então escolher como padrão de governo? Nada melhor do que orientarmo-nos pelo Céu. O Céu abrange tudo; é imparcial nas suas atividades, generoso e incessante nas suas bênçãos, guia infatigável e constante. Assim, quando os reis sábios tomaram o Céu por modelo, moldaram por ele as suas ações e empresas. Faziam o que o Céu desejava e evitavam o que o Céu pudesse condenar. Ora, que é que o Céu preza e que é que o Céu abomina? Indubitavelmente, o Céu deseja que os homens amem-se e auxiliem mutuamente, e reprova que se odeiem e hostilizem (A NECESSIDADE..., 2011).

4. Os meios pelos quais uma regra inteligente controla seus ministros são somente os dois punhos. Os dois punhos são a punição e a recompensa. Que significam o castigo e a recompensa? Quando se inflige a morte ou a tortura em cima dos culpados, é chamado castigo; já os incentivos para homens do mérito são chamados de recompensa. Os ministros são receosos da censura e da punição, mas são afeiçoados ao incentivo e a recompensa. Consequentemente, se o senhor dos homens usar os punhos do castigo e da recompensa, todos os ministros temerão sua severidade e, por seu turno, sua liberdade. (...) Agora, supondo que o senhor dos homens colocasse sua autoridade da punição e do lucro não em suas mãos, mas deixando os ministros administrarem os casos de recompensa e de punição, a seguir todos no país temeriam os ministros, e também a regra, voltando-se para os mesmos e afastando-se da última. Esta é a calamidade da perda da regra dos punhos do castigo e da recompensa (HANFEIZI, 2011).

Nesses trechos, observamos a presença de quatro discursos distintos sobre a administração da sociedade.

Identifique às quais escolas eles pertencem e quais as suas características fundamentais.

Resposta Comentada

O primeiro, de Confúcio e Mêncio, é da escola dos letrados, o segundo, dos daoístas, o terceiro, dos moístas e o quarto, dos legistas. No primeiro, deve-se destacar que a preocupação dos letrados é o projeto de educação das pessoas e da defesa de uma boa e sábia administração pública; no segundo, dos daoístas, valorizar o aspecto do desprendimento das questões materiais e morais; no terceiro, moísta, identificar o padrão igualitário que os moístas desejavam para a sociedade; por fim, nos legistas, a importância da lei, como elemento fundamental do Dao legista.

RESUMO

Nesta aula, vimos a dinastia Zhou, o período das Cem Escolas de pensamento e o período dos Estados Combatentes.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, conheceremos as dinastias Qin e Han, as primeiras dinastias do novo Império chinês.

Aula 6

As dinastias Qin e Han

André da Silva Bueno

Meta da aula

Discutir os aspectos gerais das dinastias chinesas Qin e Han, que reunificam a China antiga e inauguram um novo período imperial.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os elementos básicos da dinastia Qin e da dinastia Han;
2. reconhecer um quadro geral da civilização chinesa neste período e a formação do novo grande Império chinês, cujo modelo subsistiria até o século +20.

INTRODUÇÃO

Você, talvez, já deve ter ouvido falar da incrível tumba dos guerreiros de **terracota** da China. É, provavelmente, o maior túmulo já encontrado no mundo, só tendo como rival em antiguidade e tamanho as pirâmides do Egito. Milhares de guerreiros de barro cozido (a terracota) guardam o caixão do autointitulado “primeiro imperador Qin” ou Qinshi Huangdi, que até agora não foi aberto. Estima-se que inúmeros tesouros de pedras preciosas, objetos arqueológicos e materiais históricos preciosos possam ser perdidos ou degradados com a abertura da câmara central.

Essa figura enigmática, autoritária, mas, também, poderosa e arrebatadora, conseguiu construir um dos maiores impérios da Antiguidade. Ele já foi retratado como ditador, mas filmes como *O herói*, de Zhang Yimou, tentam resgatar sua imagem, mostrando-o como um visionário incompreendido. Nesta aula, buscaremos entender um pouco mais sobre o império que ele fundou, após o catastrófico período dos Estados combatentes. Os excessos de sua administração, porém, fizeram com que a dinastia fosse rapidamente derrubada por uma guerra civil após sua morte, levando ao poder a Casa de Han, criadora de um regime imperial mais ameno, afável e intelectual, que resgatou o confucionismo e a educação, abriu suas portas para o mundo através da famosa Rota da Seda e criou as bases sobre as quais todas as dinastias posteriores se seguiriam, até o fim do Império, em 1911. Vejamos, mais detalhadamente, estas e outras histórias que fazem parte destes impérios.

Terracota

Material feito por argila cozida no forno, utilizado em cerâmica e construção. O termo "terracota" também pode estar relacionado a objetos feitos com esse material ou à sua cor natural, laranja-acastanhado.

Dinastia Qin

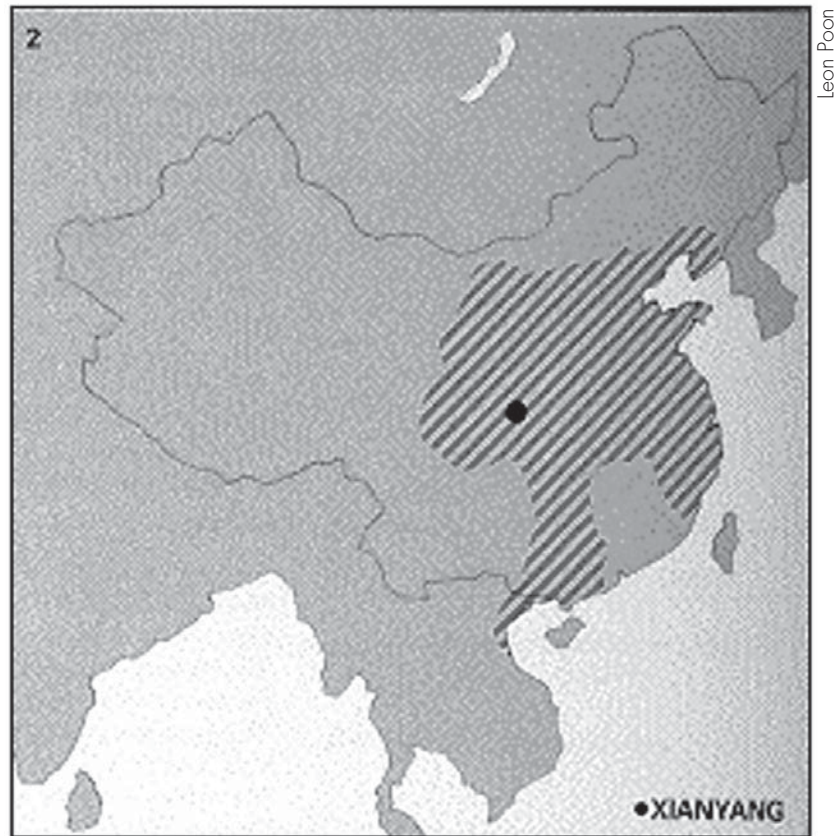


Figura 6.1: Mapa da dinastia Qin.

Fonte: <http://www-chaos.umd.edu/history/welcome.html>

Relativamente bem documentado, o período Qin-Han estabeleceu as bases sobre as quais as dinastias posteriores iriam governar a China. A estrutura construída era tão sólida que não só resistiu ao tempo como foi capaz de converter povos e dinastias estrangeiras aos modos chineses.

Os Qin empreenderam uma reforma completa na sociedade e no governo, utilizando-se das teorias legistas para tal fim. Ainda que seu reinado tenha sido breve, entre -206 a -221, eles unificaram o poder em torno da figura do imperador Qinshi Huangdi, suprimindo grande parte da influência e dos direitos dos nobres. Centralizaram a

administração pública nas mãos do corpo burocrático, estabelecendo as diretrizes funcionais dos cargos e atributos das posições. Como afirma J. Gernet:

O que importa é que o príncipe seja a única fonte de benfeitorias e de honras, de castigos e de penas. Se delega a menor parte que seja do seu poder, corre o risco de criar rivais, que cedo tentarão usurpar-lhe esse poder. Do mesmo modo, é necessário que as atribuições dos funcionários do Estado sejam estritamente definidas e delimitadas para que não surja nenhum conflito de alçada e para que os funcionários não se aproveitem da imprecisão dos seus poderes, para se arrogarem uma autoridade ilegítima. Mas, acima de tudo, o que deve assegurar o funcionamento do Estado é a instituição de regras objetivas, imperativas e gerais. (...) Não só deve a lei ser pública, conhecida por todos, não consentindo qualquer interpretação divergente, mas também a sua própria aplicação deve ser independente dos juízos incertos e variáveis dos homens. A ideia era impedir a superposição e a concentração de poder nas mãos de elementos discordantes do governo, o que poderia criar novas sublevações (GERNET, 1969).



Sugestões de filmes sobre o período Qin

Três filmes retratam um pouco da época Qin e são uma excelente fonte de informação para nós. O primeiro, que já comentamos, é *O herói* (2002), de Zhang Yimou, que trata de uma suposta conspiração para matar Qinshi Huangdi, tendo o artista Jet Li no papel principal. O filme aborda muito bem os dilemas que tanto o assassino quanto o imperador vivenciam para realizar a unificação do país. Já o filme *O imperador e o assassino* (1998), de Jing Ke, trata de um acontecimento real: a trama

mal sucedida de assassinato do imperador Qinshi Huangdi, documentada nos "Registros Históricos" (*Shiji*), de Sima Qian. Nesse filme, Qinshi é abordado como uma figura corajosa, porém indecisa e levada à prática do mal, uma vítima das circunstâncias de sua época.



Fonte: http://www.baixefilmeonline.com/2011/02/download-o-pequeno-grande-guerreiro_25.html

Por fim, *O pequeno grande guerreiro* (2010), de Jackie Chan, o famoso lutador-comediante, aborda o conflito e as intrigas entre os reinos que levam à guerra civil no período dos Estados combatentes. Um camponês covarde e engraçado (Jackie) consegue capturar um general inimigo e tenta levá-lo para sua terra natal para obter a recompensa. Ambos passam diversas aventuras juntos, que retratam o confuso contexto da época. Esse filme, porém, não é uma comédia, como as outras obras do ator, mas uma de suas primeiras tentativas num gênero de aventura mais sóbrio e até mesmo dramático.

O regime centralizado possuía características despóticas, e essa era a real intenção dos Qin. Pelo controle burocrático estatal, diminuía-se a capacidade de afirmação das elites de cada um dos principados, filtrando a participação das mesmas no regime através da atuação junto ao governo.

No campo econômico, as mudanças políticas também surtiram efeito junto à produção agrícola, manufatureira e nas obras públicas. Houve uma reformulação na arrecadação de impostos, no recolhimento de reservas em grãos para as épocas de carestia, crise ou guerra, e o estímulo ao comércio externo. Grandes obras de irrigação, barragens, arroteamento de novos terrenos e fortificação de cidades foram empreendidas, ao custo de milhares de escravos, servos e camponeses livres convocados para o trabalho compulsório. A Grande Muralha é um dos demonstrativos do projeto megalômico de Qinshi Huangdi: construída pela união de várias outras pequenas muralhas locais, seu objetivo era regular a presença dos nômades do Norte nas fronteiras chinesas.

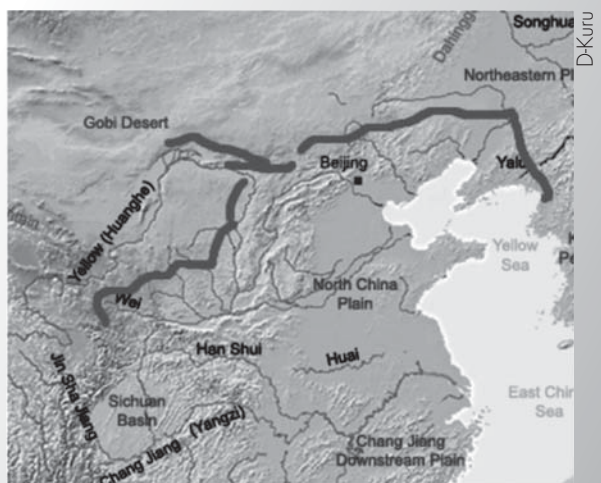
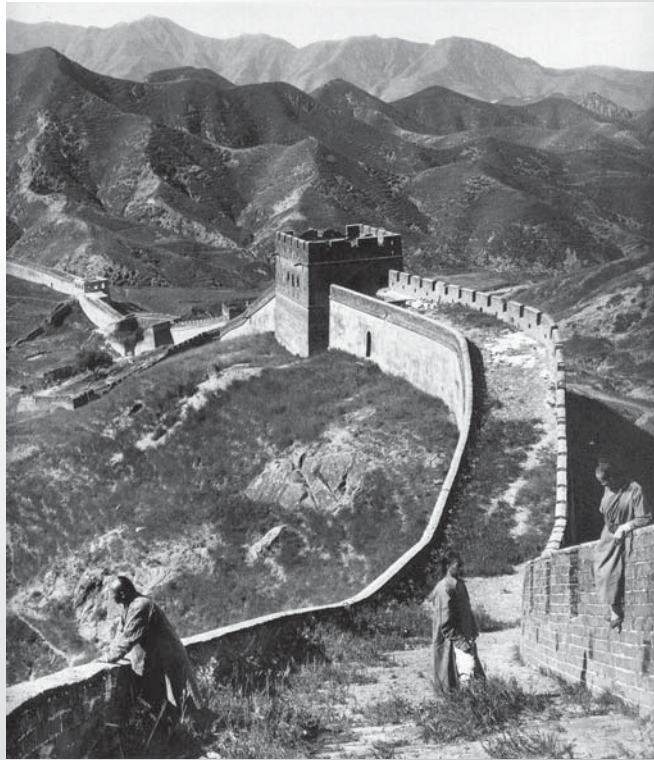


Figura 6.2: A extensão da Grande Muralha.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:GreatWallofQinDynasty.png>

Quase trezentas mil pessoas foram empregadas na construção da Grande Muralha, entre soldados, camponeses e condenados. Qinshi estava preocupado com as invasões na fronteira norte, provocadas por povos nômades, vindos das estepes mongólicas (onde hoje se localiza o país do mesmo nome, a Mongólia). Por outro lado, a construção da muralha representava uma “obra nacional”, que concentrava as atenções do povo e garantia o controle sobre ele. O imperador aproveitou partes de muralhas construídas anteriormente e conectou-as numa só, estabelecendo uma vigilância eficaz sobre o Norte da China. Contudo, a muralha foi relativamente abandonada após o governo Qin, sendo apenas retomada de modo efetivo durante o governo Ming, já no século +14. Conta uma lenda que tantas pessoas morreram na construção da muralha que uma viúva, transtornada pela perda do seu marido, chorou aos pés do grande muro copiosamente durante dias. A muralha apiedou-se dela e devolveu o corpo de seu marido, que havia sido incorporado à argamassa. As lendas sobre a muralha não terminam por aí: uma das mais difundidas, na era moderna, é de que ela pode ser observada do espaço, quando, na verdade, ela mal pode ser vista a três quilômetros de distância. Alguns trechos da muralha não têm mais do que cinco metros de altura.



Finavon

Figura 6.3: Muralha da China em 1907. Notem o total estado de abandono da mesma. Nessa época, tijolos eram retirados ou roubados para a construção de casas populares.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Greatwall_large.jpg

Qinshi Huangdi ainda fez mais pelo Império chinês: unificou pesos, medidas e moedas para facilitar o trânsito de mercadorias. Promoveu também a uniformização dos ideogramas, criando o primeiro dicionário gramático da língua chinesa de caráter universal. Esta síntese permitiu que, nos séculos posteriores, várias outras nações pudessem falar e escrever chinês, sendo a base, ainda, dos ideogramas modernos.

Em meio a tantas medidas positivas, a dinastia Qin também foi marcada pela violência: perseguições aos sábios discordantes do regime, queima de livros, supressão de práticas religiosas, culto à imagem do imperador, exaustão das classes baixas pela exploração do trabalho... Desse modo, a unificação do Império teve um alto custo

social, que em breve despertou a insatisfação popular. Para se ter uma ideia, o imperador, aconselhado por seu ministro legista Lisi, comandou a execução de mais de 400 intelectuais que discordavam das medidas arbitrárias do regime e realizou a primeira grande queima de livros da história da humanidade. Uma ironia macabra, se pensarmos que foi essa mesma civilização que criou o papel e a impressão gráfica...

O reinado de Qinshi Huangdi foi marcante, porém efêmero: em -210 ele morre, provavelmente envenenado por elixires que tomava para obter a imortalidade. Onde vários assassinos falharam, a vaidade enterrou o tirano. Depositado em seu fabuloso mausoléu, descoberto em 1974, foi guarnecido por soldados de terracota que, planejados para defendê-lo em outro mundo, não puderam protegê-lo da fúria dos camponeses. A tumba foi saqueada e soterrada. Sem deixar substitutos à altura, a China foi lançada numa nova guerra civil, mas dessa vez rápida, que fez ascender ao poder o ex-camponês Liu Bang, fundador da dinastia Han, em -206.



A tumba dos guerreiros de terracota de Qinshi Huangdi



Gveret Tered

Figura 6.4: Imagem dos guerreiros de terracota alinhados.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Terracotta_Army-China2.jpg.

A realização de grandes obras públicas foi uma das marcas do governo Qin – e um modo de deixar o povo ocupado, requisitando-o constantemente, o que na mente dos ministros de Qin evitaria o surgimento de pensamentos perniciosos. A tumba do imperador foi planejada nesse sentido. Qinshi levou ao extremo um costume religioso, herdado da época Zhou, e resolveu que enterraria consigo uma cópia inteira de seu exército e servidores fiéis, de modo que esses o servissem do “outro lado”. Eles foram feitos em terracota, ou barro cozido, um material fácil de manipular e moldar em larga escala. Os corpos dos soldados foram feitos em moldes, o que garantia a rapidez na produção e reposição, e somente as cabeças foram encaixadas em separado – e nenhuma é igual a outra, o que deu origem à lenda de que o imperador teria ordenado que cada um de seus soldados posasse para a confecção de seus bustos. A tumba foi descoberta por acidente, em 1974, e levou um tempo para que os arqueólogos entendessem a magnitude da descoberta. Naquele mesmo ano, alguns livros de história chinesa foram retirados das prateleiras, pois haviam ficado desatualizados, de um momento para outro. A tumba era uma fábula até então, e ninguém acreditava ao certo que existisse. Hoje, estima-se que apenas um quinto a um décimo tenha sido escavado, e seu tamanho gigantesco tornou qualquer previsão de término da escavação inviável. Mas a pergunta é: por que Qinshi Huangdi fez questão de morrer com seu exército? Dentro da lógica religiosa chinesa da época, como vimos, desde a época Zhou, cópias em barro ou bronze eram magicamente associadas às pessoas, para que se evitassem os sacrifícios humanos. Assim, uma estátua

de barro transformava-se num tipo de autômato, com vida, que serviria ao falecido no mundo dos mortos. O objetivo de Qinshi, portanto, era claro: mais do que unificar a China terrestre, ele queria também conquistar a China celeste e, se possível, unificar o mundo dos vivos e dos mortos num só...



Smileywebmonkey

Figura 6.5: Ao contrário do que se imagina, os guerreiros de terracota eram totalmente coloridos e não cor de barro. Hoje, estuda-se um meio para reconstituir com exatidão os esquemas de cores originalmente utilizados.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Terracotta_colour.jpg



Atende ao Objetivo 1

1. Análise de texto:

Édito Qin, promulgado por Lisi, primeiro-ministro de Qinshi Huangdi

No passado, o Império passou por diversas dificuldades e confrontos. Ninguém conseguia unificá-lo. Vários príncipes reinavam ao mesmo tempo. Os letrados discutiam sempre as mesmas coisas e adiavam a solução dos problemas. Até hoje, eles usam falsas ideias para lançar confusão entre as pessoas e desrespeitar as decisões do soberano. Assim como o imperador submeteu-se a todos, eles também têm de se submeter a vossa majestade. Afinal, quando eles estão na corte, escondem suas críticas, mas discutem nas ruas suas ideias, encorajando a subversão. Assim, se o imperador não tomar uma decisão séria contra isso, em breve seu poder estará ameaçado. Assim, vosso ministro propõe que os exemplares do Shujing e do Shijing, bem como os livros das cem escolas, sejam entregues aos funcionários para serem queimados. Aqueles que elogiarem o passado e denegrirem o atual regime serão executados junto com suas famílias. (...) Os cinco imperadores não imitaram uns aos outros e as três dinastias não seguiram o exemplo das anteriores. Cada dinastia tem sua forma de governar e a de Qin é a atual. O imperador fundou uma glória que vai durar dez mil gerações, mas os letrados não entendem isso. Continuam invocando o passado de Shun e das três dinastias. Quando os soberanos ouviam os letrados, só havia guerra, mas agora o Império foi pacificado. As leis e as ordens emanam de um só poder unificado. O povo trabalha na agricultura e no artesanato, os funcionários estudam as leis e os métodos de governo; mesmo assim, os letrados conduzem-se do modo que querem e utilizam as histórias e o passado para bagunçar o presente e confundir o povo. Por isso, seu ministro devotado manda avisar: um mês após este decreto, aqueles que não tiverem queimado seus livros serão aprisionados e condenados a trabalhar na grande muralha. Os livros permitidos serão apenas os de Medicina, adivinhação, Agricultura e Botânica. Os que quiserem estudar as leis e o governo, devem se tornar funcionários públicos.

Fonte: BUENO, A. Disponível em: <http://chinologia.blogspot.com/2009/08/politica.html>

Explique qual a relação desse texto com a Escola Legista, responsável pela unificação do governo Qin. Relembre os conteúdos da aula anterior (Aula 5) para estabelecer a comparação sugerida.

Resposta Comentada

Nesse texto, encontramos o édito pelo qual Lisi, ministro de Qinshi Huangdi, ordena a perseguição aos letrados e a punição daqueles que possuísem livros, discordantes da ideologia legista. O objetivo era o de unificar o pensamento do povo, criando uma ideologia única, que punia a discordância e proibia a diferença. Para os legistas, a possibilidade de se “pensar diferente” era uma incitação à sedição e à confusão. O resultado, como sabemos, foi a execução de mais de 400 pensadores da época, que se recusaram a aceitar essas medidas que consideravam injustas e arbitrárias.

Dinastia Han

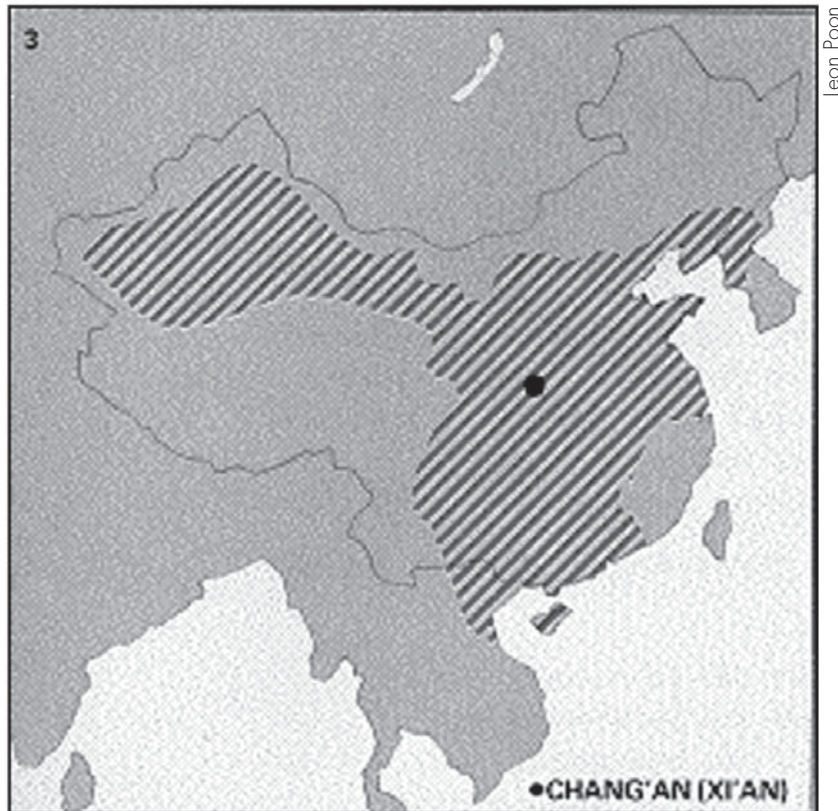
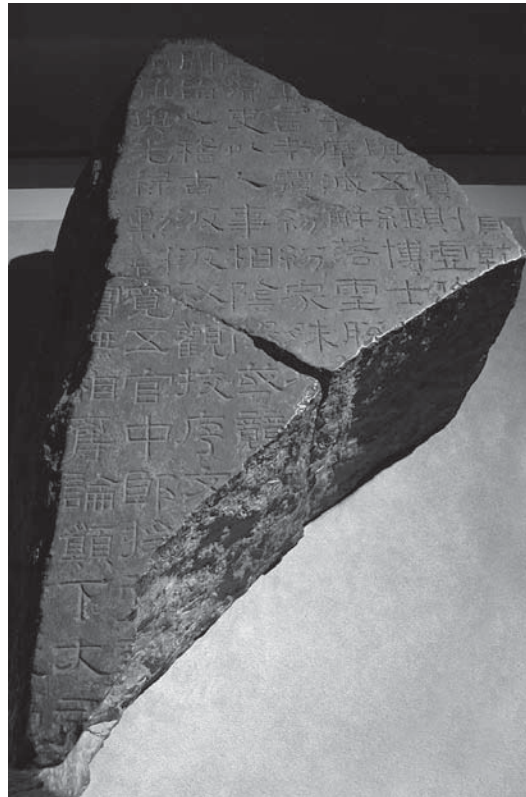


Figura 6.6: Mapa da dinastia Han. Note a extensão para oeste, ligada à Rota da Seda.

Fonte: <http://www-chaos.umd.edu/history/imperial.html>

Os Han foram ainda mais efetivos na administração do Império, embora tenham suavizado suas características autoritárias. Preservando muito da estrutura administrativa Qin, algumas reformas foram feitas para dinamizar a burocracia: realização de exames para a admissão de funcionários, criação de escolas públicas e universidades para formação e renovação do corpo e ampliação dos quadros. Reformaram o exército, combatendo de forma eficaz os sempre ameaçadores bárbaros do Norte. Restituíram parte dos títulos nobiliárquicos, mas sem a importância dos tempos Zhou. No campo ideológico, a grande reforma foi a adoção do confucionismo como doutrina oficial de Estado, o que alçou a posição desta escola ao patamar de ideologia estatal.



Editor at large

Figura 6.7: Fragmento de uma estela de pedra com parte de um texto confucionista. Durante o período Han, os clássicos confucionistas foram reconstituídos, após a queima de livros feita pelos Qin. A versão final desses textos foi gravada em pedra, para a posteridade.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:CMOC_Treasures_of_Ancient_China_exhibit_-_fragment_of_Xiping_stone_classics.jpg.

Foi um período fértil para a cultura chinesa: o daoísmo também se desenvolveu bastante (tanto como filosofia quanto religião), e o Império ainda recebeu a entrada dos primeiros pregadores budistas. A literatura cresceu em todos os campos, estendendo-se pela Filosofia (que encontra um período de fusão incomum entre diversas correntes, dando origem aos chamados “pensadores ecléticos”), pela História (é a época de Sima Qian), pelo romance, pela poesia etc. Há uma renovação da arte, promovida pelo contato com novas estéticas, vindas do estrangeiro. Destaca-se a inventividade da cerâmica, do bronze e o desdobramento de novas técnicas, como o relevo e a pintura:

A pintura da dinastia Han inicia na arte chinesa uma linguagem verdadeiramente nova e característica. Se até agora o esplendor dos exemplares modelados no bronze ou no barro, ou a preciosidade dos jades talhados nos surpreendem pela capacidade e genialidade de transmitir com extremo rigor formas puras, magníficas de cor, preciosas pelo contorno e pela intrínseca beleza da matéria, subordinada aos valores da arte, a pintura Han apresenta-nos uma página de vida vívida e amada. (...) É um mundo em si vivido e impossível de repetir, cuja linguagem atinge uma íntima expressão de vida. Se podemos interpretar o caráter de um rito, segundo as formas do vaso, se da geometria de um túmulo podemos deduzir a concepção social de uma civilização, a obra pictórica chinesa fala-nos uma linguagem mais universal, mais fácil e evidente: fascina-nos para nos fazer participar num instante de vida que destrói as distâncias no tempo e no espaço (PISCHE, 1963).



Shizhao

Figura 6.8: Esta famosa lamparina em bronze do período Han mostra a habilidade de seus artistas. O foco em que é colocado o pavio é móvel, podendo apontar a luz em direções diferentes.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:ChangXingongdeng.jpg>.

Política Han

Os Han desenvolveram ainda mais a expansão do Império em direção a oeste. Durante o reinado de Wudi (século -2 a -1), estabelecem-se contatos com os impérios do Ocidente (Roma e Partia) e com a Índia, abrindo a *Rota da Seda* (que analisaremos detalhadamente na Aula 12) para difundir suas mercadorias em todas as partes do Mundo Antigo:

A mais importante realização do reinado de Wudi foi sem dúvida a expansão do poder chinês e dos limites territoriais da China, fatos que merecem um exame mais detalhado. A expansão deu-se em três direções: para o noroeste, para o nordeste e para o sul. O primeiro imperador Han, Gao Zu (Liu Bang), como vimos, teve de enfrentar o problema – que, mesmo naquela época, não era novo – dos nômades das estepes. Os Xiong-nu haviam conseguido uma forte liderança antichinesa ao formarem uma confederação regional de tribos. Havia na corte chinesa uma corrente contrária à solução conciliatória e ao acordo, com base no fato de que as doações feitas aos líderes Xiong-nu aumentavam não só sua riqueza, mas também seu poder de oposição. Por outro lado, a política exterior chinesa, de caráter pacífico, havia conseguido tirar proveito dos acordos de paz com os nômades, da seguinte maneira: os reféns das tribos que eram enviados à corte chinesa como garantia de bom comportamento não só eram tratados magnificamente, mas também recebiam educação chinesa e até postos nas funções palacianas. Assim, quando voltavam a seus lares, incentivavam amizade com a China e davam oportunidade de os chineses intervirem na política local, quando fosse o caso (MORTON, 1986).

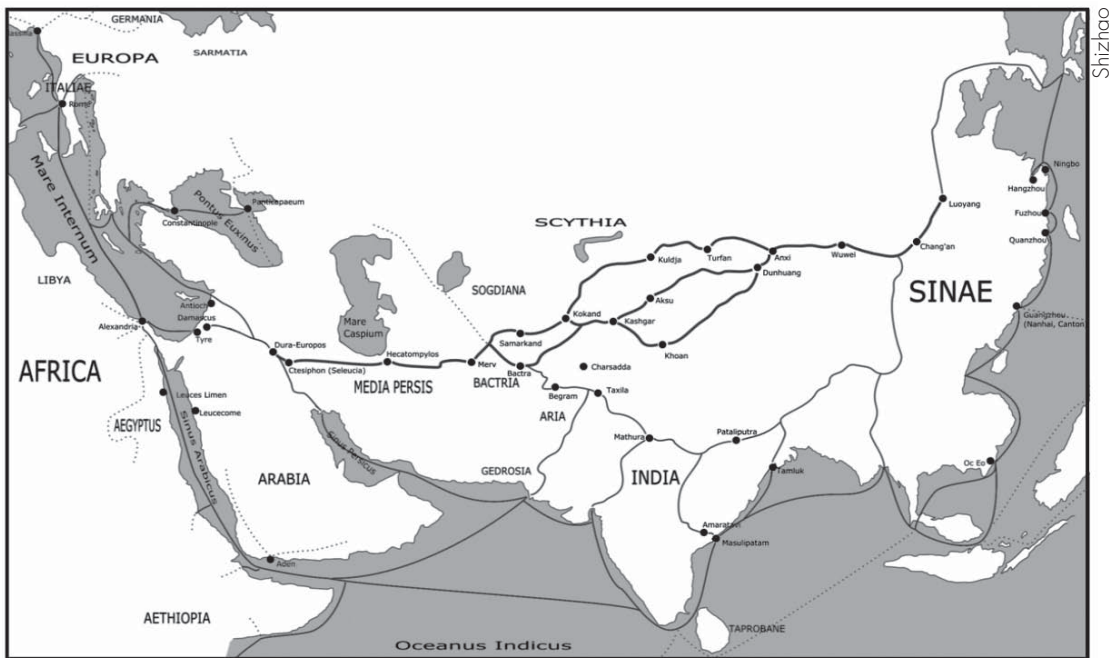


Figura 6.9: Mapa da Rota da Seda.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Transasia_trade_routes_1stC_CE_gr2.png.



Quem eram os Xiong-nu?

Sima Qian conta-nos que os Xiong-nu constituíam um povo seminômade que, ocasionalmente, forçado pela fome ou por interesses políticos, flagelava as fronteiras no Norte chinês com ataques e saques súbitos e devastadores. Enquanto Qin buscou afastá-los com muralhas, os Han resolveram suborná-los com tesouros e casamentos arranjados, o que de início deu resultado. No entanto, com o passar do tempo, os Xiong-nu perceberam que podiam extorquir cada vez mais e mais recursos da dinastia Han, sob a ameaça de invadi-la. O imperador Wudi entendeu que a situação era insustentável e utilizou os tributos que enviava para eles na formação de um exército, que os

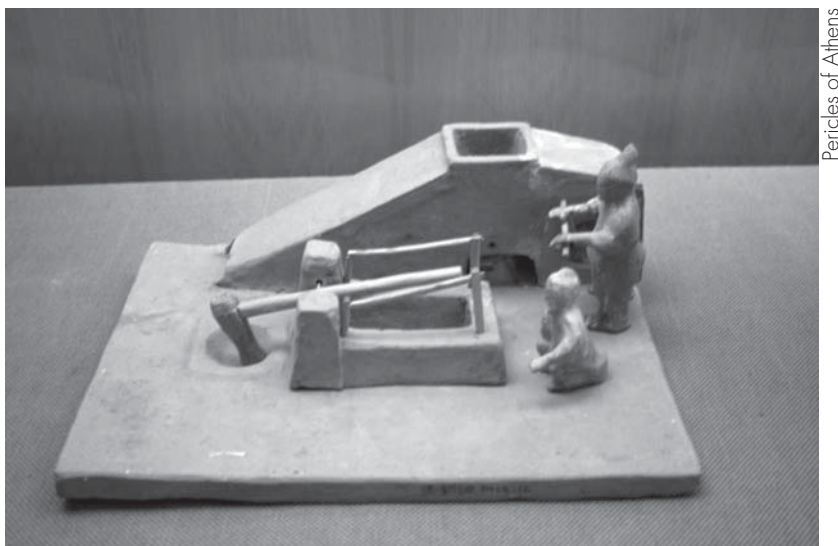
derrotou em definitivo e pacificou por anos a fronteira norte. Os Xiong-nu, que não foram aculturados, então foram expulsos, dirigindo-se para o oeste. Após alguns séculos de peregrinação, passando pela Índia e Pérsia, eles chegaram à Europa causando terror, ficando conhecidos na história romana como hunos...

A vida dos Han

A vida dos Han testemunhou uma série de progressos notáveis também na economia e na tecnologia:

O mundo chinês manifesta, a partir da segunda metade do século -2, uma vitalidade notável, confirmada pelos testemunhos concordantes dos textos e da arqueologia. Beneficia-se dos progressos, conseguidos no decurso desse período, tão rico em inovações, como foi o dos dois séculos que precederam o Império, e das vantagens proporcionadas pela unificação política. (...) Mas existiam também empresas privadas, criadas por famílias de ricos mercadores. Acontecia o mesmo com as lacas, fabricadas sobretudo no Sichuan e no Henan. Algumas peças encontradas em estações arqueológicas trazem o nome do artífice que dirigiu o seu fabrico e outras não trazem nenhuma marca e poderiam provir de oficinas particulares. As descobertas arqueológicas e as alusões de certos textos deixam supor que as empresas privadas tiveram um papel importante na economia da China dos Han. (...) Verificaram-se nítidos progressos no domínio da produção e das técnicas agrícolas. Os instrumentos de ferro são de melhor qualidade que nos séculos -4 e -3 e o uso do arado, puxado por bois generaliza-se. Na época do imperador Wu, foi empreendido um enorme esforço para aumentar a superfície das terras regadas e para valorizar novas terras na China do Norte.

Agrônomos experimentados são encarregados de difundir novos métodos de cultura e, a partir de fins do século -1, certos funcionários esforçam-se por converter à cultura dos cereais as tribos nômades, estabelecidas aquém das Grandes Muralhas.(...) Verdadeiramente, mesmo na época em que o controle do Estado sobre a economia do Império era mais eficaz, o governo central contou sempre com os notáveis locais. Uma das particularidades sociais da época dos Han no seu conjunto é, com efeito, a existência de famílias riquíssimas que dirigem simultaneamente empresas agrícolas (produção cerealífera ou agrícola, pastorícia, piscicultura etc.), industriais (fiação, fundições, lacas etc.) e comerciais, e que dispõem de uma abundante mão de obra (GERNET, 1969).



Pericles of Athens

Figura 6.10: Reprodução em cerâmica do maquinário utilizado numa fazenda. Temos uma joeira a manivela, que separa o joio do grão, uma prensa de grãos, com um martelo de balanço, para produção de farinha.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Winnowing_machine_and_tilt_hammer.JPG.

Tais evidências sobre o processo constante de evolução econômica, política e tecnológica advêm de um intenso controle que o Império buscara exercer sobre as atividades produtivas – uma marca, evidentemente, do período legista, mas fundamental

para compreender a estrutura do pensamento estatal chinês deste período. Sima Qian destaca, em um capítulo do *Shiji*, a importância que a produção e o comércio alcançam, em sua época, para a vida cotidiana:

Os homens do campo os produzem [os bens de consumo], os atacadistas os trazem do interior, os artesãos trabalham neles e os mercadores com eles negociam. Tudo isto se verifica sem a intervenção do governo ou dos filósofos. Cada qual faz o melhor que pode e utiliza seu trabalho para obter o que quer. Assim, os preços procuram seu nível, indo as mercadorias baratas para onde são mais caras e dessa forma baixando os preços mais altos. As pessoas seguem suas respectivas profissões e o fazem por sua própria iniciativa. É como o fluir da água, que procura o nível mais baixo dia e noite, sem parar. Todas as coisas são produzidas pelo próprio povo sem que lho peçam e transportadas para onde há precisão delas. Não é verdade que tais operações ocorrem naturalmente, de acordo com seus próprios princípios? O Livro de Zhou diz: “Sem os lavradores, não serão produzidos víveres; sem os artesãos, a indústria não se desenvolverá; sem os mercadores, os bens de valor desaparecerão; e sem os atacadistas, não haverá capitais e os recursos naturais de lagos e montanhas não serão explorados.” Nossos alimentos e nossas vestes vêm dessas quatro classes, e a riqueza e a pobreza variam com o volume dessas fontes. Com isso, em escala maior, beneficia-se um país; em escala menor, enriquece-se uma família. São estas as inevitáveis leis da riqueza e da pobreza. Os argutos têm bastante e poupam, ao passo que os estúpidos nunca têm quanto baste (...) (SHIJ).

CONCLUSÃO

Por conta disso, tanto a experiência dos Qin quanto a dos Han foram definitivas para o estabelecimento de um novo Império chinês. Foi a partir deste momento que a sociedade constituiu a estrutura mais duradoura de sua existência, encontrando seu apogeu na mesma época Han e, depois, com os Tang (+618 a +907). Nunca, depois do terceiro século, a China criaria outro sistema imperial que não fosse diretamente inspirado no antigo regime Han. Este foi o marco da Antiguidade chinesa, sobre o qual a civilização iria se desenvolver posteriormente.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Lujia – o governo ideal

Ao assumir o poder e fundar a dinastia Han, Liu Bang era um ex-burocrata, capaz e audacioso, porém intelectualmente limitado. Lujia foi um dos filósofos que se apresentaram perante a corte e ofereceu seus préstimos ao novo soberano. Liu Bang, a princípio, ignorou o pensador, dizendo-lhe: “Conquistei o Império em cima de um cavalo, que mais preciso?”, ao que Lujia respondeu: “O senhor o conquistou em um cavalo, mas pode governá-lo de cima dele?” Esta mistura de sabedoria e insensatez conquistou a confiança do novo imperador. Lujia escreveu, então, seu tratado *Xinyu* ou “Novas Discussões”:

O primeiro governante de Qin reforçou as punições penas, inventou o suplício do emparedamento, a fim de pôr um freio na delinquência e na sedição. Edificou uma grande muralha sobre as terras dos bárbaros rong e construiu defesas contra os nômades das estepes e os nativos das florestas ao sul. Lançou campanhas contra os grandes Estados – e tomou os pequenos reinos. Seu prestígio fazia tremer o universo. Seus exércitos tomaram o império – e subjugarão os povos estrangeiros. Seu ministro

Meng Qian reprimiu os problemas internos, bem como Lisi impôs impiedosamente a lei. Porém, por mais que Qin se impusesse por meios militares, as revoltas aumentaram; por mais severa que a lei fosse, o povo prevaricava ainda mais; quanto mais cavalheiros e sábios foram perseguidos, mais cresceu o número de inimigos. Não que Qin não desejasse impor a ordem, mas ele não conheciam a justa medida, como provam suas numerosas iniciativas e suas punições excessivas. Um príncipe deve ser generoso e liberal, e deve preservar a vida; ele deve adotar uma conduta conciliadora e equânime, se deseja controlar ao longe. O povo aceitará sua autoridade, bem como se submeterá à sua influência civilizadora. Promovido por sua grandeza, ele influirá sobre todo o território; admirarão seu governo e ele não terá problemas com as leis. As pessoas serão respeitadas quanto às suas sanções e zelosas sem a necessidade de recompensa. Estes são os resultados que se consegue quando se apoia na impregnação da virtude e na influência produtiva do que é correto e pacífico. As leis e as regras servem para reprimir os violentos (...), [mas] quando o pequeno imita o grande, as minorias submetem-se às maiorias e assim se alcança a paz. Na capital, o príncipe deve fornecer os modelos nos quais o povo deve se inspirar. Por isso, um soberano deve sempre agir dentro das normas. (...) os superiores influem nos inferiores como o vento dobra as ervas. Quando um príncipe deve ir à guerra, os camponeses levam para o campo suas couraças. O homem de bem rege os inferiores, mostrando-se parcimonioso quando o povo é pródigo e se mostra regrado quando o povo é dispendioso e debochado. (...) Por isso, que Confúcio disse "transformar os hábitos e mudar os costumes" seria como comandar cada família e cada pessoa. Para isso, o príncipe deve simplesmente dar a si mesmo como modelo para todos.

Qual a relação do discurso de Lujia como estabelecimento da ideologia confucionista do Império Han?

Resposta Comentada

Lujia propõe que o governo seja mais brando e menos violento do que o de Qin. Ele afirma que a ideologia legista de Qin foi prejudicial, pois causou descontentamento e revolta. Baseado nos princípios confucionistas adotados pelos Han, poderia ser criada uma sociedade mais justa e produtiva.

RESUMO

Nesta aula, aprendemos um pouco mais sobre as dinastias Qin e Han, responsáveis pela construção do modelo de império mais duradouro da história mundial.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, analisaremos diversos aspectos da vida e da cultura chinesa na Antiguidade.

○ Extremo Oriente
na Antiguidade

Referências

Aula 1

BARTHOLD, V. *La decouverte de l'Asie*. Paris: Payot, 1946.

JULLIEN, François. Da Grécia à China: ida e volta. *Revista Ethica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, 2002.

JULLIEN, François. Outras lentes para a China. *Le Monde Diplomatique*, [S.l.], out., 2006.

RIVIERE, J. *Oriente, Ocidente*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

SAID, E. *Orientalismo: a invenção do oriente pelo ocidente*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Antroposmoderno: o fim das descobertas imperiais*. Disponível em: <<http://www.antroposmoderno.com/textos/ofim.shtml>>. Acesso em: 24 fev.2011.

Aula 2

CAMPBELL, C. A orientalização do Ocidente. *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, 1997.

ELIADE, M. *A provação do labirinto*. Lisboa: Don Quixote, 1987.

RIVIERE, J. *Orientalistas em canal social*. Disponível em: <http://www.canalsocial.net/GER/ficha_GER.asp?titulo=ORIENTALISTAS&cat=cultura>. Acesso em: 21 mar. 2011.

RIVIERE, J. *Oriente, Ocidente*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

SAID, E. *Orientalismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim das descobertas imperiais*. Disponível em: <<http://www.antroposmoderno.com/textos/ofim.shtml>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

WANG, Hui. A reinvenção da Ásia. *Le Monde Diplomatique*, Paris, Fev. 2005. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1316&tipo=acervo>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

Aula 3

BLUNDEN, C.; ELVIN, M. *China: grandes impérios e civilizações*. Lisboa: Edições Del Prado, 1997.

BUENO, André. *A tradição na história chinesa*. Disponível em: <<http://orientalismo.blogspot.com/2007/07/tradio-na-histria-chinesa-novembro-2004.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. *Cem textos de história chinesa*. Disponível em: <<http://chinologia.blogspot.com/2009/08/historia.html>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. *Teorias da historiografia tradicional chinesa*. Disponível em: <<http://orientalismo.blogspot.com/2007/07/teorias-da-historiografia-tradicional.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. *Textos clássicos da China antiga*. Disponível em: <<http://chines-classico.blogspot.com/2007/07/lunyu-ou-conversaes-de-confcio01.html>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

CHAN, W.T. *Sources of chinese tradition*. Nova York: Columbia University Press, 1960.

CONFUCIO. *Conversações*. Lisboa: Estampa, 1991.

GERNET, J. *Dictionaire de la civilization chinoise*. Paris: Albin Michel, 1998.

_____. *O mundo chinês*. Lisboa: Cosmos, 1979.

GRANET, M. *A Civilização chinesa*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

_____. *O pensamento chinês*. Lisboa: contraponto, 1997.

JOPERT, R. *O alicerce cultural da China*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

THORP, R. *Os reinos soterrados da China*. Rio de Janeiro: Abril, 1999.

Aula 4

BARNES, G. *The rise of civilization in east Asia: the archaeology of China, Korea and Japan*. New York: Thames & Hudson, 1999

BLUNDEN, C.; ELVIN, M. *China: grandes impérios e civilizações*. Lisboa: Edições Del Prado, 1997.

BRONZE na dinastia Xia-1. *CRI Online Português*. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/1/2004/11/01/1@18102.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

CONFÚCIO. *Diálogos*. São Paulo: Ibrasa, 1997.

COTTERELL, A. *História cultural da China*. Lisboa: Gradiva, 1986.

GERNET, J. *China antiga*. Lisboa: Asa, 1969.

MORTON, W. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SHUJING, Extratos do Livro das histórias: 3: as instruções a Yueh. *Textos clássicos China*

antiga. Disponível em: <<http://chines-classico.blogspot.com/2007/07/shujing-extratos-do-livro-das-histrias.html>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

Aula 5

A NECESSIDADE de padrões. *As dez lições de filosofia chinesa*. Disponível em: <<http://filosofia-chinesa.blogspot.com/2007/07/necessidade-de-padres.html>>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

AYMARD, A. *História geral das civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1957.

CHENG, A. *História do pensamento chinês*. Petrópolis: Vozes, 2009.

COTTERELL, Artur. *História cultural da China*. Lisboa: Gradiva, 2000.

GERNET, Jaques. *O mundo chinês*. Lisboa: Cosmos, 1979.

GRANET, M. *A Civilização chinesa*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

HANFEIZI e os Legistas: 2: medidas para sapatos. *Textos clássicos da China antiga*. Disponível em: <<http://chines-classico.blogspot.com/2007/07/medidas-para-sapatos-certo-homem-de.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

JOPERT, R. *O alicerce cultural da China*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

LAOZI e o Daodejing, ou Tratado da virtude e do Caminho. *Textos clássicos da China antiga*. Disponível em: <<http://chines-classico.blogspot.com/2007/07/laozi-e-o-daodejing-ou-tratado-da.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

LIN, Y. *Sabedoria da Índia e da China*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1958.

MORTON, W. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

O FABULISTA do Dao: não absoluto. *Dez lições de filosofia chinesa*. Disponível em: <<http://filosofia-chinesa.blogspot.com/2007/07/o-fabulista-do-dao.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

O ZHONG YONG ou a doutrina do meio. *Textos clássicos da China antiga*. Disponível em: <<http://chines-classico.blogspot.com/2007/07/o-zhong-yong-ou-doutrina-do-meio.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SHUJING, Extratos do livro das histórias 3: as instruções a Yueh. *Textos clássicos da China antiga*. Disponível em: <<http://chines-classico.blogspot.com/2007/07/shujing-extratos-do-livro-das-histrias.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SMITH, D. H. Confúcio e a Religião. *China imperial*. Disponível em: <<http://chinaimperial.blogspot.com/2008/04/confcio-e-religio-por-d-h-smith.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

TEXTO de apoio 2: Liji: sobre a educação: a necessidade da educação. *Sinologia*. Disponível em: <<http://china-antiga-didatica.blogspot.com/2007/07/texto-de-apoio-02-liji-sobre-educao.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

THORP, R. *Os reinos soterrados da China*. Rio de Janeiro: Abril, 1999.

Aula 6

ANQUETIL, J. *La Route de Soie*. Paris: JLC, 1992.

BAGLEY, R. *Ancient sichuan: treasures from a lost civilization*. Oxford: University Press, 2001.

BUENO, André. *100 textos de história chinesa*. Disponível em: <<http://chinologia.blogspot.com/2009/08/politica.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CHENG, A. *Etudes sur le confucianisme han*. Paris: IHAC, 1985.

DAWSON, R. *Sima qian historical records*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

GERNET, J. *China antiga*. Lisboa: Asa, 1969.

_____. *O mundo chinês*. Lisboa: Cosmos, 1979.

GRANET, M. *A civilização chinesa*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

MORTON, W. S. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

PISCHEL, Gina. *Arte chinesa*. Lisboa: Arcadia, 1963.

STRATHERN, P. S. *As rotas da seda: os caminhos terrestres*. Lisboa: Estampa – UNESCO, 2000.

